IV FÓRUM BRASILEIRO DO SEMIÁRIDO
Educação, Tecnologias e Técnicas de Convivência no Ambiente Semiárido

Aldiva Sales Diniz
Antônia Vanessa Silva Freire Moraes Ximenes
Maria Luisa Ximenes Castelo Branco

SABERES TRADICIONAIS DAS COMUNIDADES NO SEMIÁRIDO

2020

IV FORUM BRASILEIRO DO SEMIÁRIDO

SABERES TRADICIONAIS DAS COMUNIDADES NO SEMIÁRIDO

2020
Sobral, Ceará

SABERES TRADICIONAIS DAS COMUNIDADES NO SEMIÁRIDO - ISBN: 978-65-992869-4-0

2020 - by Aldiva Sales Diniz; Antônia Vanessa Silva Freire Moraes Ximenes; Maria Luisa Ximenes Castelo Branco. Direitos reservados ao IV Fórum Brasileiro do Semiárido e Grupo de Extensão e Pesquisa do Semiárido/CNPq

IV FÓRUM BRASILEIRO DO SEMIÁRIDO
Grupo de Pesquisa e Extensão do Semiárido/Programa de Pós-Graduação em Geografia. Centro de Ciências Humanas/CCH Av. John Sanford, s/n – Junco – Sobral/CE

CAPES – CNPq – FUNCAP

Coordenação do IV Fórum Brasileiro do Semiárido
Prof. Dr. José Falcão Sobrinho

PRÓ-REITORIA DE EXTENSÃO E CULTURA
Prof. Dr. Luiz Antônio Gonçalves Araújo

Conselho Científico

Antonia Vanessa Silva Freire Moraes Ximenes, Caroline Vitor Loureiro, Cleire Lima da Costa Falcão, Cristiane Saboia Barros, Elnatan Bezerra de Souza, Emanuel Lindemberg Silva Albuquerque, Emerson Ribeiro, Emilio Tarlis Mendes Pontes, Ernane Cortez Lima, Euclides Gomes Parente Filho, Francisca Edineide Lima Barbosa, Francisco Nataniel Batista de Albuquerque, Gerson Luiz Apoliano Albuquerque, Glauciana Alves Teles., Jose Falcão Sobrinho, Jose Raymundo Figueiredo Lins Junior, Juliana Maria Oliveira Silva, Juscelino Chaves Sales, Katia Maria da Silva Parente, Lucas Pereira Soares, Luiz Antônio Araújo Gonçalves, Luciene Vieira de Arruda, Maria Cristina Ribeiro de Souza, Navita do Nascimento Veras, Patrícia Vasconcelos Frota, Petrônio Emanuel Timbó Braga, Raimundo Lenilde de Araújo, Sandra Maria Fontenele Magalhães e Simone Ferreira Diniz

Dados Internacionais da Catalogação na Publicação
Sistema de Bibliotecas

Diniz, Aldiva Sales

Saberes tradicionais das comunidades no semiárido / Aldiva Sales Diniz, Antônia Vanessa Silva Freire Moraes Ximenes e Maria Luisa Ximenes Castelo Branco. -- Sobral: PROEX/ UVA, 2020.
109p.
ISBN: 978-65-992869-4-0

Grupo de Pesquisa e Extensão do Semiárido/CNPq

1. Agricultura Familar. 2. Semiárido. 3. Tecnologia Social. I. Xinemes, Antônia Vanessa Silva Freire Moraes. II. Castelo Branco, Maria Luisa Ximenes. III. IV Fórum Brasileiro do Semiárido. IV. Título.

CDU 374

Capa e Editoração: Eder Oliveira

As informações, citações e a revisão textual são de responsabilidade exclusiva dos autores

Sumário

A cultura quilombola como componente curricular (7)
Francisco Márcio Alves Elias e Francisco Ricardo Miranda Pinto

Análise das dimensões da sustentabilidade no semiárido em comunidades rurais assistidas pela Caritas Sobral (23)
Cristiane Saboia Barros; Rogeane Morais Ribeiro

Ações agroecológicas e de soberania alimentar: formação e educação no território indígena do povo Pitaguary, Maracanaú-Ceará (39)
Fredson Maciel Pedrosa, Rafaela de Sousa Ferreira, Danielle Rodrigues da Silva e Anna Érika Ferreira Lima

Conhecimento popular para previsão da qualidade do período chuvoso no semiárido do ceará: os profetas da chuva (48)
Francisco Haulivan Ferreira Silva, Bruno de Castro Santos e João Luis Sampaio Olímpio

Conhecimentos ecológicos locais como fortalecimento da saúde indígena do povo Anacé da aldeia da Japuara, no semiárido cearense (58)
Aline Neris de Carvalho Maciel, Karinne Wendy Santos de Menezes, Edson Vicente da Silva e Antônio Jeovah de Andrade Meireles

Feminismo e patriarcado no semiárido (67)
Roberta de Fátima Rocha Sousa, Gabriel Victor Vasconcelos Frota de Almeida e José Maria Nogueira Neto

Identidade, territorialidade e saberes tradicionais em uma comunidade do semiárido brasileiro (73)
Gabriel Victor Vasconcelos Frota de Almeida, Roberta de Fátima Rocha Sousa e José Maria Nogueira Neto

Povos originários no semiárido cearense: reflexões teóricas e metodológicas para a pesquisa científica (84)
Aline Neris de Carvalho Maciel, Karinne Wendy Santos de Menezes, Edson Vicente da Silva e Antônio Jeovah de Andrade Meireles

Saberes do semiárido: tecnologias sociais, convivência, cultura e recursos naturais (94)
Rafaela de Sousa Ferreira, Fredson Maciel Pedrosa e Emilio Tarlis Mendes Pontes

Juazeiro, *Ziziphus joazeiro* Martius – valor terapêutico e símbolo de resistência e esperança no semiárido (102)
Rosana Solon Tajra, Ana Sancha Malveira Batista, Marízia Menezes Dias Pereira e João Manuel Bernando

SABERES TRADICIONAIS DAS COMUNIDADES NO SEMIÁRIDO - ISBN: 978-65-992869-4-0

Apresentação

O IV Fórum Brasileiro do Semiárido é um evento realizado desde o ano de 1999, estando em sua 4ª edição, promovido pela Universidade Estadual Vale do Acaraú/UVA é organizado por um grupo de pesquisadores vinculados às instituições de ensino superior que investigam e desenvolvem trabalhos na área de pesquisa e extensão no semiárido. O Grupo de Pesquisa e Extensão do Semiárido (CNPq) lidera a iniciativa, contando com a participação colegiada do curso do Programa de Pós-Graduação em Geografia da UVA.

O IV Fórum Brasileiro do Semiárido reservou como tema principal "***Educação, Tecnologias e Técnicas de Convivência no Semiárido***" e reuniu profissionais de todo o país que se dedicam à pesquisa no ambiente semiárido e atuam nas áreas do ensino, pesquisa e extensão em instituições públicas, privadas e organizações governamentais e não governamentais.

A discussão do tema proposto possibilitou a difusão do conhecimento do semiárido em uma perspectiva de integração natureza e sociedade, estimulando a articulação e a troca de ideias, informações, experiências e conhecimentos entre os participantes do Fórum, formado por geógrafos, agrônomos, biólogos, engenheiros, geólogos e pedagogos, professores, pesquisadores, acadêmicos e profissionais das demais áreas voltadas para a temática do semiárido a nível nacional e internacional.

A realização do Fórum, em área encravada no ambiente semiárido, e em meio as instituições que desenvolvem tecnologias voltadas ao semiárido é, também, uma oportunidade para divulgação das pesquisas e ações relacionadas as técnicas e a conservação da natureza desse ambiente, com foco em suas potencialidades, limitações e fragilidades, sem perder o foco do contexto cultural que emerge na dinâmica da realidade da região Nordeste.

Neste contexto resultou a presente obra, *Saberes Tradicionais das Comunidades do Semiárido*, reunindo pesquisas e ações extensionistas no semiárido nos diversos olhares de diversas comunidades. Contudo a primazia recai no desenvolvimento natural e fortalecimento dos aspectos culturais que circundam no ambiente semiárido.

O livro propicia a promoção da discussão de temas concernentes ao desenvolvimento de tecnologias sociais de convívio com o ambiente semiárido por meio dos agentes de divulgação/promoção do conhecimento e das aplicações de práticas educativas e inovadoras na condução de pesquisas e a extensão de ações sobre a realidade do ambiente.

Prof. Dr. José Falcão Sobrinho
Coordenador do IVFBSA

Prefácio

Saberes Tradicionais das Comunidades no Semiárido é uma obra que contempla 10 (dez) trabalhos com temas de grande relevância para o campo científico e social, em que abrangem o contexto do semiárido nordestino como ambiente de estudo.

Assim sendo, este livro fala sobre o povo nordestino, especificamente do estado cearense, sobre sua biodiversidade e diversidade cultural, além de descrever trabalhos e trajetórias, relevando assim a produção do conhecimento no âmbito da semiaridez, de um modo especial, entre pesquisadores e comunidades locais.

Os leitores irão se deparar com temas bastantes diversificados, com discussões sobre cultura, saberes tradicionais, conhecimentos ecológicos e sustentáveis, educação contextualizada, saúde, questões de gênero e tecnologias sociais de convivência com o semiárido, trazendo reflexões sobre experiências e saberes das comunidades rurais, indígenas, quilombolas e, apreciando a sabedoria dos profetas da chuva. A referida obra vem a disseminar a compreensão e os saberes culturais das comunidades tradicionais e sua relação com as diversas características naturais e sociais da região. Pois, uma análise referente às comunidades do semiárido nordestino apresenta debates específicos em conformidade com suas respectivas realidades, superando as divergências históricas e identitárias, e possibilitando o entendimento dentre inúmeras questões sociais associadas aos fatores ambientais que envolvam a região de semiaridez.

Desta forma, desejamos uma boa leitura e que os trabalhos aqui presentes possam contribuir para uma nova maneira de olhar as comunidades tradicionais, suas particularidades e complexidades, tendo a região semiárida como um lugar de inclusão, valorização e respeito às diversidades culturais.

Os organizadores

A CULTURA QUILOMBOLA COMO COMPONENTE CURRICULAR

Francisco Márcio Alves Elias
Francisco Ricardo Miranda Pinto

INTRODUÇÃO

O presente trabalho apresenta uma abordagem da cultura quilombola como componente curricular. A justificativa da pesquisa destaca-se a partir da curiosidade do conhecimento sobre a cultura quilombola na Comunidade Três Irmãos e a forma pela qual essa comunidade vivencia por meio de suas práticas escolares. A temática desenvolvida iniciou-se a partir da necessidade de compreender as características culturais da Comunidade Remanescente de Quilombo de Três Irmãos, destacando os valores, o ritmo de vida da comunidade, suas crenças e também a forma pela qual a escola trabalha a cultura local. Assim surge a pergunta norteadora 'De que forma a cultura dos quilombos contribuem como componente curricular para o desenvolvimento do currículo da escola quilombola?' o que fundamenta a necessidade desta compressão bem como a forma que a comunidade vivência isto no dia a dia com as diferentes pessoas, onde não são todas remanescentes da comunidade.

Entre os autores que abordam a temática desenvolvida como também o que é quilombo e como a cultura quilombola é e se faz importante desde tempos remotos até a contemporaneidade estacam-se Walter Benjamim (2010), Hall (200), Fernando Novaes (1979), Andrelino Campos (2004), Moura (1987), Cunha (2010) dentre outros.

O estudo é de abordagem qualitativa do tipo descritiva e exploratória desenvolvida na Comunidade Remanescente de Quilombos de Três Irmãos, no município de Croata – CE. São sujeitos participantes a presidente da associação da comunidade quilombola, a coordenadora e a professora de história da escola da comunidade quilombola por meio de pergunta disparadora com gravação de áudio. Os resultados serão apresentados através das falas das entrevistadas por meio de análise quanto a diferenças e semelhanças da temática pesquisada.

Dessa forma o objetivo geral do projeto busca compreender a forma pela qual a comunidade quilombola é inserida por meio da cultura na escola e dentro da comunidade como um todo. Nessa perspectiva todo o desenvolvimento do trabalho destaca o quanto a comunidade é importante historicamente e como se desenvolve a cada dia. O prazer de estar na comunidade vivenciando o modo de vida é algo intrínseco, pois, esses povos possuem inúmeros conhecimento que precisam ser relatados a diferentes meios tanto para a comunidade quanto para fora da mesma.

DEFINIÇÕES DA PALAVRA QUILOMBO

A transformação do homem na Idade Moderna foi marcada pela descoberta de rotas marítimas, principalmente pela descoberta de novos lugares e através da exploração destes por meio da escravização de pessoas sendo que este último fenômeno na Europa vivenciou um desaparecimento mesmo de forma lenta enquanto que na África houve maiores explorações o que se expandiu para as Américas. A partir do final do século XV e metade do século XIX o Brasil foi o destino de 40% de escravos na américa. Assim a escravidão foi praticada se expandindo por diferentes áreas do território brasileiro (ALÁDRIN, 2009).

De acordo com Novaes (1979, p. 18) "O tráfico Atlântico se tornou um eixo da acumulação mercantilista europeia". Isto explica o fato pelo qual a escravidão no Brasil foi imensamente lucrativa e desenvolvida há séculos. Dessa forma, segundo Robin Blackburn (2003, p. 20)) "A escravidão na América esteve ligada à construção dos sistemas coloniais que tinham um caráter fortemente comercial". O sistema escravista nas américas foi revestido por características racial, sendo determinada pela cor da pele, onde os escravos se tornaram sinônimos de negros, mesmo que nem todos não fosse. Nesse contexto, a cor da pele se tornou o principal elemento de diferencial social. Originalmente de acordo com Andrelino Campos (2004, p. 19) "A palavra 'mocambo' foi o termo usado pelos africanos para se identificar historicamente a resistência do sistema escravista". Essa forma denominada pelos africanos era também conhecida através da palavra cerca. Ao contrário, os próprios dominadores utilizavam a própria palavra Quilombo. Para Gennari (2008, p. 33) a palavra Quilombo se refere "A ave balançando o corpo – é a incorporação à língua portuguesa de um termo africano que significa esconderijo". É sabido que a palavra Quilombo vem sendo usada constantemente, pois é uma forma de aceitação e afirmação dos afros-descendentes dentro e fora das comunidades remanescentes.

Outro conceito sobre a palavra Quilombo conforme Moura (1987, p. 11) é que "Quilombo é toda habitação de negros fugidos que passem de cinco, em parte despovoada, ainda que não tenham ranchos levantados nem se achem pilões neles". Dessa forma identifica-se a busca pela liberdade mesmo a partir de pequenos agrupamentos humanos posteriormente denominado de comunidades. Nesse contexto a palavra Quilombo tem origem também no termo kilombo, que na língua kimbunda, dialeto falado pelos Bantos de Angola (África), significa lugar aonde se acampa, acampamento ou refúgio. Contudo percebemos que não há apenas uma definição de quilombos, mas que existem várias outras no entendimento de historiadores. Assim, como bem ressalta Cunha:

> A palavra Quilombo possui hoje um significado muito diferente daquele que possuía há alguns séculos ou mesmo há alguns anos atrás. Antes, chamávamos de QUILOMBO as aglomerações de escravos fugidos, que se encontravam em algum local distante, de difícil acesso, ali fixavam moradia, formando novo grupo social. Esta definição de quilombo traz sempre uma ideia de revolta, de combate físico, guerra, ou ainda de instabilidade, já que o quilombo era o local provisório. Muitos quilombos se tornaram conhecido no Brasil, sendo o de Palmares o mais famoso deles. Estes quilombos, com esta definição primeira que estamos tomando, eram verdadeiros redutos de fuga, locais de resistência física e cultural, onde os oprimidos se encontravam. Moravam ali não apenas escravos fugidos, mas indígenas perseguidos, brancos de classes sociais inferiores. Hoje, quando chamamos uma comunidade [...] de quilombos, estamos querendo dizer que estas são comunidades que apresentam características culturais específicas, seja no modo de tratar a terra – lavoura, forma de roçar, de caçar, de pescar – seja no modo de se relacionar, de viver de forma coletiva, de criar regras sociais internas, seja nas manifestações religiosas, e o principal ponto em comum entre estas comunidades é o fato de possuírem ancestralidade africana, ou seja, os antepassados das pessoas que formam hoje estas comunidades eram africanos ou descendentes de africanos. (CUNHA, 2005 *apud* MARQUES, 2010, p. 106).

De acordo com as definições apresentadas sobre a palavra Quilombo podemos perceber que diferentes termos foram utilizados para essa identificação e que na contemporaneidade ainda é utilizado, principalmente se referindo a agrupamentos de remanescentes de Quilombos e aos Afrodescendentes.

O surgimento dos quilombos

Os quilombos no território brasileiro passaram a ser identificados a partir dos séculos XVI-XIX. O principal Quilombo no território brasileiro foi o quilombo dos Palmares por volta do ano 1600 com escravos fugidos da região de onde trabalhavam nos engenhos de açúcar. Não é reconhecida a origem da formação do Quilombo de Palmares, mas sabe-que ocorreu na serra da Barriga na

fronteira entre o estado de Alagoas e Pernambuco durante o período colonial brasileiro (PEREIRA, AMORIM, PORTO. P. 33-34, 2012).

Palmares era uma região bastante conhecida por vários mocambos, mas que se identificou posteriormente como apenas um único Quilombo. A formação desse Quilombo ocorreu a partir da hipótese de terem fugidos escravos naquela região e a partir disso terem se refugiado em áreas diferentes daquelas dos engenhos de açúcar. Palmares foi bastante temido pelas autoridades, mas manteve-se firma até 1695 com a morte de Zumbi, conhecido por todos como Zumbi dos Palmares.

Diferentes vezes tentou-se acabar com Palmares, a primeira por sua vez de acordo com Pereira, Amorim e Porto (2012), ocorreu

> Na década de 1940, com o governo holandês no Brasil, após a invasão da colônia e a tomada de poder das mãos dos portugueses, houve tentativa de desarticular o Quilombo, mas não se obteve sucesso. Os portugueses, após a retomada da região que se encontrava nas mãos holandesas permaneceram com o intuito de vencer Palmares e organizaram expedições entre 1654 e 1695, que resultaram no fim do Quilombo. (PEREIRA, AMORIM E PORTO, 2012, p. 34).

Dessa forma percebemos que Palmares passou a ser bastante conhecido por ter uma expressividade de quilombolas e por apresentar resistência às invasões que sempre tentaram desarticula-lo. Para Pereira, Amorim e Porto (2012, p. 35) “Foi o maior Quilombo na história da América Portuguesa, e os dados sobre a população variam entre 6 mil e o máximo de 30 mil quilombolas”. Considerando a importância do Quilombo, destaca-se como principal expoente o grande líder Zumbi, denominado Zumbi dos Palmares

Outro Quilombo que se destacou no território brasileiro ocorreu no Estado do Rio de Janeiro no final do século XIX, aonde viviam um administrador, conhecido também por comerciante de malas denominado José de Seixas Magalhães. Segundo Pereira, Amorim e Porto (2012, p. 37) “Ele possuía outros negócios, como a produção de camélias, enviadas para a princesa Isabel. Para o cultivo dessas flores, Seixas utilizada a mão de obra de escravos fugidos, os quais protegia numa chácara distante, no Leblon”.

Nesse contexto, o cultivo das camélias tornou-se posteriormente um dos principais símbolos do movimento abolicionista no Brasil. Em trabalhos para se retratar a vida do país (Brasil), no século XIX foram encontrados vários registros de quilombos que por sua vez buscavam resistir. Nessa razão a maioria dos escravos fugiam nos períodos de cheia entre os meses de junho e dezembro. Dessa forma o Quilombo no Baixo Amazonas destacou-se às margens de rios aonde crescia a vegetação, as quais formavam barreiras de plantas que serviam como esconderijo para os escravos fugitivos. Conforme Pereira, Amorim e Porto (2012)

> A história da escravidão no Amazonas ocorreu mais intensamente entre a segunda metade do século XVIII e o século XIX, com as iniciativas da Companhia de Comércio do Grão-Pará e Maranhão (empresa monopolista criada pelo marquês de Pombal, em 1755, para o controle e comércio nessa região brasileira). Nessa região, os escravos foram utilizados como mão de obra nas plantações de cacau, nas fazendas de gado. (PEREIRA, AMORIM e PORTO, 2012, p. 39).

Entre as características das fugas no Baixo amazonas destacaram-se o conhecimento da floresta e das plantas medicinais que eram responsáveis até mesmo pela longevidade dos quilombolas. Assim percebemos que independe de região houve aprendizado para sobreviver com a natureza, com as plantações, pesca e caça de animais, bem como também a colheita. Diante disso considera-

se através dos historiadores contemporâneos que os negros buscavam a liberdade além daquela vida escravista colonial.

Não é apenas de negros que os quilombos são formados, mas a partir de um conjunto de traços culturais existentes entre si. A partir da concepção atual de quilombos a comunidade de três irmãos localizada no município de Croatá – CE na Serra da Ibiapaba a comunidade passou a estar sendo reconhecida conseguindo aparato legal através do Artigo 68 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias (ADCT), da Constituição Federal de 1988, que diz em seu texto: "Aos Remanescentes das Comunidades dos Quilombos que estejam ocupando suas terras é reconhecida a propriedade definitiva, devendo o Estado emitir-lhes os títulos respectivos" (Art. 68, ADCT). Fundamenta-se também no Decreto nº 4. 887, de 20 de novembro de 2003, que regulamenta o Artigo 68 do ADCT/CF, e na Instrução Normativa do INCRA nº 57, de 20 de outubro de 2009, que por sua vez regulamenta o procedimento para identificação, reconhecimento, delimitação, demarcação, titulação e registro das terras ocupadas tradicionalmente por remanescentes das comunidades dos quilombos.

De acordo com os estudos do Relatório Antropológico de Reconhecimento e Delimitação do Território da Comunidade Remanescente de Quilombo Três Irmãos, a comunidade é tradicional, negra e rural, formada pelos descendentes de duas famílias negras tradicionais da região a partir de ancestrais escravos. As famílias são: Alves dos Santos (os albanos) e Pereira dos Santos (os Ana), onde os descendentes se misturam por meio de relações matrimoniais formais e informais ao longo dos anos. Uma das famílias conhecida por tronco Alves dos Santos (os Albanos) se originou com a escrava Luiza Maria da Conceição, que era conhecida como Luiza Albano que, segundo a história oral da Comunidade Três Irmãos, foi comprada em São Luis do Maranhão, no final do século XIX, pela família do Cel. Antonio Rodrigues de Souza, conhecido como Coronel Antonino, que era um senhor de escravos e proprietário da antiga Fazenda Angicos, situada no interior do município de Guaraciaba do Norte à época, atual município de Croatá

Há várias famílias dos atuais remanescentes quilombolas da Comunidade Três Irmãos que se consideram descendentes diretos do casal fundador Joaquim Alves dos Santos e Maria Luzia da Conceição, conhecida como Maria Albano, que era filha de Dona Luzia Maria da Conceição, vulgo Luzia Albano, que foi escrava do Cel. Antonino Rodrigues de Souza, conhecido como Coronel Antonino, antigo proprietário das terras da Fazenda Angicos, atualmente conhecida como Olho D'Água da Roça/Angicos

Algumas considerações sobre a cultura quilombola

A identidade cultural de um povo implica conhecer e compreender os valores, os pensamentos, sua vida cultural, saberes e costumes. As danças, os costumes, a culinária, a religiosidade e todo o modo de vida no quilombo, passou a demonstrar um pouco do ritmo de vida dos escravos fugitivos. A cultura quilombola remonta a memória porque ela se realiza no presente com material do passado. É possível perceber que nos últimos tempos, grupos que foram reprimidos em diversas partes do mundo ganharam importância e com as comunidades quilombolas não foi diferente, principalmente pela memória social e as identidades e saberes tradicionais. De acordo com CASTELLS (2008)

Entende-se por identidade a fonte de significado e experiência de um povo (...) No que diz respeito a atores socias, entendo por identidade o processo de construção de significado com base em um atributo cultural, ou ainda, um

conjunto de atributos culturais inter-relacionados, o(os), qual(ais) prevalece(m) sobre outras fontes de significado (CASTELLS, 2008, p. 22).

De acordo com a história oficial, os quilombolas não documentaram suas histórias por escrito, o que causou manipulação até o alargamento do campo pela memória social e a antropologia abriram espaço para abordagens de pesquisa buscando resgatar o modo de vida dos afro-brasileiros através da memória oral com fundamento na tradição oral das sociedades africanas desde a ancestralidade mais remota até a época de imigração par ao Brasil. Segundo SOUZA (2012)

A oralidade na cultura de raiz africana é um valor tradicional ligado à territorialidade e às cosmovisões. Essa característica oral permitiu que a transmissão dos conhecimentos e saberes fosse compartilhada por várias gerações sucessivas, de maneira que as comunidades remanescentes de quilombos possuem ligações de parentesco e ancestralidade com os originais, ou que experimentaram o quilombismo histórico (SOUZA, 2012, p. 74).

Nesse contexto percebe-se que os Quilombos se organizavam através de estruturas sustentáveis e afro referenciadas tanto em valores quanto em costumes, e nisto o uso da terra comum era uma referência territorial, que posteriormente se teve as visões de liberdade à resistência cultural.

Para SOUZA (2012, p. 76) "O som dos tambores africanos era transversal a todas as origens, de qualquer parte de onde viessem e para onde fossem distribuídos no Brasil, os africanos se identificavam pelos ritos e pelos mitos de origem". Dessa forma a resistência cultural africana passou a estar sendo organizada com novas identidades. Ainda segundo SOUZA (2012), os Canjerês eram,

Quando eles eram menos vigiados e aconteciam nas proximidades das senzalas mesmo, pois normalmente os escravos eram trancados à noite em espaços reduzidíssimos para não fugirem. Mas alguns fugiam, se embrenhavam nas matas e ali professavam a sua fé e depositavam nas matas os seus símbolos, armavam tocaias nas encruzilhadas e treinavam a luta da esquiva nas capoeiras...Em fim, resistiam como podiam à discriminação de sua cultura e de seu referencial simbólico (SOUZA, 2012, P. 76).

Entre as diferentes formas de resistência cultural, as expressões de Canjerês, caxambus, macumbas e o jongo (festas ritmadas e expressões) se destacavam através da resistência que passou para diferentes formas de amizades, afetos, pensamentos e vida sofrida trabalho escravo.

Dessa forma algumas manifestações se destacavam como por exemplo segundo STEIN (1985)

O caxambu com seus ritmos poderosos, com quase completa ausência de supervisão do fazendeiro, com o uso de palavras africanas para disfarçar as alusões óbvias e os ocasionais tragos de cachaça morna, proporcionava aos escravos a oportunidade de expressar seus sentimentos em relação a seus senhores e feitores e comentar acerca das fraquezas de seus companheiros (STEIN, 1985, p. 77).

Nessa relação cultural, identifica-se uma aproximação entre os escravos, por meio da língua e forma expressiva de se manifestar na defesa e conhecimento dos colegas também escravizados. A identificação de manifestações culturais quilombolas também se destacam pela religiosidade africana a partir do aculturamento da religião católica e a nativa, aonde posteriormente se desenvolveu a umbanda e consequentemente a partir do sincretismo religioso, as expressões reafirmavam sua fé afrodescendente. De acordo com SOUZA (2012, p. 78) "Os benzedores e "pais de santos" eram figuras respeitadas pelos escravos e temidas pelos senhores". A eles eram atribuídos poderes místicos e desconhecidos". Isto representa o quanto a religiosidade africana resistiu desde tempos remotos até a atualidade, destacando pelas diferentes formas de expressão. Entre as práticas expressivas utilizadas nas comunidades organizadas em quilombos destaca-se a prática da capoeira e conforme SOUZA (2012)

A capoeira é um jogo de corpo, luta que se esquiva em ginga e dança ritmada pelo referencial simbólico afro-brasileiro. Utilizavam-se atabaques, pandeiros, agogôs e berimbaus, instrumentos sonoros de uma corda feitos com madeira de birimba, cabaça e um arame apertado. Tocado com um bordão ou pedra e vareta, convoca os deuses e as funções protetoras do panteão africano, evoca Deus (Desde a colonização brasileira que sincretizou as culturas coexistentes no Brasil). Os capoeiristas jogam em duplas e se esquivam de golpes levados pelo adversário (SOUZA, 2012, p. 78-79).

As diferentes práticas culturais muitas vezes foram silenciadas pelas próprias comunidades quilombolas sobre seus esconderijos, mas que futuramente contribuíram para o crescimento das redes urbanas. A capoeira por sua vez, destaca-se nesse viés, pois essa prática é encontrada em diferentes regiões brasileiras sendo praticada por inúmeras pessoas em diferentes espaços. Diante da importância cultural dos remanescentes de quilombos e sua estreita relação na formação cultural do povo brasileiro, diferentes documentos e leis passam a comportar o ensino e cultura afro brasileira. Dessa forma não diferente de outros lugares do mundo, no Brasil passou se a ter políticas de reparação feitas por grupos que foram oprimidos de sua história.

Conforme DANTAS, MATTOS e ABREU (2012)

Desde 1950, algumas iniciativas do governo brasileiro indicavam uma espécie "dever do estado" assumido em relação às populações afro descendentes. Em 1951, foi sancionada a Lei Afonso Arinos (Lei n° 1390) que tornou preconceito racial contravenção penal. Em 1985, a lei foi ampliada, incluindo entre as contravenções penais, não só a discriminação baseada na raça/cor, mas no sexo ou no estado civil. Foi a chamada Lei Caó (Lei nº 7.437). Dos anos 1900 para cá, houve um significativo aumento de discussões sobre ações afirmativas e direitos de reparação para populações afrodescendentes no Brasil, assim como a intervenção das políticas de estado na questão (DANTAS, MATTOS e ABREU, 2012, p. 108).

Diante do contexto, as ações introduzidas sobre a reparação das populações afrodescendentes, não foram suficientes para garantir a igualdade, promover a democracia e a valorização destes, mas somente a partir da Constituição Federal de 1988 é que é sancionada por lei a valorização da diversidade étnica e cultural brasileira. Dessa forma os PCNs (Parâmetros Curriculares Nacionais) 1996 já indicavam uma política educacional voltada para o reconhecimento da pluralidade cultural, entendida como patrimônio da sociedade brasileira

Segundo DANTAS, MATTOS e ABREU (2012) "somente a partir do ano 2000 nota-se mais preocupação desse movimento". Quanto ao Governo de Fernando Henrique Cardoso, houve a promulgação do Decreto n° 3.551 de 4 de agosto de 2000, que instituía um patrimônio cultural e imaterial a partir da valorização da cultura afro-brasileira e a promulgação do Decreto n° 4.228, de maio de 2002, que instituiu o Programa Nacional de Ações Afirmativas no âmbito da Administração Pública Federal. Nesse processo somente no governo de Luís Inácio Lula da Silva é que foi regulamentada, em janeiro de 203, a Lei ° 10.639 que estabeleceu as Diretrizes Curriculares Nacionais para a educação das relações étnico-raciais e para o ensino de história e cultura afro-brasileira e africana.

Os documentos educacionais oficiais para a educação quilombola comportam o entendimento de que o PPP (Projeto Político Pedagógico) da educação escolar quilombola tem por base as Diretrizes Curriculares Nacionais Gerais para a educação básica referente a cada nível de ensino, onde exista os eixos orientadores gerais a serem seguidos pelas escolas da educação básica em nível nacional com as características próprias das comunidades quilombolas. Nesse contexto é preciso considerar a diversidade étnico-cultural da comunidade, as realidades sociolinguísticas, os conteúdos curriculares que contemplam a história e a realidade quilombola e os modos próprios

de constituição do saber e da cultura quilombola como também a participação da comunidade e do movimento quilombola.

De acordo com o texto do Conselho Nacional de Educação (2011) O PPP diz respeito ao planejamento, o qual é mais do que uma ação técnica. Ela é antes de tudo política. Portanto, o PPP das escolas localizadas em comunidades quilombolas e que atendam a essa parcela da população deverá ser uma proposta "transgressora", que induza a um currículo "transgressor", que rompa com práticas ainda inflexíveis, com os tempos e espaços escolares rígidos na relação entre o ensinar e o aprender, com a visão estereotipada e preconceituosa sobre a cultura de matriz africana e o povo negro no Brasil, deverá ainda tematizar e estudar de forma profunda e conceitualmente competente as questões do racismo, os conflitos em relação à terra, a importância do território, a cultura, o trabalho, a memória e a oralidade.

Quanto a proposta curricular o Conselho Nacional de Educação (2011, p. 25) "Apresenta que isto é entendido como conjunto de valores e práticas que proporcionam a produção e a socialização de significados no espaço social e que contribuem, intensamente, para a construção de identidades socias e culturais dos estudantes." Diante disso, é preciso que as propostas curriculares sejam construídas de forma conjunta e dialogada entre a comunidade quilombola e os outros sujeitos ativos do processo.

Diante disso, é preciso que a escola na educação escolar quilombola seja desenvolvida através de uma gestão escolar democrática de acordo com os princípios constitucionais da educação escolar, fazendo se imprescindível o diálogo entre todas as pessoas participantes. Quanto ao corpo docente faz-se necessário a formação continuada de professores, visto que a maioria dos professores nas comunidades quilombolas não são remanescentes de quilombos e que exista a garantia da formação continuada prevalecendo as discussões, reflexões e estudos da realidade quilombola, local, regional e nacional. Considerando o Guia de Políticas Públicas para a educação quilombola (2013, p. 46) "A Educação Quilombola tem como ações específicas: Formação continuada de professores em educação quilombola, Produção e distribuição de material didático, Construção de escolas quilombolas, com vistas a dotar de infraestrutura básica às comunidades quilombolas para realização de educação de qualidade."

Ao fundamentar a cultura quilombola como componente curricular presente na comunidade três irmãos no distrito de Santa Tereza no município de Croatá -CE localizado na Chapada da Ibiapaba identificaram-se diferentes práticas culturais que passam a comtemplar esse eixo orientar iniciando pelo Projeto Político Pedagógico da escola da comunidade que se encontra em processo de construção. Dessa forma, a participação da comunidade escolar (gestores, professores, alunos, pais, responsáveis e funcionários) faz-se necessária de forma conjunta diante de um diálogo e reflexão das práticas e valores presentes na comunidade.

Quanto a isto, há ainda a consideração de se identificar os saberes dos povos ancestrais presentes na comunidade, onde por meio do conhecimento de senso comum e da cultura oral, passam a edificar as discussões apresentadas e que fomentarão uma educação de qualidade. Outra relação que baseia-se nesse processo é a forma pela qual a cultura local da comunidade três irmãos está inserida na escola como forma de promover a cidadania aos discentes, e na realização de projetos, atividades, seminários e trabalho conjunto sobre as leis que garantem uma educação quilombola de qualidade bem como o estudo do ensino da História e Cultura Afro Brasileira fundamentada pela Lei n° 10.639/2003 e História e Cultura Afro Brasileira e Indígena através da Lei 11.645/2088.

Diante disso, é preciso que a Educação Quilombola esteja integrada com a família, os outros, o sagrado, as vivencias na escola, os movimentos sociais e com as pessoas de fora da comunidade. Em conformidade com o Conselho Nacional de Educação (2010)

> A Resolução nº 4 em 13 de julho de 2010 institucionaliza a Educação Escolar Quilombola como modalidade de educação, cuja definição, se encontra em seu artigo. 41 que menciona ser "A Educação Escolar Quilombola desenvolvida em unidades educacionais inscritas em suas terras e cultura, requerendo pedagogia própria em respeito à especificidade étnico-cultural de cada comunidade e formação específica de seu quadro docente, observados os princípios constitucionais, a base nacional comum e os princípios que orientam a Educação Básica brasileira." E, em seu parágrafo único enfatiza que em sua estruturação e no seu funcionamento ser reconhecida e valorizadas a diversidade cultural (Seção VII, Resolução nº 4, CEB/CNE, 2010).

Portanto, as comunidades quilombolas precisam considerar a importância do ensino oferecido pela escola formal, principalmente na autonomia do indivíduo em sociedade. Assim, as comunidades quilombolas descobrem cada vez mais seus direitos, afirmam sua negritude e vivam com respeito às diferenças, por meio de um processo pedagógico otimizado pela escola e, mas também pessoal e coletivo na troca de saberes e na construção da cidadania.

METODOLOGIA

O presente trabalho descrito sobre a Comunidade Remanescente de Quilombo Três Irmãos situada no distrito de Santa Tereza no município de Croatá – CE foi realizado através de dados qualitativos e descritivos por meio de pesquisa de campo com observação na comunidade, entrevista com a presidente da Comunidade Remanescente de Quilombo e com a coordenadora pedagógica da Escola Quilombola Luiza Maria da Conceição, com a professora de História bem como estudo bibliográfico em documentos elaborados pelos órgãos responsáveis pelo reconhecimento oficial da comunidade. Diante disso, todas as informações obtidas foram fundamentais para que os objetivos do projeto fossem alcançados entre identificar a importância da Cultura Quilombola como componente curricular bem como perceber o trabalho sobre o Ensino de História da Cultura Afro – Brasileira na Escola.

O artigo desenvolvido sobre a Cultura da Comunidade Quilombola como componente curricular teve como Universo o município de Croatá – CE localizado a 350km da capital Fortaleza. O referido artigo teve como Lócus o distrito de Santa Tereza que dista 24km da sede do município, o qual dista 8km da Comunidade Quilombola. De acordo com os dados qualitativos e descritivos sobre a Comunidade Remanescente de Quilombo Três Irmãos, a população da comunidade é Afro – Brasileira sendo descendentes na sexta geração. A Comunidade é tradicional rural e negra, a qual é formada pelos descendentes de duas famílias negras tradicionais da região com ancestrais escravos. Atualmente na comunidade há 20 famílias com alto grau de analfabetismo, mas há um esforço pela educação das novas gerações, uma vez que a Comunidade já dispõe de uma Escola, sendo está a única Escola Estadual Quilombola no Ceará denominada Luiza Maria da Conceição.

A Comunidade não dispõe de posto de saúde e os moradores são atendidos pelo PSF (Programa Saúde da Família) do Distrito de Santa Tereza que fica a 8km da Comunidade de Quilombo. O atendimento na comunidade acontece apenas uma vez por mês pela enfermeira do distrito, no restante do mês todos que precisam de atendimento de saúde precisam se deslocar até a sede do distrito. Uma Agente de Saúde faz acompanhamento com as famílias da localidade e também em outra comunidade próxima denominada de Carnaúba Inlinhada. Quanto as emergências os pacientes são transferidos para o Hospital Municipal Monsenhor Antonino. Assim muitas vezes

os moradores da Comunidade solucionam seus problemas de saúde através da medicina popular com ervas medicinal, benzedeiras, garrafadas e curandeiros.

A maior parte da população dispõe de poucas posses de terras individuais herdadas de seus ancestrais. A maior parte quanto a alimentação das pessoas é através da agricultura de subsistência de forma tradicional (arroz, milho, feijão, algodão, mandioca, gergelim) como também na caça, na pesca, e no extrativismo de madeira para construção de casas. Atualmente nas casas já se utiliza telhas de barro feitas artesanalmente pelos próprios moradores o que antes o telhado era apenas com palha de Carnaúba. Algumas pessoas da comunidade trabalham como diaristas nas fazendas vizinhas e dessa forma adquirem bens que não são produzidos na própria comunidade por meio da renda obtida. Outra fonte de renda na comunidade é o artesanato feito pelos próprios moradores como também aposentadoria e bolsa família.

A expressão artística cultural mais presente na comunidade é o grupo de dança Neguinha D' Angola que é formado por moças da comunidade que preservam os ritmos abro – Brasileiros. Algumas casas da comunidade são feitas de taipa, outras já são de alvenaria, há energia elétrica e banheiros, mas não há água encanada nem tratamento de esgoto. Uma das características atuais da comunidade é a criação do Projeto Político Pedagógico (PPP) que está sendo feito na Escola com a participação de toda a comunidade escolar, o qual fomenta a maior participação da cultura quilombola como componente curricular.

Os critérios utilizados foram a partir da participação da Presidente da Associação da Comunidade Quilombola, da professora de história da comunidade e também da coordenadora pedagógica da escola diante da coleta dos dados qualitativos descritivos por meio da PERGUNTA DISPARADORA: De que forma a Cultura Quilombola pode contribuir como componente curricular na Escola?

A coleta dos dados obtidos no trabalho ocorreu a partir da visita na comunidade Quilombola em um dia de quarta-feira no mês de abril para entrevista através da pergunta disparadora – De que forma a cultura quilombola pode contribuir como componente curricular na escola? Dessa forma a entrevista ocorreu por meio do registro de áudio em um aparelho de celular através da gravação das falas das entrevistadas via programa de gravação no celular. A entrevista ocorreu na escola estadual da comunidade na sala da direção escolar onde se foi analisado, discutido e debatido sobre a importância da cultura quilombola na comunidade. Inicialmente a professora respondeu, logo depois a coordenadora pedagógica e em seguida a Líder da comunidade. Houve no final registro fotográfico do momento.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

Os resultados apresentados a seguir foram obtidos por meio da pergunta disparadora na comunidade Quilombola de Três Irmãos situada no município de Croatá – CE na Serra da Ibiapaba - *De que forma a Cultura Quilombola pode contribuir como componente curricular?*

Caracterizando os participantes da pesquisa

As participantes podem assim ser descritas: A Presidente da Associação da comunidade de Remanescentes de Quilombos Três Irmãos tem 43 anos de idade, é acadêmica do curso de Pedagogia da Universidade Estadual Vale do Acaraú – UVA, sendo também Agente Comunitária de Saúde (ACS) na comunidade quilombola, Ministra da Palavra na Comunidade e Catequista. A

segunda participante foi a coordenadora pedagógica da escola quilombola na comunidade, licenciada em História pela Universidade Estadual Vale do Acaraú – UVA e Especialista em Coordenação Pedagógica. A terceira e última participante no projeto foi a professora de História na escola quilombola, formada em História pela Universidade Estadual Vale do Acaraú e Especialista na mesma área.

Cultura do Quilombo e Componente Curricular

As discussões a seguir seguem a sequência das entrevistas realizadas e relatam a obtenção das respostas da pergunta disparadora – De que forma a Cultura Quilombola pode contribuir como componente curricular?

Inicialmente a professora argumenta que:

> Primeiramente gostaria de dizer que mim reconheço com traços quilombolas e indígenas, pois meu pai era bisneto de índio da tribo dos Tapuias que eram os indígenas que não falavam a língua Tupi e que se concentravam desde o município de São Benedito até a divisa com o Piauí. (Professora de História).

Diante de sua fala identifica-se o que está impregnado de raízes culturais como identidade pessoal. Ao afirmar que mesmo não tendo o registro de remanescente de quilombos, existe um auto aceitação relacionando sua origem às tribos indígenas, que habitavam a Chapada da Serra da Ibiapaba ainda na época colonial e que não deixa de ser de populações tradicionais.

> Um pouco da minha história neste início é que meu bisavô foi alfabetizado por jesuítas onde este alfabetizou meus irmãos e eles mim alfabetizaram. Nossa família era conhecida como a família dos loucos, pois sabíamos ler e escrever sem nunca termos estudado e dessa forma os fazendeiros sempre que chegavam cartas nas suas fazendas pediam para meu pai fazer a leitura. (Professora de História).

Ao afirmar que seu pai sabia ler e que os fazendeiros se utilizavam disso para a leitura de cartas, verifica-se uma não aceitação superior desse povo devido serem negros e ter que estarem submissos aos seus "senhores" diante da época. Segundo DANTAS, MATTOS e ABREU (2012, p. 122) "É a forma de auto identificação que conta, e ela pode se alterar de pessoa para pessoa, dependendo de como a tal se relaciona do ponto de vista político, com a memória de uma ascendência africana em qualquer nível".

Ao relatar sobre a importância da cultura quilombola na comunidade a professora discorre que:

> Considerando a cultura quilombola como componente curricular é preciso que se fale da valorização dessa cultura, pois sabemos que ainda é desvalorizada é necessário se buscar formas de prevenir ações preconceituosas. Um exemplo claro disso é quando se fala das religiões de matrizes africanas que são discriminadas ainda por pessoas, inclusive por alunos da escola por não dispor do conhecimento satisfatório e o que alarga isso é a forma pela qual o catolicismo repassou a seus fiéis dizendo que negros não eram gente e as religiões africanas eram demoníacas. Buscando quebrar esse preconceito diante da um espaço cultural que comtemple o currículo, se desenvolve projetos voltados para a valorização das religiões através de estudo em sala de aula, onde essas indagações foram observadas em sala de aula quando se trabalha essa temática. Com essa situação problema percebo que a importância se dá a partir da valorização cultural e nesse caso das religiões os moradores da comunidade deixaram de cultuar seus deuses devido um aculturamento através do catolicismo e em outros espaços que sobreviveram foi a partir de muita resistência. Dessa forma os remanescentes foram discriminados e suas religiões não resistiram, onde se faz necessário um regaste cultural dessas matrizes religiosas na própria comunidade através dos moradores. (Professora de História).

Considerando os traços culturais diante da resistência a professora relata que é preciso uma quebra de paradigmas quando se fala de religiões de origem africana, pois muitas pessoas acreditam que

são demoníacas, o que se explica devido a visão eurocêntrica do catolicismo ter tido um maior espaço de dominação na região da comunidade quilombola e de todo o universo da pesquisa. Assim destaca-se a necessidade um trabalho interdisciplinar que possa trazer a origem dessas religiões, sua importância, e resgate cultural pelos moradores da comunidade, visto que aonde isto prevaleceu foi a partir de muita resistência, tendo pouco espaço devido ao aculturamento do catolicismo. Para SOUZA (2012), isto esteve entrelaçado com

> Os colonizadores cristãos identificaram costumes ancestrais e holísticos de adoração e interação da natureza com ritos da feitiçaria e da idolatria pagã, e essa associação das culturas nativas e africanas com o imaginário diabólico europeu justificava e autorizava a colonização das almas, a violência física e simbólica contra os povos americanos. (SOUZA, 2012, p. 48).

Nesse contexto a professor ainda apresenta que:

> Outra forma de contribuição e por meio de compreender a história local, a ancestralidade, entender que a comunidade não foi uma invenção como algumas pessoas de fora da comunidade acreditam e assim prevenir contra o preconceito para com a comunidade inclusive por alunos que estudam na escola da, mas que não são reconhecidos como quilombos e tem esse pensamento até chegarem na escola. O trabalho de contribuição se dá através das aulas de história para que os alunos percebam o porquê que a escola é quilombola e que consigam se identificar como sujeitos da comunidade trabalhando a própria história porque a maioria das pessoas das comunidades vizinhas tem os mesmos traços culturais dos reconhecidos como quilombolas, a diferença é que não são reconhecidos, mas a cultura é a mesma. (Professora de História).

A identidade do povo da comunidade de três irmãos ainda é questionada por pessoas que acreditam que a comunidade tenha sido uma "invenção, onde se percebe a falta de conhecimento histórico ou cultural por parte de alguns. Contudo, de acordo com DANTAS, MATTOS e ABREU (2012, p. 106) "A possibilidade de "reavaliação do papel do negro na história do Brasil" é um dos principais benefícios que a implementação da Lei n° 10629/2003 pode trazer para a sociedade brasileira".

Dessa forma é preciso os projetos escolares contribuam para essa desmistificação de conceitos preestabelecidos para com a comunidade. A partir do momento que busca um reconhecimento local precisa-se estar proposto enfrentar desafios ao afirmar que a comunidade trouxe sua história e a demonstra por meios de suas práticas que podem contribuir estritamente ao conhecimento pedagógico para os discentes, pois se tem ainda práticas que nunca deixaram de existir como exemplo o artesanato local, a agricultura sem uso de agrotóxicos, a caça, armadilhas com quixó e também a pecuária

Entre os destaques culturais a professara ainda afirma

> Três irmãos se reconheceram trazendo a história local para a comunidade, mas a maioria das comunidades do distrito fazem parte da mesma família, pois se tem fora da comunidade, no caso na sede do distrito netos e bisnetos da escrava. Outra forma de contribuição são as práticas culturais da própria comunidade que não se perderam e que continuam a décadas no ritmo de vida dos moradores como artesanato feito com utensílios da natureza e com animais, ou seja, matéria-prima diretamente da natureza para criação de diferentes peças que são comercializadas e complementam a renda familiar das pessoas, construção de objetos de barro utilizando-se argila para construir potes, cabaças e telhas para as casas. (Professora de História).

Dessa forma, outra das grandes contribuições é a agricultura de forma totalmente tradicional sem o uso de agrotóxicos com o cultivo de milho, feijão, mandioca, abobora, melancia e maxixe na comunidade bem como a criação de animais destacando a pecuária local com a criação em terrenos cercados, onde os quais adubam o próprio terreno que serve de plantio. E por fim a contribuição

também é através das Leis 10.639 e 11.645 onde os alunos tenham conhecimento da importância e da valorização cultural deles próprios. Segundo SOUZA (2012, p. 124) "A divulgação das diretrizes trouxe aos profissionais de história, professores e pesquisadores novos desafios

A partir de todos os argumentos apresentados pela professora destaca-se a importância da cultura quilombola na Comunidade de Remanescentes de Quilombos de Três Irmão com a visão pedagógica apresentada pela Coordenadora da Escola Quilombola ao considerar inicialmente que:

> Afirmo que sou remanescente da comunidade mesmo não tendo o registro no INCRA. A busca constante por conhecimento no que diz respeito a valorização da história da comunidade é a forma pela qual se pode contribuir diretamente com diferentes ações. (Coordenadora Pedagógica).

Através de sua fala a coordenadora pedagógica da escola afirma não ser registrada no Incra como remanescente de quilombos, mas considera-se como quilombola e quando passou a ser coordenadora da escola percebeu o quanto é gratificante ser e participar da comunidade e poder ajudar com diferentes ações e projeto. Ao considerar a escola como importante espaço de saber, a coordenadora relata sobre o Projeto Político Pedagógico – PPP,

> A escola quilombola da comunidade Três irmãos, não dispõe de uma disciplina específica para o ensino da cultura da comunidade, mesmo que o PPP (Projeto Político Pedagógico) da escola está em fase de criação, o que justifica que todas as ações desenvolvidas são através de projetos nas disciplinas da matriz curricular e também de forma interdisciplinar, pois há jovens que ainda não tem o conhecimento sobre a história e importância da comunidade levando assim ao anseio de se escrever futuramente um livro sobre a história da comunidade, pois é preciso mostrar aos jovens para que eles possam dar valor a história local, a sua história, a história da comunidade. É necessário que se faça um resgate. (Coordenadora Pedagógica).

A escola da comunidade quilombola ainda não dispõe de uma disciplina especifica para o ensino da história da comunidade, mas o Projeto Político Pedagógico da Escola está em construção, o qual vai possibilitar mais ainda o trabalho de ações interdisciplinares.

Nesse contexto, outra contribuição da cultura local para com a escola é que os professores são orientados a trabalhar em cada uma das disciplinas atividades sobre a importância da cultura quilombola com enfoque na própria história local de acordo com cada disciplina com trabalho interdisciplinar onde os alunos passam a ter acesso ao trabalho também do Estatuto da Igualdade Racial, onde eles possam dar mais valor à comunidade por meio da sua cultura e história través do desenvolvimento dos projetos.

A coordenadora descreve que é preciso um resgate com os jovens da história local para que eles possam se reconhecer como quilombolas, visto que ainda há receio por parte de alguns. Esse trabalho de acordo com a fala da coordenadora acontece através de conteúdos inseridos na matriz curricular anual da escola. Sobre a elaboração de projetos a Coordenadora destaca

> A elaboração dos projetos é acompanhada pela coordenação pedagógica e os professores podem sugerir e trabalhar diante da matriz curricular anual. Uma das contribuições que também se destaca é o grupo de dança da comunidade com a dança do maneiro pau, grupo de capoeira, participação em projetos como o Festival alunos que inspiram da comunidade onde os alunos participam em diferentes modalidades artísticas e assim contam a história local. (Coordenadora Pedagógica).

Dessa forma já existe um trabalho interdisciplinar com todos os professores da escola para o trabalho conjunto que possa contribuir pelo desenvolvimento e crescimento constante da comunidade. Conforme SOUZA (2012, p. 125) "A história das culturas afro-brasileira e africana, entretanto, assim como a problematização desses conceitos, não tem recebido a mesma atenção e

divulgação". Com efeito, identificou-se que apenas um dos professores de um total de dez profissionais é da comunidade, mas que o restante trabalha como se se pertencesse há anos a própria comunidade por comungar de todos os traços culturais e valores presentes no Lócus. Um dos temas descritos pela Coordenadora Pedagógica e que s apresenta com necessidade de mudança são as turmas multisseriadas destacando,

A escola na comunidade recebe influência cultural com alunos que não são remanescentes, mas tem os mesmos traços culturais. As turmas que funcionam na escola são 1° ano do ensino médio e uma turma multisseriada do fundamental I do município do 1° ao 5° ano no turno manhã e 2° e 3° anos no turno da tarde. Uma das grandes contribuições culturais é que entre os 10 professores da turma existe um que é da própria comunidade, o qual leciona matemática, outros 2 são das comunidades vizinhas bem próximas e por isso são tidos também da comunidade quilombola e por último os outros 8 professores são da sede do município. (Coordenadora Pedagógica).

Dessa forma ainda somos carentes de profissionais da própria comunidade. Outra contribuição importante é que há alunos do 3° ano do ensino médio que pretendem estudar fora e depois voltar para a comunidade para prática das ações com a população local. Todos os trabalhos realizados de forma dialogada com o quadro de professores da escola são fomentados pela política nacional quilombola, por meio das leis 10.639 e lei 11.645 que tratam respectivamente do ensino da história e cultura afro brasileira e ensino da história e cultura afro brasileira e indígena como também por meio do estatuto da igualdade racial. De acordo com Pereira, Amorim e Porto (2012, p. 59) "O reconhecimento da identidade dos quilombolas contemporâneos por parte do Estado, depois de tantos séculos, abriga o resgaste e a valorização das culturas afrodescendentes em um sistema social ainda excludente e discriminatório". A Presidente da Comunidade Remanescentes de Quilombos de Três irmãos ao ser entrevistada destacou primeiramente a herança cultural presente na região ao considerar que,

A comunidade quilombola de três irmãos é rica culturalmente e pode contribuir significativamente como componente curricular a partir de um trabalho conjunto entre a escola e a comunidade, trabalho este que já acontece por meio da gestão da escola. Além das práticas culturais já relatadas e dos saberes também já relatados, existe outros que marcam a comunidade como a produção do café na comunidade que é produzido e torrado pelas pessoas da comunidade, sendo esta uma tradição que nunca acabou e que é repassada de pais para filhos. (Presidente da Associação).

Assim, a presidente da comunidade quilombola destaca inicialmente que isto só pode acontecer a partir de um trabalho conjunto entre a escola e comunidade, visto que na própria comunidade há alunos que estudam na escola, mas não são da comunidade quilombola o que evidencia um "choque" cultural que talvez possa levar a uma discriminação caso um trabalho de conscientização não aconteça

Além das contribuições já relatas pela professora e pela coordenadora pedagógica ainda existe outras práticas marcantes da comunidade que contribuem e podem contribuir ainda mais na escola e na comunidade por meio de ações integradas quanto a cultura do café que ainda existe na comunidade, o qual é cultivado e torrado na própria comunidade, os saberes das pessoas idosas que por meio do senso comum com animais e plantas conseguem produzir medicamentos e até mesmo prevê o inverno.

Sobre os saberes ainda comtempla destacando

Entre os saberes que possam fazer essa contribuição é através das pessoas idosa que utilizando dos sentidos através do senso comum conseguem perceber prevendo se o ano vai ser bom de inverno por meio das plantas, pássaros e formigas. A medicina caseira também se destaca através da cura e prevenção de doenças pelos mais idosos que buscam cascas de árvores para superar doenças e mal-estar. (Presidente da Associação).

Destacam-se assim de forma direta também as lavadeiras, os caçadores e os agricultores. Culturalmente a população da comunidade tem muito a contribuir, mas existe ainda muita timidez, pois existe discriminação da comunidade dentro do município e não há muita valorização, o que dificulta o trabalho com alguns moradores que entendem que em qualquer espaço irão sofrer com isso, sendo assim necessário mudar para que exista mais valorização e luta pelos direitos. Conforme PEREIRA, AMORIM e PORTO 2012, p. 58) "Nessas comunidades em geral, os mais velhos constituem uma espécie de fonte de sabedoria porque ressignificam as memorias mais longínquas do grupo, compartilhando-as, sendo, portanto, fundamentais para o processo de transformação constante das identidades coletivas

Várias pessoas da comunidade não conhecem seus direitos conforme é apresentado pela Presidente comunitária na sua fala ao referenciar alguns quilombolas

Uma das grandes questões ainda da comunidade é a falta da população na sua maioria ainda não ter conhecimento de seus direitos e ter receio de lutar por eles devido o preconceito e a desvalorização que existe dentro do próprio município. (Presidente da Associação).

Há mais ou menos uns dois anos a comunidade vem se integrando de forma mais positiva uns com os outros e nos trabalhos realizados pela escola a partir dos projetos, onde os idosos com seus conhecimentos repassam seus valores e tradições aos discentes. Dessa forma a Presidente da Associação defende "Há uma preocupação de se dizer o porquê e como chegaram na comunidade, entender as raízes e buscar a valorização de forma geral. (Presidente da Associação).

Atualmente a comunidade conta com 21 famílias reconhecidas como quilombolas, onde todas podem contribuir de forma positiva no âmbito cultural para que todas as práticas, valores e saberes possam ser repassados de geração em geração com enfoque especial sobre a construção do PPP (Projeto Político Pedagógico) fazendo surge os protagonistas na comunidade por meio da educação. Com efeito a presidente da associação considera que é necessário um trabalho mais articulado com a participação das pessoas idosas por meios de seus saberes e práticas culturais que perduram até os dias atuais na comunidade, onde possam crescer cada vez mais de forma significativa dando passos largos, pois ainda há muito a se conseguir. Por conseguinte, para SOUZA (2012, p. 79) "Pensar a identidade de uma população implica buscar compreender os valores por detrás da lógica de pensamento e de sua vida cultural".
Diante das características culturais podemos destacar novamente e ainda os valores e práticas culturais presentes na comunidade como o café torrado, a caça, as armadilhas para pega de animais e aves, a espingarda bate-bucha, a baladeira, a arapuca, a agricultura de subsistência sem uso de agrotóxico, o esterco de animais como adubo, as plantas espinhosas que servem de alimento para animais, o saber das pessoas idosas, a pecuária, o artesanato, as telhas de barro, as ervas medicinais e tantos outros que fundamentam a comunidade como remanescente de quilombos. esse contexto, é importante que se reconheça a história e sua identidade entendo os porquês e formas de como chegaram nessa comunidade.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O presente trabalho desenvolvido na comunidade remanescente de quilombos no município de Croatá – CE situado na Chapada da Ibiapaba e/ou Serra Grande buscou entender e identificar as

formas pelas quais a cultura quilombola na comunidade pode contribuir como componente curricular.

Os traços e registros históricos da comunidade são essenciais para que exista a identidade do povo que busca maior aceitação e menor discriminação por parte de pessoas que acreditam que a comunidade é uma invenção ou interesseiros em terras alheias. É sabido que se há luta há também resistência e com a comunidade de três irmãos não foi diferente, pois vários desafios já foram superados, mas hoje existe de fato a comunidade como prova vida de que um povo unido e fortalecido diante de um objetivo comum os objetivos passam a serem alcançados. Dessa forma houve uma contribuição para a vida pessoal e profissional diante da vivência dos povos quilombolas naquela comunidade, a partir de um leque de informações adquiridas e posteriormente interiorizadas por meio da pesquisa, sendo fomento a qualquer pesquisador, principalmente quanto a finalidade da temática desenvolvida.

Nesse contexto, é preciso que saibamos valorizar os povos tradicionais tendo a consciência de que a sua história diante de lutas e resistências precisam ser respeitadas e que sua cultura precisa ser resgatada de forma interdisciplinar dentro do contexto escolar e fora da escola, onde a comunidade translade ações significativas dando significado a todos os sujeitos presentes diante da realidade social vivenciada por todos e que exista mais curiosidades quanto aos saberes, valores e práticas desse povos, pois isto precisa ser continuado diante da riqueza cultural identificável no Quilombo Três Irmãos

REFERÊNCIAS

BENJAMIN, Walter. O **narrador. In: Textos escolhidos de Benjamin, Habermas, Horkheimer e Adorno (Os pensadores).** São Paulo: Abril cultural, 1983, p. 57-74.

BLACKBURN, Robin. **A construção do escravismo no Novo Mundo**, 1492-1800. Rio de Janeiro: Record, 2003.

CUNHA, Ana Stela de A. **Falando em Quilombo: a implementação da Lei 10639 na sala de aula.** São Luis: Socingra, 2005;

CAMPOS, Andrelino. **Do quilombo à favela: a produção do "espaço criminalizado" no Rio de Janeiro**. Rio de Janeiro. Bertrand Brasil, 2004.

GOMES, Flávio. **Do quilombo ao quilombola. Quilombos e quilombolas do Brasil.** Rio de Janeiro, Ciência Hoje das Crianças, ano 25, n° 240, novembro de 2012.

GUIA DE POLÍTICAS PÚBLICAS PARA COMUNIDADES QUILOMBOLAS. **Programa Brasil Quilombola.** Brasília 2013.

HALL, S. (200). **A identidade cultural na pós modernidade**. Rio de Janeiro: DP&A.

MOURA, Clóvis. **Quilombos: resistência ao escravismo.** São Paulo: Editora Ática, 1987.

MARQUES, José da Guia. **Relatório Antropológico de Reconhecimento e Delimitação do Território da Comunidade Remanescente de Três Irmãos**. José da Guia Marques - Fortaleza, 2010;

NOVAIS, Fernando. **Portugal e Brasil na crise do antigo sistema colonial**. São Paulo: Hucitec, 1979.

O negro no Brasil: trajetórias e lutas em dez aulas de história / Carolina Vianna Dantas, Hebe Mattos, Martha Abreu (org.). 1ª Ed. – Rio de Janeiro: Objetiva, 2012.

PEREIRA, Alan Ricardo Duarte. **O brasil ainda é uma colônia? É possível construir uma escola leitora!** Porto Alegre, Um Jornal de Ideias Mundo Jovem, ano 52, n° 445, abril de 2014**. Quilombolas e quilombos: Histórias do povo brasileiro** / Mateus Pereira, Gisella Amorim, Amélia Porto. – Belo Horizonte: Roma, 2012.

SILVA, Luís Claudio da. **Ainda mantemos a escravidão.** Mediar conflitos e repensar a educação. Porto Alegre, Um Jornal de Ideias Mundo Jovem, ano 52, n° 444, março de 2014.

SOUZA, Laura Oliveira Carneiro de. **Quilombos: Identidade e História.** 1. Ed. – Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2012.

_____, Denis Maurício de. **Colonização: utopias de domínio.** Mediar conflitos e repensar a educação. Porto Alegre, Um Jornal de Ideias Mundo Jovem, ano 52, n° 444, março de 2014.

SANTOS, Boaventura de Sousa. **Conhecimento prudente para uma vida descente: um discurso sobre as ciências revisitado.** Rio de Janeiro: Cortez, 2006.

VASCONCELOS Aguida. **O fio d´água do quilombo:** Uma narrativa do Zambeze no Amazonas? / Águida Maria Araújo de vasconcelos, Heloisa Pires Lima, Willivane Ferreira de Melo. – São Paulo: Prumo, 2012.

VIEIRA, Ribeiro Alexandre. **Escravo é aquele que não sou eu**. Vende-se gente: O comércio de escravos na formação do nosso mundo. Brasília, Ministério da Cultura: Fundação Biblioteca Nacional, ano 10, n° 108, setembro de 2014.

ZALUAR, Alba e ALVITO, Marcos (org.). **Um século de favela**. Rio de Janeiro: FGV, 1999.

ANÁLISE DAS DIMENSÕES DA SUSTENTABILIDADE NO SEMIÁRIDO EM COMUNIDADES RURAIS ASSISTIDAS PELA CARITAS SOBRAL.

Cristiane Saboia Barros
Rogeane Morais Ribeiro

INTRODUÇÃO

A busca pela sustentabilidade consorcia uma multiplicidade de fatores, sejam eles humanos que incluem com condições adequadas de sobrevivência e de bem-estar. Seja a mínima degradação, em prol de uma máxima conservação ambiental. O equilíbrio entre estes dois vetores principais ainda está condicionado a adequação aos fatores culturais, territoriais e políticos para se chegar a condições de sustentabilidade.

Desde os primeiros movimentos ambientalistas e apelos desenvolvimentistas a temática amadurece associada a diversas áreas de conhecimento que passa a um estágio de avaliação e mensuração (RODRIGUES, 2015). Mensurar a sustentabilidade não se caracteriza por métricas apenas quantitativas, há a necessidade de requisitos qualitativos que adequem as avaliações a contextos locais. Deste modo, fazer a leitura da sustentabilidade para comunidades no semiárido nordestino traz discussões específicas de acordo com as demandas locais.

A caatinga, como uma das suas regiões ecológicas terrestre, presente no semiárido nordestino detém características únicas e padece de preocupações relacionadas à degradação e desertificação (TABARELLI et al. 2017).

Em relação as condições humanas traz uma trajetória de precariedade econômica onde sua população na maioria encontra-se abaixo da linha da pobreza, 34,1% (CEARÁ, 2015).

Para esta pesquisa buscou-se adequar a temática da sustentabilidade, no semiárido da região norte do Estado do Ceará, através de quatro comunidades assistidas pela Cáritas Diocesana de Sobral, nos municípios de Bela Cruz, Santa Quitéria e Pacujá.

Assim, esse estudo tem como objetivo **a**nalisar as dimensões da sustentabilidade em comunidades que foram classificadas pela Cáritas Sobral na situação de vulnerabilidade de convivência com o semiárido. A partir das interposições de demandas, nas comunidades rurais diagnosticadas pela Cáritas – Sobral, verificar se as dimensões da sustentabilidade compiladas estão coerentes com as demandas apontadas pelas comunidades, segmentando os indicadores por dimensão.

Para atingir tais objetivos, a pesquisa se deu por meio de análise qualitativa, documental com processamento de dados no software IRAMUTEQ, além disso, seguem-se as seções a seguir que discutem as dimensões da sustentabilidade, indicadores e semiárido, aspectos metodológicos e resultados.

DIMENSÕES DA SUSTENTABILIDADE

As reflexões sobre as possíveis consequências trazidas pelo crescimento econômico, condicionados à exploração ilimitada dos recursos naturais que surgem após a segunda fase da

Revolução Industrial. A comunidade acadêmica começa a se preocupar na década de 1950, iniciando um processo sobre a identificação dos impactos da produção sobre o ecossistema, percebendo que a humanidade entraria numa crise ambiental global (LEIS; D´AMATO, 1994; NASCIMENTO, 2012).

O primeiro grande passo para o desenvolvimento sustentável adveio da década de 1970, nesta década há também a inserção da preocupação política com a atenção de governos e partidos políticos, os chamados atores político-sociais estavam dividindo as demandas, de um lado a orientação para o meio ambiente, noutro lado o combate a pobreza num cenário de conflito, interesses e debates entre ambientalistas e desenvolvimentistas (BRÜSEKE, 1994; LEIS; D´AMATO, 1994; MIKHAILLOVA, 2004; NASCIMENTO, 2012).

A introdução do termo ecodesenvolvimento atribuído à Maurice Strong, trouxe a possibilidade para caracterizar o desenvolvimento sustentável, termo que Sachs utiliza até hoje como sinônimo, ecodesenvolvimento e desenvolvimento sustentável, também na mesma perspectiva anterior (BRÜSEKE, 1994).

Nos anos 1990 o desenvolvimento sustentável é marcado pelos mercados verdes, as empresas iniciam o processo de abandonar antigas práticas negativas à questão ambiental englobando sociedade civil, estado e mercado. A capacidade de ação ética e comunicativa integra o foco das relações em questões locais e globais com maior cooperação e solidariedade entre as nações. Na década de 1990 o setor religioso ingressa mais expressivamente com produção científica Boff (Ecoteologia da Libertação), Capra (Teia da Vida), Edgar Morin (A Ecologização do Pensamento) e em discursos religiosos como do Papa Joao Paulo II e Dalai Lama (LEIS; D´AMATO, 1994).

Ao longo do tempo, pelo menos três grandes evoluções no conceito de desenvolvimento sustentável, Rodrigues (2015) faz uma compilação desta evolução, a primeira delas caracterizou-se pela identificação da degradação ambiental devido a anos de negligência e indiferença dos agentes econômicos, as primeiras medidas corretivas com as multas de controle da poluição. Num segundo momento houve a evolução para a eliminação dos limites territoriais dos Estados Nacionais, compreendendo a amplitude e impactos globais da degradação nas novas ações governamentais que visaram melhorar os sistemas produtivos. Já no terceiro momento, com uma percepção global às transformações questionando políticas e as metas de desenvolvimento, incorporam novos critérios ao conceito de sustentabilidade com a inserção dos indicadores e instrumentos de avaliação.

Para existir sustentabilidade deve haver “uma combinação suportável de recursos para a realização do processo econômico, a qual pressupõe que os ecossistemas operam dentro de uma amplitude capaz de conciliar condições econômicas e ambientais” (CAVALCANTI, 1994, p.8).

Tem um caráter multidimensional e multifacetado, aspectos: políticos, sociais, culturais, físicos, harmonia social, questões de cidadania, valores éticos e morais (STAHEL, 1994).

Sendo possível visualizar a filosofia do desenvolvimento que combina eficiência econômica com justiça social e prudência ecológica em projetos que buscam fontes de financiamento em agências internacionais. O meio ambiente passou a ser tratado como condição, potencial e um meio de produção sujeito também a julgamento moral, contudo submeter o processo econômico às leis do ecossistema (BRÜSEKE, 1994).

Assim, a sustentabilidade assume uma abordagem multidimensional, multidisciplinar e sistêmica que incorpora a capacidade dinâmica de adaptação do planeta a partir de condições econômicas, físicas, biológicas, geológicas, químicas e a natureza define um limite existente, como uma forma de restrição das atividades sociais. A inclusão da reflexão sobre a Lei da termodinâmica, a homeostase, a entropia, no pensamento sobre sustentabilidade leva-se a crer que a economia não pode crescer ilimitadamente, isso é incompatível com os ciclos do ecossistema o termo desenvolvimento sustentável é contraditório, contradição de palavras, crescer economicamente impacta no esgotamento de algum recurso natural (CAVALCANTI, 1994).

O conceito contemporâneo contempla a melhoria da qualidade de vida e advém do que foi expresso na Cúpula da Terra em Johanesburgo em 2002, adotando a perspectiva das dimensões: econômica, social e ambiental, pautadas na esperança, no respeito aos direitos humanos básicos, proteção ao meio ambiente e utilização racional dos recursos naturais (SEQUINEL, 2002; MIKHAILLOVA, 2004). Para Sachs (2009) a sustentabilidade pressupõe de critérios: social, cultural, ecológica, ambiental, territorial, econômica, política (nacional e internacional).

Para Sachs (2009) a dimensão social trata o desenvolvimento, a equidade social, inclui a distribuição de renda, acessos ao uso serviços naturais e atende um melhor nível de qualidade de vida, estabelecendo-se condições mínimas e máximas para o bem-estar. A dimensão cultural tem como foco a manutenção das tradições, ao mesmo tempo em que busca o equilíbrio com a abertura da sociedade para o mundo e para a inovação. As dimensões ecológica e ambiental discutem a preservação do potencial da natureza e a limitação do uso dos recursos não renováveis à autodepuração dos ecossistemas naturais na capacidade de carga do planeta.

A dimensão territorial busca mitigar desequilíbrio inter-regional, a redução da tendência em urbanização privilegiaria a melhoria das condições rurais, conservação da biodiversidade pelo ecodesenvolvimento local. A dimensão econômica inclui a pesquisa científica e a inovação tecnológica aos instrumentos de produção, considerando a relevância do desenvolvimento econômico. As dimensões política (nacional): internamente o país deve buscar certa coesão social para a tomada de decisões democraticamente já que a internacional aborda a garantia da paz mundial juntamente com a cooperação internacional, o controle financeiro e o princípio da precaução na gestão do meio ambiente são à base desta dimensão (SACHS, 2009).

INDICADORES DE SUSTENTABILIDADE

A demanda por indicadores de sustentabilidade surge na busca por acompanhar os resultados, trazer respostas à sociedade. Possibilitam acompanhar as estratégias e planos de desenvolvimento sustentável (MALHEIROS; PHILIPPI JR; COUTINHO, 2008; GUIMARÃES; FEICHAS, 2009).

A posição dos indicadores diante da sustentabilidade não se converte em uma tarefa simples, visto que a sustentabilidade tem por base fatores socioeconômicos, conservação das bases naturais e/ou biocapacidade. Para atender a demanda por avaliação, mensuração e monitoramento da sustentabilidade exigem-se pelo menos uma trinca de indicadores, para posteriormente se fundir num mesmo índice de duas ou três dimensões (VEIGA, 2010).

No Brasil uma publicação relevante em relação aos indicadores advém da publicação do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE que publica os Indicadores de Desenvolvimento Sustentável IDS, por orientação da Comissão de Desenvolvimento Sustentável das Nações Unidas.

A primeira versão dos IDS continha 50 indicadores, sendo 30 seguindo os modelos de indicadores da ONU, nesta adaptação foi retirada 15 indicadores do modelo da ONU por não possuir levantamento regular dos dados ou relevância à realidade brasileira. Foram incluídos desigualdade racial e rendimento familiar, Mata Atlântica e Amazônica (MALHEIROS; PHILIPPI JR; COUTINHO, 2008).

Eles acompanham um trajeto e corrigem rumos de um destino. Conscientizam sobre a situação ambiental e social em que se encontra o território, como também participar das definições do rumo do desenvolvimento que deseja. Apresentam impactos positivos e negativos de decisões e ações tomadas pela sociedade (GUIMARÃES; FEICHAS, 2009).

Os indicadores de sustentabilidade à medida que são como cartas de navegação, apontam a situação atual e o destino a ser alcançado possibilitando a correção de rumos e mudanças de comportamento (MALHEIROS; PHILIPPI JR; COUTINHO, 2008; GUIMARÃES; FEICHAS, 2009).

O uso de indicadores pode compor qualquer etapa do planejamento, monitoramento, avaliação da sustentabilidade, pois dá suporte à decisão e controle, podem orientar políticas públicas, são como um mapa orientador. Eles fornecem informações abrangentes sobre a sustentabilidade, proporcionam avaliações de impactos e comparações (BOSSEL, 2000; SINGH et al. 2012)

As se pensar em indicadores de sustentabilidade, torna-se essencial que eles partam não só de informações existentes, mas que sejam construídos a partir de problemas e situações reais, a população deve se apropriar dos resultados dos indicadores de sustentabilidade, acompanhar e incorporá-las a tomada de decisão real (MALHEIROS; PHILIPPI JR; COUTINHO, 2008; GUIMARÃES; FEICHAS, 2009).

Os Indicadores são centrais para projetos de sustentabilidade à nível local e regional, eles evocam questões técnicas quantificáveis como critérios pelos quais os valores são traduzidos em prática, os critérios são: o econômico, o ecológico, o social (como composição para características de fundo da prática humana) além dos pilares político, cultural (SCERRI; JAMES, 2010).

Se de um lado se tem a abordagem "de cima para baixo", que permite que especialistas e pesquisadores definam a estrutura geral para alcançar a sustentabilidade e posteriormente, dividido em conjunto de indicadores. Por outro se tem a abordagem "de baixo para cima" requer uma abordagem sistemática com a participação de várias partes interessadas (SINGH et al. 2012).

O processo da escolha de indicadores deve possibilitar a comparação temporal num mesmo território ou em outros, em escalas espaciais ou temporais, comparar objetivos definidos em planejamento, frutos dos desejos da sociedade com execução de políticas públicas executadas, as decisões tomadas, possibilitando além de comparações nas escalas anteriores com os resultados alcançados. Comparações temporais comunicam aos tomadores de decisão e à sociedade na condição da mesma métrica em momentos diferentes, mostrando sua estagnação, melhora ou deterioração, o que permite identificar, analisar e tomar decisões. E ainda possibilita também projetar tendências e analisar cenários (GUIMARÃES; FEICHAS, 2009).

Entende-se que os indicadores de sustentabilidade devem atender a estas demandas de modo proativo, atentar a uma visão de longo prazo e contemplar a participação da sociedade. Para

acompanhar esta multiplicidade de demandas e e atenderem a todos estes requisitos o modelo de indicadores que se adequa seria um consorciado de dimensões.

CARACTERÍSTICAS DA SUSTENTABILIDADE NO SEMIÁRIDO

Dentre as seis regiões ecológicas que compõem a ocupação terrestre brasileira está a Caatinga, em clima semiárido ocupa cerca de dez por cento da área do país, os nove estados do nordeste cobre em extensão o estado do Ceará, sendo o único bioma que não partilhado com nenhum outro país. Sendo sua vegetação prioritariamente arbustiva, nem sempre densa em biomassa vegetal, apresenta expressiva biodiversidade, registros arqueológicos, além dos elementos de manifestações culturais que consolidam a relevância plural deste território (TABARELLI et al. 2017).

Tabarelli et al. (2017) expressam suas preocupações com o cenário de degradação, desequilíbrio e desertificação da Caatinga. Para alcançar uma situação de sustentabilidade, Tabarelli et al. (2017) incluem entre os requisitos para a caatinga, a conservação da biodiversidade, prosperidade econômica, promoção e inclusão, justiça social e governança da sociedade.

A trajetória histórica da exploração econômica e contexto social têm no sertanejo o posicionamento extrativista de baixa tecnologia e dependente dos recursos naturais, num ambiente de escassez hídrica. Uma comunidade que carece de melhorias na qualidade de vida com demandas por elementos básicos como serviços de educação, saúde e saneamento básico.

Com 1,13% do território coberto por unidades de conservação de proteção integral e 6,32% em unidades de conservação de uso sustentável, há espaço para ampliação destes indicadores (TABARELLI et al. 2017).

Tabarelli et al (2017) e colaboradores sugerem metas para a sustentabilidade do semiárido que incluem requisitos ambientais, como a garantia o legado biológico e cultural da Caatinga. Ampliar redes ambientais protegidas, reconstruindo a vegetação nativa para conservar os principais cursos d'água; com isso viabilizar a vida de animais silvestre. Monitoramento da qualidade do solo.

Para os requisitos sociais e econômicos, as prioridades estão na saúde e educação. Sugerem programas de transferência de renda conectadas com educação, capacitação profissional e transferência de tecnologia; a regularização fundiária, inserção tecnológica e inovação. Elevação do valor agregado de menor risco socioecológico; susbstituição do consumo de lenha e de carvão da matriz energética por fontes alternativas como energia solar e eólica; por fim melhorias nas ações do poder público relacionado a planejamento e execução de programas voltados à sustentabilidade (TABARELLI et al. 2017).

Dentre as alternativas de sustentabilidade e de convivência com o semiárido, esta interligação com as dimensões essenciais da Agroecologia. Seja no manejo integrado, no protagonismo social na aplicação de tecnologia para conservação dos recursos naturais como a água (DINIZ; LIMA, 2017).

Há relevância à existência de ações coletivas concretas, dentre as bases de alavancagem entre o semiárido e a sustentabilidade. Esta o movimento social de Articulação no Semiárido Brasileiro (ASA-Brasil) criado em 1999, que pode ser citado como uma institucionalidade que contribuiu

para consolidação deste pensamento que teve dois pilares básicos: a conservação, uso sustentável e recomposição ambiental, na questão social a quebra do monopólio de acesso à água, à terra e meios de produção (DINIZ; LIMA, 2017).

Brasileiro (2009) discorre por meio da geografia as configurações necessárias que relacionam o homem e a natureza à interdisciplinaridade nas três dimensões para compreender as alternativas de desenvolvimento rural sustentável para a caatinga.

A exploração de percepções interdisciplinares para o semiárido é identificada por Brasileiro, que incluem requisitos sociais e físicos com os fatores sociais que podem ser citados a organização do espaço após construções de barragens, práticas ineficientes na agricultura e comercialização com poluição nos grandes centros urbanos, nos fatores físicos a influência do clima, incidência de chuvas, degradação e da fertilidade natural do solo (BRASILEIRO, 2009).

Dentre as alternativas de desenvolvimento econômico sustentável, Brasileiro (2009) aponta a agroecologia, o extrativismo controlado de algumas matérias-primas da caatinga e o turismo ecológico também defendem a tridimensionalidade (eco-agro-turismo), geração de ocupação e renda no Semiárido.

A qualificação para a produção agroecológica proporciona uma relação mais equilibrada do ser humano com o meio natural e requer mudanças radicais no atual modelo de desenvolvimento da agricultura familiar, com características de subsistência, as comunidades rurais adeptas a modelo de subsistência, por si só são geradora de impactos ao meio ambiente, cuja intensidade dependerá das técnicas e práticas que forem utilizadas para o cultivo (BRASILEIRO, 2009).

A sustentabilidade inclui a preservação ambiental do semiárido com mitigação da degradação da biodiversidade na conservação do pouco de vegetação nativa ainda existente incorpora outros elementos como a promoção socioeconômica e cultural, melhorias de infraestrutura e tecnologia agrária, envolvimento dos atores sociais nos territórios (BRASILEIRO, 2009).

Em que os territórios passam a ter um novo significado, que incluem a preservação das raízes culturais, da manutenção dos recursos naturais do bioma caatinga e da agregação de valor econômico ao produto rural (BRASILEIRO, 2009).

Apresenta na agroecologia a adaptabilidade e a boa convivência de cabras e ovelhas com a seca, e ainda a alternativa da criação de abelhas (BRASILEIRO, 2009).

METODOLOGIA

Para atender aos objetivos definidos, esta pesquisa está contemplada com o objetivo e fim exploratórios e descritivos de abordagem qualitativa e de natureza aplicada (RAUPP e BEUREN, 2006).

De forma sistemática serão avaliadas as variáveis multidimensionais de sustentabilidade (SACHS, 2009) que serão instrumentalizadas a partir do parâmetro de escala do Barômetro da Sustentabilidade (PRESCOTT-ALLEN, 2001) definindo-se as relações existentes nos diagnósticos de comunidades rurais atendidas pela Caritas Diocesana em Sobral/CE correspondentes as classes ecológicas e sociais identificando-se os indicadores de sustentabilidade

e as relações com o neo institucionalismo e planejamento regional, estabelecendo-se as prioridades para as fases posteriores.

As etapas da pesquisa dar-se na definição à classificação, os tipos e abordagens do o Barômetro da Sustentabilidade, os procedimentos técnicos na caracterização à região e aos diagnósticos em estudo.

Quadro 1: Caracterização da Comunidades.

Características do Plano de Desenvolvimento Local Sustentável-PDLS: o plano tem com objetivo de pleitear projetos na área da agricultura familiar, atividades de defesa de direitos sociais, as comunidades trabalhadas estavam diagnosticadas com situação de vulnerabilidade nas dimensões da sustentabilidade.			
COMUNIDADES			
Assentamento Leite	**Assentamento Queimadas**	**Assentamento Morrinhos**	**Comunidade Zipu**
Bela Cruz-CE 2005	Santa Quitéria-CE – 1998	Santa Quitéria – CE 1994	Pacujá – CE 1980
São 20 famílias, com renda proveniente da produção agrícola caju, mandioca, milho, feijão. Inclui a criação de animais como suínos, aves e ovelhas. Há a produção de artesanato, crochê e confecção de peças intimas.	São 20 famílias, como fonte de renda advinda criação de animais como bovinos, ovino e caprino e da agricultura, com plantio de milho, feijão e produção de queijo artesanal.	São 52 famílias, com renda da criação de animais (Bovino, Caprino, suíno e ovino) e culturas de sequeiro.	São 52 famílias, com renda da agricultura, produção de hortaliças e artesanato.

Fonte: Coleta direta CARITAS, 2019.

O processamento dos diagnósticos das comunidades rurais com características de risco em suas convivências com o semiárido serão compilados via programa IRAMUTEQ, analisar as intercessões de prioridades das comunidades nas dimensões, ver quais as dimensões e os indicadores que se repetem/ são mais relevantes nas comunidades, trazendo um esboço do que se adequaria ao semiárido;

Classificar por grau de relevância as dimensões da sustentabilidade (social, econômica, ecológica, ambiental, cultural, territorial, política nacional e internacional) nas 4 comunidades de forma agrupada, encontradas em comunidades assistidas pela cáritas Sobral.

Se de um lado se tem a abordagem "de cima para baixo", que permite que especialistas e pesquisadores definam a estrutura geral para alcançar a sustentabilidade e posteriormente, dividido

em conjunto de indicadores. Por outro se tem a abordagem "de baixo para cima" requer uma abordagem sistemática com a participação de várias partes interessadas (SINGH et al. 2012).

No top-down os pesquisadores e analistas selecionam o sistema e o grupo de indicadores a serem utilizados nas audiências públicas, reuniões e tomadas de decisão que podem se adaptar às condições locais, porém não podem modificar o sistema e nem o conjunto de indicadores. Como vantagens o processo se torna homogêneo e científico, podendo ser aplicado em estados e municípios como limitações que se podem apresentar a ausência de contato com a comunidade e percepção de suas escolhas, nem considera a questão ambiental. Esse modelo é um dos mais utilizados pela ONU. No bottom-up a comunidade participa do processo elegendo suas prioridades e considera suas limitações de recursos e finaliza com o parecer de especialistas. Como desvantagem se apresenta que a percepção da comunidade pode estar limitada a seu contexto, podendo vir a ocorrer equívocos em relação à sustentabilidade (VAN BELLEN, 2015).

DISCUSSÃO E ANÁLISE DOS DADOS

O processamento dos textos, diagnósticos do Plano de Desenvolvimento Local Sustentável – PDLS, das quatro comunidades assistidas pela Cáritas Diocesana de Sobral, nos municípios de Bela Cruz, Santa Quitéria, Morrinhos e Pacujá, para tratamento dos dados, foram denominados como *corpus*, a partir da classificação do *software* IRAMUTEQ.

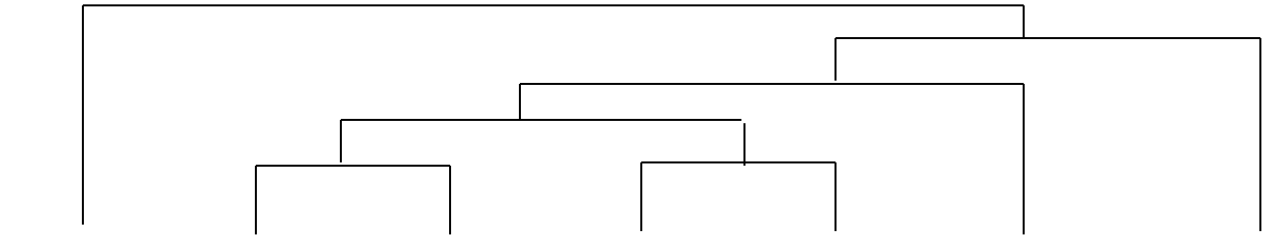
Na Classificação Hierárquica Descendente – CHD, conforme Figura 1, o *corpus* se dividiu em duas classes, classe 7, prioritária e as demais classes, seguiram a ordem de relevância, da seguinte forma, classe 6, classe 5, em conjunto por associação de assuntos a classe 4 e a classe 3 e por fim, relacionadas as classes 2 e 1.

Com 14,4% de associação com a classe 7, há duas temáticas em evidência, a questão de infraestrutura, que se relaciona à interligação dos territórios às sedes econômicas, (km, péssimo, estrada, acesso, limitante, distância, reunir). Como município em evidência figura a cidade de Sobral, não por acaso, os municípios estudados estão na macro região do Estado do Ceará, com centralidade na cidade de Sobral com vinculação à economia, acesso a serviços de saúde e educação superior pública.

O segundo sentido do grupo está no ser humano em suas fases da vida, homem, adolescente e criança, estando as relações sociais, continuidade e produtividade da comunidade ressaltadas nestas indicações.

Neste agrupamento da classe 7 as dimensões territoriais e sociais foram apontadas para melhores condições de desenvolvimento sustentável são evidenciada as vias de acesso das comunidades dos centros dos municípios e dos mercados. Desde a década de 1970 o apelo por melhores condições sociais foi inserido nas discussões sobre sustentabilidade, que se encontravam contrapontos entre os desenvolvimentistas e os ambientalistas (BRÜSEKE, 1994; LEIS; D´AMATO, 1994; MIKHAILLOVA, 2004; NASCIMENTO, 2012).

Figura 1: Classificação Hierárquica Descendente – CHD



Classe7 14,04%	Classe 4 13,09%	Classe3 14,09%	Classe 2 11,06%	Classe1 16,07%	Classe5 15,03%	Classe6 13,00%
Mês Km éssimo Homem Sede Estrada Acesso Tender Sentido Adolescente 00hs Sobral Ficar Criança Limitante Sempre Distância Reunir Município Hoje CE Ás Conter	Casa Existir Monofásico Membro Constituir Residência Grupo Jovem Alvenaria Energia Além Semente Mulher Fortalecimento Comunidade Reunião Professor Mente Internet Curso Claro Caminhada Associação Constar Juventude	Governo Brasil Projeto Técnico Ovino Terra Financiar Equipar Dinâmico Conversação Acessadas Miséria Iniciar Coletivo Construir Recurso Caprino Seguinte Técnica Criação Animal Programa Ano Órgão Mapa Assentar Lá	Ainda Região Questão Área Lixo Mina Sofrer Queimar Provocar Preservação Lei Desertificação Consideravelmente Conscientização Coleta Realizar Roçado Grande Bastante Pôr Caso Solo Ambiental Encontrar Prático	Como Bem Destacar Ação Agrícola Forma Também Próprio Resgate Comercializar Chapéu Carnaúba Camisa Artesanal Confecções Não Atividade Potencial Aspecto Familiar Produção Renda Pequeno Mobilização Feijão Conquista Produzir Produto	Parceria Apoio Orientação Trabalhador Agricultor Rural Sindicato Secretaria Prestar Meio STTR Doença Auxílio Social Manter Paróquia Idade Aposentadoria Semiárido Implantação Celebração Bom Junto EMATERCE Direito Santo	Água Cisterna Poço Profundo Humano Consumo Placa Uso Cultivo Captação Calçada Pedreiro Gerenciamento Chuva Beneficiar Enxurrada Aguar Vez Litro Situação Usar PR Hídrico Fonte Chuvoso Período

Fonte: Processamento de dados IRAMUTEQ, 2019.

Já a visão territorial esta integração traz o pertencimento, mas com a construção de relações com outras localidades, e assim o fortalecimento das comunidades estudadas da região norte do Ceará. Mas por sua vez as questões territoriais só adentraram nos conceitos de sustentabilidade num segundo momento e na busca por eliminar os limites territoriais (RODRIGUES, 2015).

Com 13% a classe 6 traz a água como requisito principal, tratando-se de comunidades do semiárido, a questão do recurso hídrico é apontada nos termos água, cisterna, poço profundo, captação, chuva, enxurrada, litro, hídrico, período chuvoso e fonte. Traça neste termos a convivência com o semiárido, na captação, no armazenamento de água das chuvas, nas consequências das chuvas torrenciais, como caraterísticas do semiárido em poços artesianos.

Como sequência dos recurso hídricos, têm-se o consumo e o uso com foco no cultivo, no beneficiamento e no gerenciamento para oscilação entre os períodos chuvosos e de escassez. A classe 6 repousa sobre na dimensão ambiental e ecológica, além da dimensão social, com a condição mínima de sobrevivência à água potável para a conquista da sustentabilidade, seja no recurso ambiental à água nos ciclos ecológicos e no seu uso. Dimensões que nortearam a questão da sustentabilidade desde os primeiros movimentos (LEIS; D´AMATO, 1994; NASCIMENTO, 2012; DINIZ; LIMA, 2017).

A classe 5 com 15,3% traz a institucionalidade descrita nos termos como parceria, apoio, orientação, implantação, junto, termos que remetem a busca pelo fortalecimento das comunidades por meio das instituições formais, como o sindicato, secretaria, STTR, IDACE, EMATERCE e os termos que remetem à presença da ação da Cáritas Diocesana, como paróquia, celebração, santo.

A ação da igreja católica é intensa desde a década de 1990, como se pode ver, sua atuação em busca da sustentabilidade tem peso considerável nas comunidades do semiárido, integra o foco das relações em questões locais e globais com maior cooperação e solidariedade (LEIS; D´AMATO, 1994).

O desafio da institucionalidade está no fortalecimento do protagonismo das comunidades nas lideranças locais, nos pilares da participação democrática, associadas à políticas públicas adequadas ao capital social capacitado e sendo capaz de mobilização. Perpassando-se pela dimensão política da sustentabilidade (PUTNAM; LEONARDI; NANETTI, 2006; RIBEIRO; FERNANDES; RIBEIRO, 2012)

Nas classes 4 e 3 com 13,9% e 14,9%, respectivamente, na classe 4 as necessidades de infraestrutura básica para se obter condições mínimas de bem-estar humano, complementando a classe 6, que foi a necessidade de água, nesta classe estão presentes nos termos casa, monofásico, construir, residência, alvenaria, internet, professor e a figura humana presente em jovem e mulher. Embora, complementam a questão social identificada na classe 7.

Os termos grupo, jovem, fortalecimento, comunidade, reunião e associação, presentes na classe 4, reforçam a importância da institucionalidade para a sustentabilidade local.

Na classe 3, há continuidade e inter-relação as institucionalidades, da classe 4 e da classe 5, os apontamentos relacionados à governo, Brasil, projeto, técnico, iniciar coletivo, programa, ano, órgão e assentar, consolidam a questão da institucionalidade e das políticas públicas para estas comunidades do semiárido, anteriormente representadas na classe 5.

Outra temática substanciada na classe 3 foram os encaminhamentos econômicos, são citados: ovino, terra, financiar, equipamentos, miséria, construir, recurso, caprino, técnica, criação, animal.

Assim, as classe 4 e 3, por ordem de relevância estão as dimensões sociais, econômicas e com inter-relação da dimensão política nacional com foco no fortalecimento institucional. “O equilíbrio estaria em buscar as condições adequadas de manutenção da vida humana com um sistema econômico equilibrado, capaz de conciliar condições econômicas e ambientais” (CAVALCANTI, 1994).

Por fim, na análise do CHD, tem-se as classes 2, com 11,6% e a classe 1 com 16,1% dos termos, sendo ela a que contém mais termos no texto. Na classe 1 é predominante a questão do meio ambiente com os termos: região, questão, área, lixo, mina, sofrer, queimar, provocar, preservação, lei, desertificação, conscientização, coleta, roçado, solo e ambiental. Na classe 1 são apontadas os fatores relacionados ao emprego, a renda e a produtividade local, com: destacar, ação, agrícola, comercializar, resgate, chapéu, carnaúba, camisa, artesanal, confecção, atividade, familiar, produção, renda, pequeno, feijão, conquista, produz.

A relação entre estas classes 2 e 1 está na interdependência entre elas, as dimensões ambientais, ecológicas e econômica. As dimensões ambientais e ecológicas estavam como prioridades na classe 6, que também foi apontada como único foco da classe, a água. Sendo possível visualizar o desenvolvimento combinado com uma economia forte, com justiça social e prudência ecológica (BRÜSEKE, 1994).

Na classe 2, por sua vez, as demandas se ampliam com foco nos impactos do manejo do solo, como as queimadas, a problemática dos resíduos sólidos nas comunidades e a importância de conscientizar a população da preservação, visto que isso impacta na dimensão econômica. A classe 1 traz as atividades econômicas locais, como o resgate da agricultura familiar, na cultura de cequeiro do feijão no manejo de potencial sustentável à carnaúba, a chamada popularmente de "árvore da providência em que dela tudo se aproveita, seja o chapéu e o artesanato.

A dimensão econômica inclui a pesquisa científica, com isso a aproximação das instituições de ensino superior é essencial para a inovação tecnológica. A melhoria dos instrumentos de produção (SACHS, 2009).

Nestas duas últimas classes percebem-se as preocupações das comunidades com as questões de sustentabilidade ambiental e alternativas para a condução do processo na busca por uma nova realidade sustentável. Seja ela à limitação do uso, no caso das comunidades à pobreza do solo e a limitação do recurso hídrico, evidencia-se o uso racional dos recursos e estar em mente a capacidade de carga ambiental (SACHS, 2009)

Por prioridades, foram apontadas as dimensões, políticas nacionais nas classes 5, 4 e 3, a dimensão social nas classes 7, 6 e 4, a dimensão econômica nas classes 3 e 1, a dimensão ambiental e ecológica na classe 6 e 2, a dimensão territorial é citada na classe 7. O que se percebe é que são as demandas sociais voltadas às condições mínimas de sobrevivência ainda não foram atendidas e como isso reflete nas relações políticas nacionais, na necessidade de políticas públicas e fortalecimento institucional local. As dimensões culturais e políticas internacionais foram questões preteridas em função das demais. A dimensão territorial mesmo sendo apontada em apenas uma classe, gera reflexos na dimensão econômica, para escoamento da produção e na dimensão social, no acesso aos serviços.

Tais constatações das relações entre as dimensões são validadas nos dendogramas de classe, já na classe 7 a centralidade das relações estão em três grupos, no assentamento, no homem e mulher e no acesso, com isso se vê a relevância da dimensão territorial na comercialização.

O dendograma da classe 6 formou seis subgrupos, a cisterna centraliza da formação prioritária. Cisterna pode ser considerada uma das principais fontes de armazenamento hídrico no semiárido, necessária à agricultura, levando ao grupo produção e cultivos, como também às famílias como

fonte de consumo e aos grupos água e consumo humano. A segunda fonte de armazenamento aparece no poço, os lençóis freáticos.

A classe 5 o dendograma está centrado na parceria, encaminhando-se a projetos e programas, semente e apoio, orientação, trabalhador e agricultor rural, assim como a política nacional é a fonte geradora dos projetos e ações locais.

O dendograma da classe 4 está centrado em família e cinco ramificações projeto, terra, governo, programa e construção, a reforma agrária,a posse da terra trazem a relevância das políticas públicas para as melhores condições sociais no semiárido.

A classe 3 associa o "e" como verbo no dendograma, em um grupo que reflete as necessidades de infraestrutura social básica e leva ao outro grupo de comunidade, na necessidade de se fortalecer a participação social.

O dendograma da classe 2 tem três desdobramentos, como se refere a busca pela forma de encontrar soluções para a melhoria da renda das famílias. O desdobramento comunidade mantém a comercialização e as funções econômicas para a melhoria das condições de permanência na comunidade, e em seu último desdobramento o reflexo do manejo das ações econômicas na questão ambiental.

Na classe 1 desdobra-se em cinco ramificações, como termos relevantes estão "ainda, realizar, questão, bastante, vir e pessoa". O "ainda" refere-se o qual ainda é necessário a realizar, seja no manejo sustentável dos roçados e na preservação ambiental. Os demais termos enfatizam a ausência da coleta e o sofrimento das pessoas com a mina.

A mina citada relaciona-se com a comunidade de Santa Quitéria com a implantação de uma usina de extração de minérios de fosfato e urânio, sendo o impacto disse no meio ambiente, ainda com discussões restritas na região.

A partir da descrição das dimensões, apresentam-se os indicadores de sustentabilidade no Quadro 2 segmentados pelas dimensões da sustentabilidade identificadas.

Quadro 2: Descrição das prioridades de comunidades do semiárido e seus indicadores

DIMEN-SÕES	DEMANDAS (N1-N2-N3-N4)	INDICADORES PARA DEMANDAS	INTERPOSIÇÃO DO DIAGNÓSTICO
SOCIAL	1. Cisternas; Iluminação pública; 2. Poços artesianos; Policiamento rural; 3. Água encanada; Campanha contra as drogas; Ronda militar; 4. Posto de saúde; Poço; Calçamento;	1. Percentual de adequação das habitações (atendam simultaneamente: banheiro, esgoto ou fossa séptica, 2 moradores por dormitório, água potável, coleta de resíduos); 2. Policiais por habitante 1/300 3. Pavimentação das vias (por total de km da comunidade)	Classe 7, 6, 4
ECONÔMICA	1. Processamento de caju; Apicultura; Sementes; 3. Acesso PRONAF;	4. Percentual de projetos estruturados de cajucultura e apicultura; 5. Acesso à programas de crédito (PRONAF) (% de acessos pelo total de produtor rural)	Classes 3, 1, acrescentam-se: 16. Percentual de projetos estruturados de ovino, caprino e demais criações; 17. Acesso à programas de crédito para equipamentos (% de acessos pelo total de produtor rural) 18. Percentual de execução de projetos de acesso à produção e comercialização de artesanato com a carnaúba; 19. Percentual de execução de projetos de escoamento da produção agrícola;
AMBIENTAL	1. Cisternas; Iluminação pública; 2. Poços artesianos; Desertificação; Reflorestamento; Impedir a instalação da mina de extração de minérios; Açude; 3. Coleta de lixo; Água encanada; Impedir a instalação da usina; 4. Queimadas; Reduzir o lixo;	6. Disponibilidade de uma cisterna e/ou poço, por comunidade, 110 l/água dia/por adulto; 7. Percentual de execução de projetos de (reflorestamento e redução da desertificação); 8. Destino adequado do lixo (% de queima, compostagem, aterros)	Classes 6, 2; Acrescentam-se: 20. Percentual de educação e fiscalização ambiental implantados nas comunidades;

Na descrição identifica-se que as práticas humanas são prioridades e são essenciais a serem mensuradas, pois relacionam os envolvimentos e fortalecem as comunidades (SCERRI; JAMES, 2010).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Discutir a sustentabilidade para o semiárido traz reflexões que se amparam nas especificidades dos estudos sobre a sustentabilidade, no que ser refere a compreender contextos ambientais e ecológicos da região, incluir as ponderações sociais e culturais do território. Sem que com isso se percam premissas básicas de bem-estar humano e ambiental.

Com isso, compreendeu-se que nas comunidades estudadas sediadas no semiárido, especificamente na região norte do Estado do Ceará, as questões sociais e econômicas ainda são essenciais para uma mudança de situação, para condições mais sustentáveis. Não há ainda condições básicas de saúde, a educação ainda tem a melhorar em indicadores de acesso e educação continuada. Refletidas por meio do quase isolamento das comunidades com vias de acesso precárias, que também vem a dificultar o escoamento da produção agrícola e relações com outros territórios, corroborando para mantê-la baixos níveis de renda da comunidade.

As variáveis ambientais e ecológicas ainda têm como prioridade os recursos hídricos, condições escassez ainda permanecem latentes associadas à qualidade desta água para o consumo humano. O nível elementar de educação ambiental coloca o solo e a vegetação em vulnerabilidade, assim como o destino adequado dos resíduos sólidos.

As culturais e territoriais mesmo não tendo sido apontadas, estando preteridas em funções de outras carregam responsabilidades de engajamento no fortalecimento comunitário e pertencimento, que por sua vez, podem vir a pressionar as dimensões políticas nacionais e internacionais a colaborarem para melhorias de indicadores de sustentabilidade.

A partir das interposições de demandas das comunidades rurais diagnosticadas pela Cáritas – Sobral verificou-se que as dimensões da sustentabilidade compiladas estão coerentes com as demandas apontadas pelas comunidades, segmentando os indicadores por dimensão seis das oito dimensões da sustentabilidade, as dimensões culturais e política internacional não se colocaram como prioritárias.

Como resultados foram identificados 15 indicadores de sustentabilidade factíveis de operacionalização a partir das demandas elencadas nas necessidades de projetos e foram acrescentados mais seis indicadores que se adequam à realidade de busca pela sustentabilidade no semiárido.

REFERÊNCIAS

BAIARDI, Amílcar; MENDES, Januzia. Agricultura familiar no semi-árido: fatalidade de exclusão ou recurso para o desenvolvimento sustentável. Anais: XLIV CONGRESSO DA SOBER, Sociedade Brasileira de Economia e Sociologia Rural, Fortaleza, 23 a 27 de Julho de 2006, p. 1-21.

BOSSEL, Hartmut. Policy assessment and simulation of actor orientation for sustainable development. Elsevier Science B Elsevier SPECIAL ISSUE. Ecological Economics 34, 2000, p. 337–355.

BRASILEIRO, Robson S. Alternativas de desenvolvimento sustentável no semiárido nordestino: da degradação à conservação. Scientia Plena, v.5, n.5, p. 1-12, maio, 2009.

BRÜSEKE, Franz Josef. O problema do desenvolvimento sustentável. In: CAVALCANTI, Clóvis. (org.). Desenvolvimento e Natureza: estudos para uma sociedade sustentável. . INPSQ/FUNDAJ. Instituto de Pesquisas Sociais, Fundação Joaquim Nabuco, Ministério de Educação. Governo Federal, Recife, Brasil. Outubro 1994, p.262.

CAVALCANTI, Clóvis. Sustentabilidade da Economia: paradigmas alternativos de realização econômica. . In: CAVALCANTI, Clóvis. (org.). Desenvolvimento e Natureza: estudos para uma sociedade sustentável. . INPSQ/FUNDAJ. Instituto de Pesquisas Sociais, Fundação Joaquim Nabuco, Ministério de Educação. Governo Federal, Recife, Brasil. Outubro 1994, p.262.

CEARÁ, Indicadores de pobreza. Disponível em: https://www.ceara.gov.br/2015/11/17/ceara-pobreza-e-desigualdade-tem-queda-drastica-em-10-anos/ . Acesso em 01 de outubro 2019.

DINIZ, Paulo C. Oliveira. Da experimentação social ao “experimentalismo institucional”: Trajetórias de relações entre Estado e sociedade civil - experiências no Semi-Árido. 2007. Tese (doutorado em sociologia) – Programa de Pós-Graduação em Sociologia – PPGS, Universidade Federal da Paraíba. Campina Grande. 2007.

DINIZ, Paulo Cesar Oliveira Diniz, LIMA, Jorge Roberto Tavares de. Mobilização social e ação coletiva no Semiárido Brasileiroconvivência, agroecologia e sustentabilidade. REDES, ISSN-e 1982-6745, Vol. 22, Nº. 2, 2017, p. 189-207.

GUIMARAES, Roberto Pereira; FEICHAS, Susana Arcangela Quacchia. Desafios na Construção de Indicadores de sustentabilidade. Ambiente & sociedade. Campinas, v. XII, n. 2, p. 3007-323, 2009.

INCRA. Sistema Nacional de Informações de Projetos de Assentamentos de Reforma Agrária – SIPRA. Relatório 0227 de 22/07/2016. Brasília: Incra, 2016.

LEIS, Héctor Ricardo. O ambientalismo como movimento vital: análise de susas dimensões históricas, ética e vivencial. In: CAVALCANTI, Clóvis. (org.). Desenvolvimento e Natureza: estudos para uma sociedade sustentável. . INPSQ/FUNDAJ. Instituto de Pesquisas Sociais, Fundação Joaquim Nabuco, Ministério de Educação. Governo Federal, Recife, Brasil. Outubro 1994, p.262.

MALHEIROS, Tadeu Fabrico; PHILIPPI JR Arlindo; COUTINHO, Sonia Maria Viggiani; Agenda 21 Nacional e Indicadores de Desenvolvimento Sustentável: Contexto brasileiro. Saúde Soc. São Paulo, v.17, n.1, p.7-20, 2008.

MIKHAILOVA, I. Sustentabilidade: Evolução dos conceitos teóricos e os problemas da mensuração prática. Revista Economia e Desenvolvimento, n° 16, 22-41, 2004.

NASCIMENTO, Elimar Pinheiro do. Trajetória da sustentabilidade: do ambiental ao social, do social ao econômico. Estudos avançados. São Paulo, v. 26, p. 35-50, 2012.

PUTNAM, Robert D.; LEONARDI, Robert; NANETTI, Raffaella Y. Comunidade e democracia: a experiência da Itália moderna. Rio de Janeiro, Fundação Getúlio Vargas, 5ed, 2006.

RIBEIRO, Ivo Cássio; FERNANDES, Elaine A.; RIBEIRO, Hilton M.D.A importância do capital social para o desenvolvimento de uma região um estudo sobre os municípios do consórcio público para desenvolvimento do Alto Paraopeba – CODAP no estado de Minas Gerais, Ruris, v.6,n.1, março, p.15-43, 2012.

RODRIGUES, Katia Fabiane. Desenvolvimento sustentável e desigualdade regional nas microrregiões do Paraná. Tese de doutorado. Universidade Estadual do Oeste do Parana, Toledo. 2015. 253 f.

SACHS, Ignacy. Caminhos para o desenvolvimento sustentável. Rio de Janeiro: Garamond, 2009.

STAHEL, Andri Werner. Capitalismo e entropia: os aspectos ideológicos de uma contradição e a busca de alternativas sustentáveis. In: CAVALCANTI, Clóvis. (org.). Desenvolvimento e Natureza: estudos para uma sociedade sustentável. . INPSQ/FUNDAJ. Instituto de Pesquisas Sociais, Fundação Joaquim Nabuco, Ministério de Educação. Governo Federal, Recife, Brasil. Outubro 1994, p.262.

SECCHI, Leonardo. Políticas públicas: conceitos, esquemas de análise, casos práticos. 2ed. São Paulo: Cengage Learning, 2013.

SINGH, Rajesh Kumar; MURTY, H. R.; GUPTA, S. K.; DIKSHIT, A.K. An overview of sustainability assessment methodologies. Ecological Indicators 15, 2012, p. 281–299.

TABARELLI, Marcelo et al . Caatinga: legado, trajetória e desafios rumo à sustentabilidade. Cienc. Cult., São Paulo , v. 70, n. 4, p. 25-29, Oct. 2018.

AÇÕES AGROECOLÓGICAS E DE SOBERANIA ALIMENTAR: FORMAÇÃO E EDUCAÇÃO NO TERRITÓRIO INDÍGENA DO POVO PITAGUARY, MARACANAÚ-CEARÁ

Fredson Maciel Pedrosa
Rafaela de Sousa Ferreira
Danielle Rodrigues da Silva
Anna Érika Ferreira Lima

INTRODUÇÃO

Analisando as mudanças do planeta e os impactos das forças antrópicas podemos afirmar que elas vem se intensificado com o passar dos anos. Com o crescimento da população em larga escala, ocasionou-se o aumento das demandas de alimentos, água e energia, implicando assim, um impacto sobre a biodiversidade e seus habitats. Esse aumento nas demandas, com o consequente aumento da produção na indústria, torna-se um dos principais desafios do século XXI para pesquisadores, governos, ambientalistas, educadores e povos indígenas e comunidades tradicionais. Sobre isto Mendonça (2017) afirma:

> Nestes aproximadamente duzentos anos de industrialização do planeta, a produtividade de bens e materiais e seu consumo se deu de forma bastante acelerada. Como esse processo de industrialização desrespeitou a dinâmica dos elementos componentes da natureza, ocorreu uma considerável degradação do meio ambiente. Essa degradação tem comprometido a qualidade de vida da população de várias maneiras, sendo mais perceptível na alteração da qualidade da água e do ar, nos "acidentes" ecológicos ligado ao desmatamento, queimadas, poluição marinha, lacustre, fluvial e morte de inúmeras espécies animais que hoje se encontram em extinção. (MENDONÇA, 2017, p. 10).

A qualidade dos alimentos produzidos por essas agroindústrias tem, sido questionada por vários setores da sociedade, visto que se utiliza de muitos agrotóxicos, sementes geneticamente modificadas e influenciam a rotina dos pequenos produtores rurais, que por vezes, perdem suas terras devido a concorrências desleais das grandes agroindústrias e/ou são afetados diretamente pela contaminação ao manusear os mesmos. Porém, apesar das críticas, a presença do setor agroindustrial se dá, indiscutivelmente, devido a ação da globalização, que fez emergir um novo patamar de produção para atender às necessidades da economia e do mercado externo. Hoje é o mercado que em geral determina quais culturas serão cultivads, como,onde e em que quantidade (ALTIERI, 2012).

Na contramão desse processo, a produção agroecológica baseia-se no conhecimento dos povos tradicionais que praticam uma agricultura baseada na conservação da água e do solo, no uso de semestes crioulas, na utilização de tecnologias sociais. A agricultura ecológica se baseia em estratégias de diversificação, tais como policulturas, rotações, cultivos de cobertura e integração animal para otimizar a produtividade e garatir a saúde do agroecosistema (ALTIERI, 2012). Essa prática busca garantir a segurança alimentar das comunidades onde é realizada, uma vez que possibilita uma produção mais saudável, diversificada e inclusiva, baseada em práticas que não degradam o ambiente ou a saúde humana.

Nessa perspectiva, o projeto de extensão "Agrochuí: ações de capacitação para agricultores familiares no territóriode Maracanaú com vista à saúde das comunidades do campo, da floresta e das águas" foi desenvolvido na comunidade Pitaguary, ações agroecológicas e de soberania alimentar com o propósito de propiciar melhorias sociais e promoção de saúde e qualidade de vida para esses povos, melhorias que visam um desenvolvimento de técnicas sociais que possibilite desenvolverem atividades agroecológicas que contribuam para uma alimentação saudável,

pautado no Direito Humano Universal à Alimentação e Nutrição Adequadas e à luz da Política Nacional de Alimentação e Nutrição (PNAN), onde a mesma afirma:

> A Política Nacional de Alimentação e Nutrição (PNAN) tem como propósito a melhoria das condições de alimentação, nutrição e saúde da população brasileira, mediante a promoção de práticas alimentares adequadas e saudáveis, a vigilância alimentar e nutricional, a prevenção e o cuidado integral dos agravos relacionados à alimentação e nutrição. (BRASIL, 2013. p, 21).

É necessário pensar a partir dessa premissa que a cultura de massa que é construída pelo fenômeno da globalização impacta e modifica os costumes das comunidades tradicionais, influenciando, inclusive na alimentação. Logo, o objetivo do presente trabalho é evidenciar a importância do desenvolvimento de ações agroecológicas na saúde e qualidade de vida das comunidades rurais a partir da experiência do Projeto agrochuí.

AGROECOLOGIA NO SEMIÁRIDO – FORMAÇÃO COM O POVO PITAGUARY

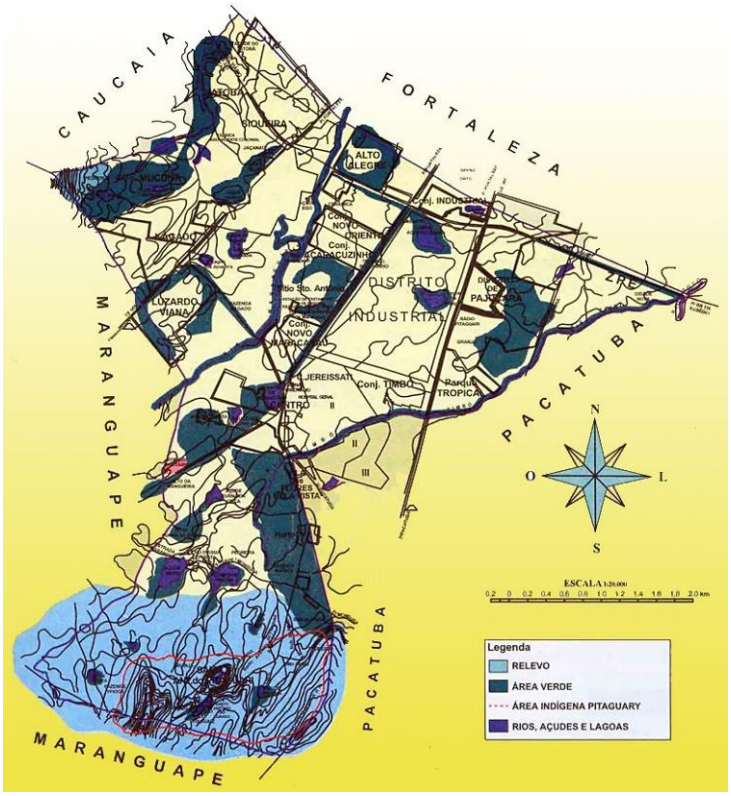
Os índios Pitaguarys constituem um dos cerca de 14 povos indígenas do Estado do Ceará, juntamente os Anacé, Gavião, Jenipapo-Kanindé, Jucá, Kalabaça, Kanindé, Kariri, Potiguara, Tabajara, Tapeba, Tapuia-Tabajara, Tremembé e Tubiba-Tapuia (GONÇALVES, 2015). A comunidade Pitaguary, localizada nos municípios de Maracanaú e Pacatuba (Figura 1) possui uma área total de 1.735 hectares, é dividida em três aldeias. São elas: Monguba, Olho-D´Água e Santo Antônio. Teve sua portaria declaratória de demarcação assinada em 14 de fevereiro de 2006, fato que se configura uma vitória para a comunidade após anos de luta (RIBEIRO, 2003)

É nessa comunidade que o IFCE, por meio de parcerias dos campus de Fortaleza, Maracanaú, Baturité e Quixadá realizaram as ações de formações para agricultores ocorreram, principalmente, na Escola Indigena Chui, localizada no território da comunidade Olho D'Água no município de Maracanaú. No período de janeiro de 2018 à dezembro de 2019.
De acordo com os dados do *Instituto Brasileiro de Geografia e Estatistica* (*IBGE), a cidade de Maracanaú possui uma área territorial de* 106,648 km², estando ela na Região Metropolitana de Fortaleza, com uma população de 209.057 habitantes (IBGE, 2010).

As terras do povo Pitaguary apresenta uma característica física importante em comparação ao restante do territorio semiárido do Ceará, visto que, este território se encontra próximo a serras e ao litoral cearense, o que possibilita ao solo uma maior disponibilidade hídrica em comparação aos sertões semiáridos do Estado.

Esses povos tiram seu sustento da terra em que vivem, praticam a pesca, realizam o extrativismo vegetal e mineral, produzem artesanato e desenvolvem a agricultura familiar de subsistência, onde plantam as seguintes culturas: mandioca, macaxeira, milho, feijão e jerimum, essas práticas agrícolas são desenvolvidas como mais eficiência na estação chuvosa do estado (RIBEIRO, 2003). O extrativismo praticado como fonte de renda tem como característica o corte da madeira, o que vai aos poucos provocando a perda de vegetação, e são nessas práticas que as ações agroecológicas tem o intuito de mostrar que é possivel obter renda com a vegetação em pé, onde a ideia da agrofloresta pode ser implantada. O intuito da formação educacional agroecológia no Território Pitaguary não é subjugar o comportamento cultural desses povos, mas, mostrar que possível é para produzir, obter renda e preservar a natureza sendo estabelecidas trocas de saberes para o bem viver como preconiza Boaventura de Sousa Santos e Maria Paula Meneses no livro Epistemologias do Sul (SANTOS, 2010), conforme Maciel (2009),

Figura 1: Localização da terra indígena Pitaguary - Maracanaú.



Fonte: Museu Virtual de Maracanaú. 12 de Abril de 2016

Figura 2: População na Terra Indigena Pitaguary

Ano	População na Terra Indígena	Fonte
1999	871	GT/Funai
2005	2144	Funasa
2006	2351	Funasa
2011	2740	Funai/Fortaleza
2013	3383	Siasi/Sesai
2014	3623	Siasi/Sesai

Fonte: terrasindigenas.org.br

As bases científicas da agricultura alternativa refere-se a preservação ambiental, porém incorporam elementos naturais mais amplos, como a promoção sócio-econômico de agricultores que vivem em situação precária, discutindo com eles a visão política, fazendo-os reconhecer seu papel na sociedade, fortalecendo os laços de identidade com o território da agricultura familiar e valorizando perpectivas de segurança alimentar.(MACIEL, 2009, p.32)

As ações formativas e capacitadoras realizada na comunidade Pitaguary realizada no período de janeiro de 2018 à dezembro de 2019, se deram por meio de cursos de curta duração, preparando os agricultores para a condução de sistemas de produção com base na agroecologia e cultivo orgânico (Tabela 1).

As ações formativas tiveram como objetivo preparar os agricultores para a condução de sistemas de produção com base na agroecologia e cultivo orgânico, totalizando 140h/a, ressaltando a importância dos produtos obtidos em sistemas agroecológicos e orgânicos para a manutenção da saúde de suas famílias. Vale salientar, que esta iniciativa proposta pelo IFCE teve como desígnio contribuir para minorar os problemas advindos da exposição aos agrotóxico, favorecer a fruição dos benefícios relacionados à produção de base agroecológica, além de indicar as formas de uso das potencialidades de plantas alimentícias não-convencionais e plantas medicinais encontradas na área de pesquisa, tendo como instrumentos as tecnologias sociais e formações que subsidiem sua inserção no Território estudado.

Tabela 1: Cursos de curta duração realizados pelos agricultores da comunidade Pitaguary (2018 – 2019)

Oficinas/Módulos	**Carga horaria em h/a**
Aula Sistema Único de Saúde-Participação e Controle Social Política Nacional de Saúde Integral das Populações do Campo, da Floresta e das Águas	10
Agroecologia e Produção Orgânica de alimento.	10
Higiene e Segurança de Alimentos	10
Segurança Alimentar e Nutricional	10
Criação de Mudas para Hortas e Pomares	10
Implantação de Hortas Orgânicas/Reuso de águas Cinzas	10
Segurança do Trabalho e Higiene Pessoal	10
Empreendedorismo	10
Cooperativismo	10
Fossas Verdes/Resíduos Sólidos	10
Fossas Verdes/Coleta Seletiva	10
Fossas Verdes/Compostagem/Vermicompostagem	10
Fossas Verdes	10
Plantas Medicinais	10

Fonte: Projeto Agrochuí. Adaptação: Os autores.

Figura1: Módulo de Segurança Alimentar e Nutricional

Fonte: Arquivo do projeto Agrochuí, 19 de junho de 2018.

Figura 2: Geleia de acerola produzida durante a formação

Fonte: Arquivo do projeto Agrochuí, 19 de junho de 2018.

Pensar a agroecologia no semiárido é um grande desafio, pois essa área possui ampla variabilidade climática, cuja maior manifestação são as precipitações pluviais escassas e randômicas, além da incidência periódica de secas. (PONTES; MACIEL, 2015, p. 39).

No entanto, devido as condições ambientais, da comunidade Pitaguary e da prática que muitos agricultores já vinham desenvolvendo na sua produção, voltando-a à agricultura sustentável, o Projeto encontrou terreno fértil para disseminar e compartilhar o conhecimento de diversos sujeitos sociais envolvido, a saber: Professores geógafos, engenheiros florestais, engenheiros ambientais, cartógrafos, engenheiro de alimento, enfermeiros, agricultores e estudantes universitários de diversas áreas.
O Projeto, se concentrou, portanto, na busca de um convívio mais harmonioso com a natureza, respeitando seus limites e aproveitando seu potencial para a produção agrícola, numa perspectiva que se traduz na afirmação de Caporal (2009)

A agroecologia não se propõe como uma panaceia para resolver todos os problemas gerados pelas ações antrópicas de nossos modelos de produção e de consumo, nem espera ser a solução para as mazelas causadas pelas estruturas econômicas globalizadas e oligopolizadas, senão que busca, simplesmente, orientar estratégias de desenvolvimento rural mais sustentável e de transição para estilos de agriculturas mais sustentáveis, como uma contribuição para a vida das atuais e das futuras gerações neste planeta de recursos limitados. (CAPORAL, 2009, p, 13).

A Organização das Nações Unidas para Alimentação e Agricultura (FAO) lançou uma pesquisa em 2013 que já mostrava o Brasil como o maior consumidor de agrotóxico do mundo.O uso dos agrotóxicos na agricultura convencional gera grande impacto no modo de trabalho e vida das pessoas, as plantas, o solo, a água se contaminam ao entrarem em contato com esses produtos gerando danos à saúde dos indivíduos, ocasionando assim, graves problemas socioambientais.

As comunidades do campo, por vezes deixam de praticar a atividade agroecológica, devido ao mito criado de ser uma atividade muito dispendiosa e caminha suas práticas ao encontro da lógica capitalista de produção agrícola, esquecendo-se dos problemas que esta atividade impacta ao meio natural. Abre-se mão das tecnologias sociais, onde por princípio, possuem a finalidade do desenvolvimento rural de maneira sustentável.

As ações desenvolvidas no território da etnia Pitaguary (Figuras 3 e 4) de cunho agroecológico promovido pelo Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Ceará (IFCE), visou, ainda, desenvolver nos indivíduos uma consciência de práticas agroecológicas, onde essa consciência ambiental estivesse pautada no convívio harmonioso entre sociedade e natureza, com o intuito de promover uma soberania alimentar para esses povos, onde esses pequenos produtores possam produzir alimentos saudáveis.

Figura 3 – Produção agroecológica de propriedade de um dos estudantes do curso de Formação do projeto Agrochuí

Fonte: Arquivo Projeto Agrochuí, 26 de janeiro de 2019.

Figura 4 – Aula de campo em Propriedade com produção agroecológica

Fonte: Arquivo Projeto Agrochuí, 26 de janeiro de 2019.

MATERIAL E MÉTODO

O presente trabalho trata-se de um estudo de caso, cujo método da abordagem de investigação em ciências sociais utiliza-se de um ou mais métodos qualitativos de recolha de informação e não segue uma linha rígida de investigação.

Para sua realização foram desenvolvidas quatro etapas: 1) levantamento bibliográfico e de dados secundários; 2) trabalho de campo para registro de imagens e acompanhamento de atividades nas oficinas; e, 3) análise e sistematização dos dados coletados (utilizando o software Excel) do Projeto Agrochuí, desenvolvido na Comunidade Pitaguary em Maracanaú-CE.

Utilizou-se a observação participante como método de pesquisa, tendo em vista, a participação dos autores no Projeto de Extensão desenvolvido na comunidade.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

A ideia de formação e educação no território indígena dos povos Pitaguarys em Maracanaú - Ceará está inbuída de um pensamento comunitário comprometido com a sustentabilidade, envolvendo toda a comunidade, disseminando o pensamento preocupado com o meio ambiente por meio de ações educacionais voltadas a reduzir, reutilizar, reciclar e reparar os recursos disponíveis no espaço da comunidade e seu entorno.
As oficinas e cursos realizado pelo Projeto buscou, em suas aplicações, discutir sobre meios e

estratégias para melhorar a qualidade ambiental e de vida das populações do campo, da floresta e das águas previstas na Lei nº 8.080, de 19 de setembro e 1990 e na Portaria nº 2.866, de 2 de dezembro de 201, especificamente, do Território de Maracanaú, tornando-os também multiplicadores do aprendizado que obtiveram nos encontros de capacitação, os quais estão listados a seguir:

Tabela 2: Oficinas realizadas e quantidade de pessoas assistidas.

Datas	Oficinas	Numero de alunos participantes
24/03/2018	Aula Inaugural	73
07/04/2018	Aula Sistema Único de Saúde-Participação e Controle Social Política Nacional de Saúde Integral das Populações do Campo, da Floresta e das Águas	67
14/04/2018	Agroecologia e Produção Orgânica de alimento.	43
28/04/2018	Agroecologia	16
05/05/2018	Higiene e Segurança de Alimentos	34
12/05/2018	Higiene e Segurança de Alimentos	25
09/06/2018	Segurança Alimentar e Nutricional	16
16/06/2018	Segurança Alimentar e Nutricional	22
23/06/2018	Soberania Alimentar	09
30/06/2018	Soberania Alimentar	22
07/07/2018	Criação de Mudas para Hortas e Pomares	16
14/07/2018	Criação de Mudas para Hortas e Pomares	14
04/08/2018	Implantação de Hortas Ôrganicas	15
11/08/2018	Implantação de Hortas Ôrganicas/Reúso de águas Cinzas	16
25/08/2018	Segurança do Trabalho e Higiene Pessoal	16
20/10/2018	Empreendedorismo	12
03/11/2018	Cooperativismo	13
10/11/2018	Fossas Verdes/Resíduos Sólidos	11
17/11/2018	Fossas Verdes/Coleta Seletiva	11
24/11/2018	FossasVerdes/Compostagem/Vermicompostagem	09

Fonte: Adaptação, os autores 2020.

Conforme a tabela 2, foram realizadas 20 oficinas no ano de 2018, variando de 1 a 4 encontros mensais. As temáticas mais abordadas estiveram realcionadas à agroecologia, Segurança alimentar e nutricional, hortas orgânicas, higiene e segurança dos alimentos e fossas verdes.

Para realização das oficinas contou-se com a colaboração de professores de quatro campus do IFCE, a saber: Fortaleza, Maracanaú, Quixadá e Baturité, além de estudantes bolsistas do Projeto de extensão e colaboradores convidados de temáticas específicas, tais como: Sistema Único de Saúde-Participação e Controle Social Política Nacional de Saúde Integral das Populações do Campo, da Floresta e das Águas.

A participação nas oficinas variou de 9 a 73 participantes. Essa variação se deu por diversos fatores, tais como: marcação de aula em datas próximas a feriados, problemas pessoais, interesse no módulo do referido dia, alongamento do curso. Áreas de produção de alunos do curso serviram de trabalho de campo em alguns módulos das oficinas, propiciando assim, a vizualização da prática agroecológica já desenvolvida na comunidade e a partilha de conhecimentos entre os produtores participantes da formação.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Durante a realização do projeto buscou-se despertar nos sujeitos sociais da comunidade Pitaguary a compreensão do potencial advindo de alimentos tradicionais, bem como, a relação intrínseca existente entre a questão da saúde, da soberania alimentar e do saneamento ambiental a partir de estratégias como a produção agroecológica.

As ações educacionais que ocorreram na Escola Indígena do Chuí, localizada na Aldeia Olho D'Água no município de Maracanaú, estavam pautadas na construção do conhecimento conjunto, onde o saber científico de forma alguma se colocou superior aos saberes tradicionais dos agricultores. As ações formativas desenvolvidas foram resultado de 1 ano de diálogos com a comunidade onde a pesquisa da extensão, e subsequente pesquisa, seguiu a lógica de se estabelecer "com" a comunidade e não apenas "sobre" a comunidade

Ou seja, o processo de formação se deu de maneira participativa onde os própios moradores, através de dialógos, levantaram as potencialidades, problemas e vulnerabilidades do território. Assim as ações educativas e os planos de ações puderam ser bem direcionados, buscando ao máximo mostrar a importância de se adotar sistemas agroecológicas de produção nas terras dos povos Pitaguary.

Durante toda execução do projeto as temáticas ambientais do território Pitaguary eram os principais objetos em discussão, onde por meio das oficinas buscava-se alternativas para garantia a conservação ambiental e melhoria da saúde coletiva dos povos Pitaguary.

Buscou-se na ações formativas despetar nos agricultores a conversão e consolidação de sistemas de produção com base na agroecologia e cultivo orgânico, onde esses povos puderam perceber à importância dos produtos obtidos em sistemas agroecológicos e orgânicos para a manutenção da saúde de suas famílias, visto que, os sistemas agroecológicos possibilitam a prevenção de doenças e segurança alimentar e nutricional das populações do campo, da floresta e das águas.

Agradecimentos: Ao fomento do Ministério da Saúde. Ao Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Ceará (IFCE). A comunidade do povo Pitaguary.

REFERÊNCIAS.

ALTIERI, Miguel. **Agroecologia**: bases científicas para uma agricultura sustentavel. – 3. ed. rev. ampl. – São Paulo, Rio de Janeiro : Expressão Popular, AS – PTA 2012.

BRASIL. Lei nº 8.080, de 19 de setembro e 1990. Dispõe sobre as condições para a promoção, proteção e recuperação da saúde, a organização e o funcionamento dos serviços correspondentes e dá outras providências. Disponivel em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l8080.htm>. Acesso em 10 de março de 2020.

BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Atenção à Saúde. Departamento de Atenção Básica. Política Nacional de Alimentação e Nutrição / Ministério da Saúde, Secretaria de Atenção à Saúde. Departamento de Atenção Básica.Básica. 1. ed., 1. reimpr. Brasília: Ministério da Saúde, 2013.

BURITI, C. O.; BARBOSA, H. A. **Um século de secas:** por que as políticas hídricas não transformaram o semiárido brasileiro? Lisboa: Chiado, 2018.

CAPORAL. Francisco Roberto (org). **Agroecologia** : uma ciência do campo da complexidade. – Brasília : 111 p. ; 12cm

GONÇALVES, Cayo Robson Bezerra. **Os Pitaguary do pé da serra:** etnogênese e conflitos sociais. 19 de junho de 2015. Disponivel em: <http://eventos.livera.com.br/trabalho/98-1020427_19_06_2015_15-49-16_5891.PDF>. acesso em 03 de juho de 2019.

INSTITUTO HUMANITAS UNISINOS. **Afinal, o Brasil é o maior consumidor de agrotóxico do mundo?** 26 de junho de 2019. Disponivel em: <http://www.ihu.unisinos.br/78-noticias/590325-afinal-o-brasil-e-o-maior-consumidor-de-agrotoxico-do-mundo> Acesso em: 13 de nov. de 2019.

INSTITUTO SÓCIOAMBIENTAL. **Povos indígenas no Brasil.** Disponível em: <<https://pib.socioambiental.org/pt/Povo:Pitaguary#Aspectos_s.C3.B3cio-econ.C3.B4micos>Acesso em: 15 de jan. 2020>. Acesso em: 10 de jan. de 2020**.**

INSTITUTO SÓCIOAMBIENTAL. **Terra Indígena no Brasil**. Disponivel em: https://terrasindigenas.org.br/pt-br/terras-indigenas/4057. Acesso em: 10 de jan. de 2020.

MACIEL, Augusto Amorim (Org.). **Entre geografia e geosofia**: abordagens culturais do espaço**.** Recife: ed. UFPE, 2009.

MENDONÇA, Francisco de Assis. **Geografia e meio ambiente.** 9.ed., 1ª reimpressão. São Paulo: contexto, 2017. (Caminhos da Geografia).

SANTOS, Boaventura de Sousa; MENESES, Maria Paula. (Orgs.) Epistemologias do Sul. São Paulo; Editora Cortez. 2010. 637páginas.

RIBEIRO, M. **Diagnóstico Ambiental Preliminar da Terra Indígena Pitaguary**. FUNAI. Brasília, 2003.

CONHECIMENTO POPULAR PARA PREVISÃO DA QUALIDADE DO PERÍODO CHUVOSO NO SEMIÁRIDO DO CEARÁ: OS PROFETAS DA CHUVA

Francisco Haulivan Ferreira Silva
Bruno de Castro Santos
João Luís Sampaio Olímpio

INTRODUÇÃO

O semiárido brasileiro corresponde 18,2% do território nacional, abrangendo um total de 1.262 municípios dos estados do Maranhão, Piauí, Ceará, Rio Grande do Norte, Paraíba, Pernambuco, Alagoas, Sergipe, Bahia e Minas Gerais. Ocupa uma área de 1.128.697 km² e tem uma população de 27.879.241 habitantes. (SUDENE, 2017). É uma região marcada pela irregularidade do período chuvoso, ora resultando em anos bastante chuvosos, mas com maior frequência produzindo anos extremamente secos. Isso faz que a população que nela vive tenha uma maior sensibilidade ao fenômeno das chuvas.

Historicamente, o principal empecilho para o desenvolvimento das populações sertanejas é a irregularidade das chuvas, pois o seu excesso, mas sobretudo a sua ausência, é deflagradora de crises sociais, econômicas e ambientais que desestruturam os arranjos produtivos e limitam o acesso aos bens necessários para a manutenção da vida (OLÍMPIO; ZANELLA, 2017). Em virtude disto, as precipitações são um recurso de valor imensurável para a população rural do semiárido brasileiro. No estado do Ceará, por exemplo, existe uma vivência peculiar com a chuva. O sertanejo tem uma convivência diferenciada com a chuva, pois a irregularidade e muitas vezes a ausência das chuvas trazem mazelas para o povo do sertão cearense.

> Para o cotidiano do sertanejo e sobrevivência de sua família o fator interferente mais grave reside nas irregularidades climáticas periódicas que assolam o espaço social dos sertões secos. Na verdade, os sertões nordestinos não escapam a um fator peculiar a todas as regiões semiáridas do mundo: a variabilidade climática. [...] O importante a se destacar é a sequência altamente irregular dos anos de ritmo habitual, entre os quais se intercalam trágicos anos de secas prolongadas; rupturas, que representam dramas inenarráveis para os pequenos sitiantes e camponeses safristas das áreas mais afetadas pela ausência das chuvas habituais de fins e início de ano. (AB'SABER, 2003, p.91).

No estado do Ceará, as chuvas concentram-se nos meses de fevereiro a maio. No entanto, é frequente a manifestação de secas meteorológicas implicando em sofrimento e suplício nas populações sertanejas. As histórias das secas de 1877/1879, 1915 e 1932 foram muito disseminadas. As mortes eram frequentes nos árduos períodos de seca e inspiraram livros de escritores brasileiros como Rachel de Queiroz (O Quinze) e Graciliano Ramos (Vidas Secas), cujas narrativas abordam a vida do sertanejo em durante as crises hídricas.

Para Neves (1995), a seca é um fenômeno que desestrutura periodicamente a vida dos sertanejos cearenses, ao inviabilizar a agricultura de subsistência como base da organização familiar do trabalho. A ausência de políticas públicas contribui significativamente para a exacerbação da problemática da seca.

Somente no final do século XIX que começaram os primeiros investimentos públicos para mitigação das agruras dos períodos secos. Foi construído no município de Quixadá, o Açude do Cedro, por ordem de D. Pedro II. A partir de então foram construídas obras hidráulicas na intenção de combater os efeitos da seca. Para retardar as migrações para as cidades, os flagelados foram

empregados em frentes de trabalho de obras públicas (PESSOA, 2002). Da mitigação à convivência com a seca foram implementadas diversas tecnologias sociais visando a diminuição dos impactos da seca na vida do povo sertanejo.

As atividades agropastoris desenvolvidas no semiárido são primordialmente à agricultura familiar e a criação de caprinos e ovinos, sendo estas as principais fontes geradoras de renda e emprego no meio rural. (Farias *et al*, 2014) "No entanto, uma parcela significativa destas unidades familiares encontra-se à margem da modernização, verificando-se uma exclusão tanto do ponto de vista tecnológico como de renda (Alves *et al.*, 2005)."

A ausência de investimentos públicos no que tange às atividades agropastoris no semiárido não permite que haja competitividade dos agricultores desta região. Silva Júnior et al. (2011), afirmam que a agricultura familiar ainda enfrenta vários obstáculos, destacando-se a inexistência ou a indisponibilidade de serviços e informações adequadas às suas necessidades, que são vitais para a sustentabilidade das unidades de produção familiar.

A água para as populações do semiárido é um artefato de valor inestimável. Do campo sai o sustento deles e para que os mesmos plantem e tenham uma colheita satisfatória, faz-se necessária uma certa previsibilidade acerca de como será o período chuvoso.

Nesse ínterim, surgem os profetas das chuvas. O profeta da chuva é [...] o especialista em prognósticos climáticos, que passam a relacionar-se com a comunidade de forma diferenciada, sendo procurados por pessoas de fora de seu círculo habitual. (TADDEI, 2006, p. 5-6).

Segundo Tuan (1980, p. 6-14), o homem utiliza seus sentidos, a audição, o paladar, o tato, o olfato e a visão, para assimilar e interpretar os sinais do meio ambiente, cada sentido tem seu papel importante na compreensão do mundo. Este artigo tem como premissa analisar os fatores naturais geradores de previsões para os profetas da chuva do semiárido. Justifica-se na importância cultural dos saberes populares dos sertanejos do semiárido. Esta pesquisa contribui para a disseminação do conhecimento popular dos profetas da chuva e sua relevância para as populações sertanejas do semiárido. Assim sendo, traz narrativas dos profetas da chuva acerca dos elementos naturais em que eles pautam suas previsões, bem como enaltece a relação homem-natureza.

Os conhecimentos dos profetas são adquiridos pela observação com afinco dos sinais que a natureza oferece e estes conhecimentos são repassados para os agricultores e para a sociedade através de encontros pontuais, tendo um papel social de estimada importância.

METODOLOGIA

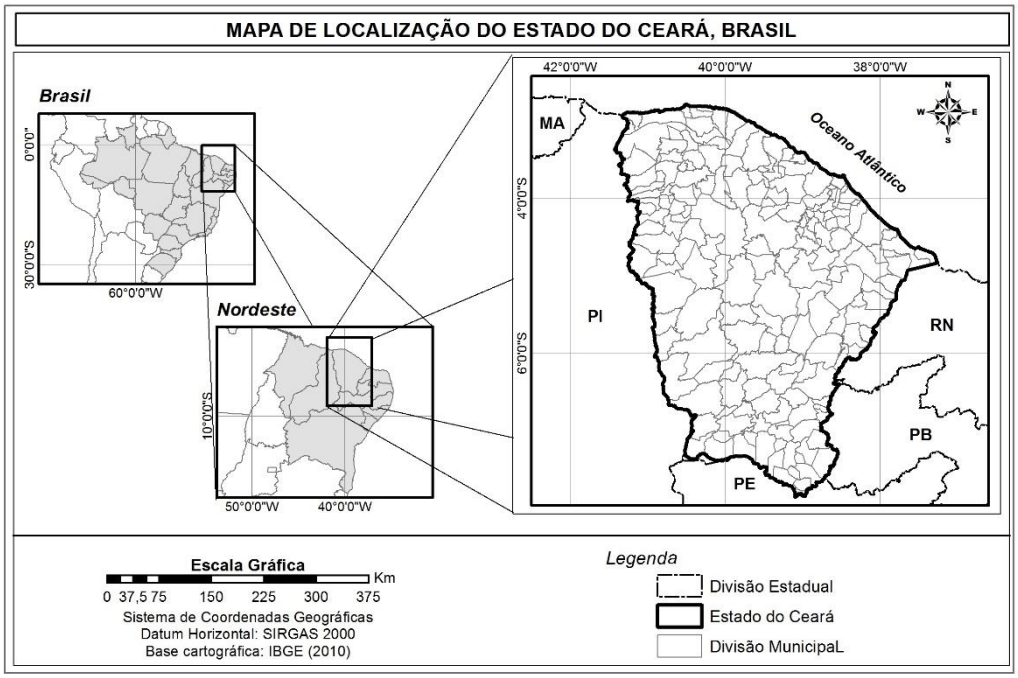
O delineamento da pesquisa seguiu as seguintes etapas: 1) revisão bibliográfica com base nos seguintes autores: Nasuti (2013), Fuentes (2015), Folhes (2007), Lucena (2005), entre outros. 2) Coleta de dados no Encontro dos Profetas realizado em janeiro de 2018, 3) análise das narrativas orais.

Foram realizados registros audiovisuais do Encontro dos Profetas, realizado no município de Quixadá, estado do Ceará. Em seguida, os discursos foram transcritos, possibilitando a análise dos mecanismos utilizados para a previsão da qualidade da estação chuvosa. Após análises, foram

confrontadas com a literatura, com intuito de identificar semelhanças nas experiências realizadas pelos profetas de outras regiões do Brasil.

ÁREA DE ESTUDO

Figura 01 – Delimitação do Semiárido no Ceará



Fonte: Olímpio e Monteiro (2015)

O estado do Ceará é um dos nove estados que compõem a região Nordeste. A área territorial do Ceará está majoritariamente incluída no semiárido. De acordo com a nova delimitação do semiárido, dos 184 municípios cearenses, 175 pertencem ao semiárido, perfazendo uma população de 5.827.192 habitantes e cobrindo 146.889 km². (SUDENE, 2017).

No Ceará, a escassez hídrica afeta diretamente à pobreza de sua população. Segundo Hope e Gowing (2003) *apud* Luna (2007), a saúde e o alimento são predominantes na relação entre água e pobreza, ainda mais se considerarmos que essas duas áreas se inter-relacionam. As secas impactam significativamente a produção agrícola no estado e a agricultura familiar sofre maiores consequências, pois muitas famílias dependem diretamente do que plantam. Isso acarreta prejuízos financeiros drásticos a estas famílias e ratifica sobremaneira a grande dependência dos sertanejos com as chuvas.

REFERENCIAL TEÓRICO

Este estudo se debruça sobre a etnoclimatologia, que é o estudo do conhecimento climático popular. Também chamada de antropologia do clima, [...] se fundamenta nos saberes tradicionais, transmitidos de geração em geração, por narrativas orais, para apresentar as perspectivas de

mudanças e suas consequências no meio ambiente natural e no modo de vida das comunidades. (NASUTI et al, 2013, p. 386)

Na etnoclimatologia há uma relação intrínseca entre o meio ambiente e a cultura. Tal relação remonta à antiguidade quando os egípcios acreditavam na relação das divindades com as cheias e as vazantes do Rio Nilo. Diversos outros povos da Antiguidade tinham uma relação próxima com os elementos da natureza, a exemplo de mesopotâmios, gregos, incas, maias e astecas.

A forma como o ser humano percebe os sinais da natureza é de extrema importância, visto que há uma relação de pertencimento e tais experiências moldam a dinâmica social e ambiental dos lugares. Ocorre uma apropriação do homem sobre a natureza e a partir desse momento são criadas identidades que moldam o dia a dia da população local e se manifestam através das gerações. Conforme Nasuti et al. (2013) a Etnoclimatologia pode ser definida como uma análise da relação e interação entre os fatores e elementos climáticos e as culturas humanas.

Os estudos de caráter etnoclimático implicam o conhecimento empírico do tempo atmosférico e dos tipos climáticos e mesmos de suas dinâmicas sazonais em um determinado local, produto do contato, observação e interação com o meio, sendo estes aperfeiçoados ao longo do tempo por sucessivas gerações, que resguardam e os transmitem, sendo seus fundamentos baseados em saberes tradicionais, transmitidos mediante narrativas orais. (SILVA; LOPES; GIRÃO, 2018, p.308).

Sendo o semiárido cearense uma região extremamente dependente da quadra chuvosa, o homem sertanejo passa observar de maneira diferenciada os sinais que a natureza lhe oferta. A curiosidade aguçada pelo olhar e pela percepção do sertanejo permite que ele construa um saber tradicional, empírico e que é pautado na relação cotidiana do homem com natureza. O homem do campo tem um vínculo muito particular com a natureza e a partir disso criam-se identidades singulares que corroboram para o surgimento de um conhecimento cultural.

A oralidade dá o tom à Etnoclimatologia. Levando-se em consideração que grande parte dos agricultores do semiárido são analfabetos ou semianalfabetos, é através da fala que eles transmitem seus conhecimentos e ensinamentos para as gerações futuras.

A leitura de sinais da natureza como forma de realizar previsões climáticas ou simplesmente “as experiências de inverno”, como são reconhecidas, constituem um traço importante do modo de vida do sertanejo; particularmente para aqueles cuja reprodução depende basicamente das atividades agrícolas e de condições climáticas favoráveis. (NASUTI et al., 2013, p. 387).

Árvores, pássaros, insetos, animais selvagens, astros, vento, relâmpago, céu, nuvens são alguns dos elementos naturais observados pelos sertanejos para a previsão na qualidade da quadra chuvosa.

A agricultura é uma atividade bastante vulnerável aos efeitos das mudanças climáticas e os pequenos agricultores são os mais vulneráveis porque têm menor poder de resposta e de adaptação às adversidades, com isso suas produções agrícolas sofrem rotineiramente com tais mudanças. (Farias *et. al*, 2013). Em virtude disso, os agricultores no sertão cearense têm uma relação mais intrínseca com a natureza e através disso buscam um melhor planejamento com as suas futuras safras. O conhecimento local, portanto, pode representar um elemento importante na compreensão dos mecanismos de adaptação já adotados tradicionalmente pelos agricultores familiares e na busca de estratégias e alternativas de adaptação, conforme evidenciam Andrade, Silva e Rozendo (2013).

Etnoclimatologia é definida por Faulhaber (2004) [...] como a análise da relação entre os fatores do clima e as culturas humanas, enquanto uma interação bidirecional.

> O enfoque da etnoclimatologia se fundamenta nos saberes tradicionais, transmitidos de geração em geração, por narrativas orais, para apresentar as perspectivas de mudanças e suas consequências no meio ambiente natural e no modo de vida das comunidades. A bússola que retrata o clima, portanto, tem seu norte direcionado para a cultura. (Nasuti et. al. p. 386, 2013).

Segundo Taddei (2004), em estudo realizado no sertão cearense, as técnicas mais populares entre os agricultores para prever o tempo são a observação do comportamento e do ciclo reprodutor dos animais; da direção em que sopram os ventos; da aparência de estrelas; e das cores do sol e do horizonte em momentos específicos do calendário católico. As previsões têm caráter mais curto e mais longo.

> Alguns tipos de previsões são de "uso imediato", ou seja, são utilizadas em um prazo de um a dez dias. Essas previsões de curto prazo têm o objetivo principal de prever a chegada das chuvas e estão ligadas à observação do céu, das nuvens, dos relâmpagos e dos ventos. Determinados comportamentos de animais também podem servir de aviso: o canto de alguns pássaros (principalmente o caboré), o comportamento de certos insetos (formiga, marimbondo) ou animais selvagens (rã, preá). As previsões baseadas em sensações corporais, como a manifestação por pessoas mais idosas de dores nos ossos e nas articulações, também se verificam nos prazos mais curtos. (Nasuti et.al. p. 394. 2013).

Os sertanejos pautam sua produção agrícola na leitura dos sinais da natureza, representando assim uma maior possibilidade de sobrevivência dos agricultores do sertão e tal fenômeno constitui-se como um modo de vida para esse povo. A peculiaridade dessa relação dos homens e das mulheres sertanejas com a natureza denota traços culturais impensáveis para os povos das grandes cidades. A sinergia patente com os sinais da natureza contribui para que os sertanejos consigam ter uma base de como será a quadra chuvosa no sertão cearense e isso ajuda no processo de plantio dos agricultores da região.

RESULTADO E DISCUSSÕES

O Encontro dos Profetas da Chuva ocorre na cidade de Quixadá a mais de duas décadas, e tem como objetivo reunir os agricultores e agricultoras do município e da região do Sertão Central cearense para que esses discorram sobre suas experiências e suas previsões de como será a quadra chuvosa do estado do Ceará.

O conhecimento popular dos profetas da chuva atrai a atenção dos residentes locais, especialmente dos agricultores e criadores de animais, mas também da mídia e de curiosos que confrontam as previsões dos profetas com os oficiais, emitidas pelas instituições de pesquisa do clima e do tempo atmosférico.

Entretanto, os conhecimentos tradicionais adquiridos e repassados pelos profetas da chuva, diferentemente do conhecimento científico, devem e precisam ser levados em consideração, uma vez que são construídos a partir do sentimento de pertencimento e também das experiências dos sujeitos envolvidos na produção dos mesmos, os quais fazem parte da dinâmica socioambiental local. Assim, reconhece-se a existência de várias experiências e saberes, praticados no dia-a-dia dos indivíduos.

O sentimento de pertença que os agricultores e agricultores desenvolvem com a natureza permite a construção de vínculos e identidades únicas com o local, dando mais riqueza as suas tradições e a sua cultura. Laraia (2009) afirma que:

> O homem é o resultado do meio cultural em que foi socializado. Ele é um herdeiro de um longo processo acumulativo, que reflete o conhecimento e a experiência adquirida pelas numerosas gerações que o antecederam (Laraia, 2009, p.45 *apud* Carvalho Neta, Ribeiro, Marcal e Lima, 2014).

Ao se identificarem com o que está sendo falado, os indivíduos envolvidos produzem conhecimento de relevância para as discussões acerca do assunto debatido nos meios acadêmicos de maneira formal e informal

Análise das narrativas orais

No Encontro de Profetas do ano de 2018, os profetas expressaram as previsões da quadra chuvosa daquele ano e indicaram os mecanismos de previsão do tempo, seja por meio da flora, da fauna, dos astros, elementos do clima (ventos, temperatura, pressão atmosférica, entre outros).

O profeta Erasmo usa da flora em suas experiências por meio da floração do **Cumaru** *(Dipteryx odorata)*, floração do **juazeiro** *(Ziziphus joazeiro)*, floração da **Aroeira** *(Schinus terebinthifolia)*. Os autores Santos e Santos (2018) mostram que os que os agricultores do município de Cacimba de Dentro, localizado no Agreste Paraibano também usam da flora para fazer suas experiências. Na pesquisa dos autores eles usam o relato do agricultor José Sebastião de Oliveira que relata o seguinte:

> "Juá, quando ele começa a amadurecer seus frutos caem no chão, logo após vem à chuva, por que o juá só cai com chuva." (**profeta da chuva José Sebastião de Oliveira, agricultor, 75 anos).**

Na pesquisa de Santos e Santos (2018), o juazeiro tem relação com o umbuzeiro (*Spondias tuberosa* Arruda) que também é uma espécie bioindicadora estão interligados a chuva quando o fruto vem a cair em terra molhada. (A indicação de chuva com o Juazeiro foi registrada nos estudos de Magalhães (1952) e de Lucena (2005). Segundo Folhes e Donald (2017, p. 8), "a quadra invernosa será boa se o juazeiro (*Zizyphus joazeiro* Mart.), o cumaru (*Amburana cearensis* A. Smith.) em setembro.

Outros profetas utilizam a fauna em suas experiências fazendo a observação do Inxu (uma espécie de abelha), um dos profetas participantes do Encontro Dos Profetas relata que se os favos da colmeia estivessem todos cheios de mel, isso seria sinal de seca, pois não teria filhos para realizar a produção de mel dentro da colmeia. Outro profeta fez suas experiências enterrando uma garrafa no chão e ao retirar a mesma do local, esta transbordou a água que tinha dentro da garrafa, ele também fez experiência da fogueira na noite de 23 de junho, véspera de dia de São João.

O profeta Chico Leite, relatou que em suas experiências por meio da observação dos ciclos lunares. Folhes e Donald (2007) traz uma experiência que usa a lua como objeto de observação. Os autores abordam que:

> Outras associações entre o clima e a lua foram registradas. Um velho agricultor de Boa Viagem relatou que se a primeira lua cheia de janeiro sair vermelha por detrás de uma barra de nuvens indica que a estação será chuvosa, mas se ela surgir prateada é sinal de seca. Se a lua desponta no céu envolta de um círculo muito colorido a chuva é esperada no dia seguinte, e se o círculo é esbranquiçado e recorrente durante o final da estação seca é sinal de chuvas na próxima

estação. Não menos importante para alguns agricultores, o ângulo da lua representa uma indicação para a previsão climática. Outro entrevistado em Boa Viagem fez a seguinte referência: "O mais importante é acompanhar o movimento da lua. Quando ela está virada para o nascente é sinal de bom inverno". (FOLHES & DONALD, 2007 p. 9).

O profeta Luiz Gonzaga, da cidade de Camocim, que se considera mais um pesquisador do que um profeta em si, trouxe suas experiências com observações do sol, e também de elementos do clima (temperatura, umidade e pressão do clima). E o profeta de Chico Leiteiro, trouxe suas previsões com base na observação dos ventos.

Outras formas de experiência são abordadas na pesquisa (Folhes, Donald 2007) a maioria dos agricultores entrevistados na pesquisa dos autores, acredita que algumas previsões climáticas estar associadas com certos dias santos.

Por exemplo se durante o amanhecer do dia 13 de dezembro, aparecer uma "barra" de nuvens no horizonte é previsto um inverno chuvoso. (Folhes, Donald, 2007 p.10).

Uma outra experiência que também é associada ao dia 13 de dezembro, dia de Santa Luzia é a das pedras de sal. No que consiste essa experiência, de acordo com os autores (Folhes e Donald, 2007).

Na noite do dia 12 de dezembro, coloca em uma superfície lisa pedras de sal, coloca-se essa superfície em cima no telhado, para que fica exposta ao sereno da noite, no amanhecer do dia 13 de dezembro, dia de Santa Luzia, observa-se qual das pedras amanheceu molhado. A pedra que amanhecer molhada, indica o mês que o inverno irá começar. Pode haver variações na quantidade de pedras usadas. Alguns usam três, que se refere aos meses de janeiro, fevereiro, e março e outros utilizam seis, referindo-se aos meses do primeiro semestre do ano. (Folhes e Donald, 2007, p.10)

A profetisa Maria de Lurdes, utiliza da experiência das pedras de sal para fazer suas previsões, ela disse que:

[...] as pedras de sal, desmanchou menos em janeiro, mas de fevereiro em diante desmanchou todas. [...]

Sendo ela, essa experiência com as pedras de sal é uma das mais populares e uma das que é mais realizada dentre os profetas. Tendo aprendido a fazer as experiências com seu pai, o profeta Chico Lee:

[...] Eu faço as experiências com meu pai desde a idade de 5 anos, ele não sabia ler, era eu que fazia. Tem a experiência das pedras de sal, que tem muitas pessoas aqui também que faz. [...].

Ela ainda alerta para o seguinte:

A minha mãe dizia e meu pai, que ninguém pede chuva não, pede um bom tempo, porque pode vir coisa pior, então um bom tempo. [...]

Um outro método usado para realizar as previsões pelos profetas é através da observação dos astros. O profeta Paulo Costa disse que:

A partir de 2018 teremos um ciclo de inverno de 10 anos de 2018 a 2028. Afirmo isso, pois já aconteceu, de 1959 a 1969. Alinhamento dos astros, Júpiter, Vênus, Estrela Dalva e Estrela Guia. Quando os mesmos ficam no mesmo alinhamento, muda o ciclo do tempo. 15 de junho de 2015, eu observei, no dia 21 de junho, eles ficaram na mesma posição de 1957, passaram 3 dias seguidos, você via apenas uma estrela. E aconteceu, 1957 seca, 1958 seca, e em 1959 começou o ciclo de 10 anos de inverno. Esse ano ocorre o mesmo ciclo de 1959, onde nós teremos 10 anos seguidos sem seca. (Registro do Encontro dos Profetas em 13 de janeiros de 2018

Esta previsão com base na observação dos astros é semelhante a experiência que Folhes e Donald (2007) trazem em seu trabalho, onde:

> Lembrada em todos os municípios por onde a equipe passou, a estrela D´Alva (planeta Vênus) aparece como sendo um astro tão importante como a lua. De acordo com um entrevistado de Parambu, por exemplo, no ano em que a estrela D´Alva surge na nascente é prenúncio de estação chuvosa. Em Itarema, se a estrela se mostra visível na direção do mar, em dezembro, significa bom sinal. Enquanto que para um agricultor de sequeiro, que vive na área de várzea de Limoeiro do Norte, quando a estrela D´Alva se distancia da lua e desaparece e, ao mesmo tempo, surgem três novas estrelas no céu, pode-se esperar chuva para o próximo ano. (p.9)

Com isso, podemos observar que algumas previsões ocorrem por meios de ciclos, que podem se repetir em curtos e ou longos períodos. O profeta Paulo Costa é mais um dos profetas que relata ter aprendido a fazer a experiências com seu pai, quando jovem.

O profeta Luiz Gonzaga, de Camocim, trouxe previsões baseados em métodos científicos, segundo ele:

> Atividades do sol, [...] Ciclo de 11 anos, logo quando ele está num ciclo de seca, nós vamos ter ciclo de 3 a 5 anos de pouco chuva, e quando ele está no ciclo de chuva nós teremos um ciclo de 5 a 7 anos de chuva dentro da média ou acima da média. (Registro do Encontro do Profetas em 13 de janeiros de 2018).

O mesmo também apresentou dados referentes ao clima, onde estes diziam que:

> [...] Os elementos do clima (Temperatura Umidade, e Pressão do Clima), esses elementos do clima se combinam em si. Quando você tem a temperatura muito alta, a umidade baixa pressão alta e o vento forte não chove, você precisa de temperatura baixa umidade alta, pressão baixa e vento de norte para que chova.

É com base nessas previsões que os agricultores se organizam, e fazem seus preparos para o início dos cultivos, separar as ferramentas necessárias, preparo da terra, entre outros. As previsões realizadas os auxiliam tanto para saber quando iniciar o plantio, como também se eles terão algum prejuízo durante o plantio, e assim, eles possam ter estratégias para contornar os possíveis danos que venham a ter. Todo esse preparo, está ligado diretamente ao sucesso ou não da produção.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

No decorrer do estudo, constatou-se que os agricultores e agricultoras, possuem amplos conhecimentos sobre os sinais oferecidos pela natureza, que usados para fazer as previsões sobre a chuva ou de estiagem, através disso ele aprendeu a traduzi-la, construindo assim um rico conhecimento. Tornando este conhecimento necessário para sua reprodução social, econômica e cultural. A oralidade é o principal meio de transmissão desse conhecimento popular

Compreender os conceitos e práticas desenvolvidas, bem como, a difusão dos conhecimentos empíricos e tradicionais, que possuem sua riqueza e são pouco exploradas, a ciência vem dando o devido valor para esses conhecimentos. Os profetas, com o passar do tempo vem se tornando uma espécie de auxiliar dos meteorologistas quando estes buscam compreender a dinâmica do clima de cada uma das regiões do estado. Promovendo o encontro dos conhecimentos empírico e científico, buscando analisar a veracidade das informações e o trabalho em conjunto através dos encontros.

O conhecimento empírico tradicional bastante rico que vem ganhando espaço no meio acadêmico com o passar dos anos. Dessa forma, o conhecimento tradicional e popular é um recurso valioso e consistente o suficiente para ser considerado.

REFERÊNCIAS

AB'SÁBER, Aziz Nacib. 2003. **Os domínios da natureza no Brasil: potencialidades paisagísticas.** São Paulo: Ateliê Editorial, 2003.

ALVES, E.; CONTINI, E. e HAINZELIN, E**.** Transformações da agricultura brasileira e da pesquisa agropecuária. **Cadernos Ciênc Tecnol**. 22: 37-51. 2005

ANDRADE, Anna J; SILVA, Neusiene; ROZENDO, Cimone. A vulnerabilidade e a resiliência da agricultura familiar em regiões semiáridas. **Campo Território,** Francisco Beltrão, n. 8, fev. 2013.

BARROS, N. dos A. et al. Paisagens no semiárido cearense: uma breve apresentação dos aspectos naturais. IN: Workshop Internacional sobre água no semiárido brasileiro, 2., Campina Grande. **Anais…,** Campina Grande: Realize, 2015. 6 p.

BRASIL. **Archivos de Zootecnia**, Córdoba, v. 63, n. 241, p.13-24, 2014.

FARIAS, J. L. de S. et al. ANÁLISE SOCIOECONÔMICA DE PRODUTORES FAMILIARES DE CAPRINOS E OVINOS NO SEMIÁRIDO CEARENSE, FAULHABER, P. As estrelas eram terrenas: antropologia do clima, da iconografia e das constelações Ticuna. **Revista de Antropologia**, São Paulo, v.47, n.2. 2004.

Folhes. Marcelo Theophilo. Donald, Nelson. **Previsões Tradicionais de Tempo e Clima no Ceará: O Conhecimento Popular à Serviço da Ciência.** Sociedade & Natureza, Uberlândia, 19 (2): 19-31, dez. 2007.

LARAIA, R. B. (2009). Cultura: Um conceito antropológico. 23 ed. Rio de Janeiro, Brasil: Jorge Zahar Ed.

LUNA, R. M. **Desenvolvimento do índice de pobreza hídrica (IPH) para o semiárido brasileiro.** Tese. Universidade Federal do Ceará 2007.

MARTINS, Karla Patrícia Holanda. **Profetas da Chuva.** Fortaleza: Tempo D'imagem, 2006. p. 161-170.

NASUTI, S., Curi, M., Medeiros, N., Pinto, A., Ibiapina, I., Rozendo, C. & Hiroo, C. (2013). Conhecimento tradicional e previsões meteorológicas: Agricultores familiares e as "experiências de inverno" no Semiárido Potiguar.

OLÍMPIO, J.L.S; MONTEIRO, J.B. Desastres naturais no Estado do Ceará, Nordeste do Brasil: um estudo sobre os eventos extremos ocorridos entre 2003 e 2012. In: ZANELLA, M.E; SALES, M.C.L. **Clima e recursos hídricos no Ceará na perspectiva geográfica**: Fortaleza: Expressão Gráfica e Editora, p. 119-136, 2015.

OLÍMPIO, J. L. S; ZANELLA, M. E. Avaliação intermunicipal dos riscos de desastres naturais associados a dinâmica climática no estado do Ceará. **Revista GeoUSP**, São Paulo, v. 21, n. 1, 156-176, 2017.

PESSOA, D. M. **Caráter e efeitos da seca nordestina de 1970**. Recife: Fundação Joaquim Nabuco, 2002. (Série Estudos sobre as Secas do Nordeste).

SANTOS, A. C. F. dos; SANTOS, C. A. B. A. H. N. F. dos, **as espécies de plantas bioindicadoras pelos profetas da chuva nas comunidades de matas do riachão e matas do olho d'água.** XIX Encontro Nacional de Geógrafos.

SILVA JÚNIOR, C.D.; Martins, M.A.G.; Sicoli, A.H.; Balsadi, O.V. e Nascimento, P.P. Novos arranjos institucionais para o fortalecimento da agricultura familiar: uma abordagem territorial. In: Nascimento, P.P.; Sicoli, A.H.; Martins, M.A.G.; Balsadi, O.V. e Silva Júnior, C.D (Eds.). **Inovações em desenvolvimento territorial: novos desafios para a Embrapa**. Embrapa Informação Tecnológica. Brasília. pp. 63-90. 2011

SILVA, N. M.; ANDRADE, A. J. P.; ROZENDO, C. O sertanejo e as experiências de inverno no Seridó potiguar. **Desenvolvimento e Meio Ambiente,** Curitiba, v. 27, p. 87-107, jan.-jun. 2013.

SILVA, Roberta Kelly Fernandes da; LOPES, Vanessa Martins; GIRÃO, Osvaldo. Avaliação preliminar dos conhecimentos etnoclimático e etnogeomorfológico de pescadores do litoral do município de Goiana - estado de Pernambuco / Brasil. **Revista Geográfica de América Central**, Heredia, v. 1, n. 60, p.301-328, 2018.

SILVA, N. M. **EXPERIÊNCIAS DE INVERNO NO SERIDÓ POTIGUAR**. Natal: Universidade Federal do Rio Grande do Norte, 2013.

TADDEI, R. **Notas sobre a vida social da previsão climática**: um estudo do caso do Estado do Ceará. Parte integrante do estudo diagnóstico e levantamento de dados Sócioeconômicos/Projeto de Gerenciamento Integrado dos Recursos Hídricos com Incorporação da Previsão Climática: da Informação e Previsão Climática à Redução das Vulnerabilidades às Secas no Semi-Árido Cearense. International Research Institute for Climate Prediction, Columbia University/Fundação Cearense de Meteorologia e Recursos Hídricos, Fortaleza, junho de 2004.

TADDEI, Renzo. Oráculos da Chuva em tempos modernos: mídia, desenvolvimento econômico e as transformações na identidade social dos profetas do sertão. In: TUAN, Y. **Topofilia**: um estudo da percepção, atitudes e valores do meio ambiente. São Paulo: DIFEL, 1980.

CONHECIMENTOS ECOLÓGICOS LOCAIS COMO FORTALECIMENTO DA SAÚDE INDÍGENA DO POVO ANACÉ DA ALDEIA DA JAPUARA, NO SEMIÁRIDO CEARENSE

Aline Neris de Carvalho Maciel
Karinne Wendy Santos de Menezes
Edson Vicente da Silva
Antônio Jeovah de Andrade Meireles

INTRODUÇÃO

A saúde indígena no Brasil historicamente sofre consequências da colonização europeia desde pelo contágio de doenças infecto contagiosas; culpabilização por hábitos e costumes não cristãos (incluindo o uso de aparatos medicinais naturais); além de aldeamentos; trabalhos compulsórios e desintegração com o meio natural. Todos esses últimos diminuindo sua autoestima, causando-lhes medo e reverberando em sua baixa imunitária (BRASIL, 2002).

No semiárido nordestino, embora os conflitos entre povos originais e invasores tenham se dado intensamente com o avanço do gado e do algodão, é provável que a grande dimensão do espaço e o conhecimento dos territórios aliado aos aspectos ambientais pouco propícios aos invasores: rios intermitentes, solos rasos e precipitações irregulares, tenham permitido que os indígenas do sertão e do agreste tenham sobrevivido através da dispersão territorial e da emulação de seus costumes (SILVA, 2017).

Apesar das perdas de elementos culturais advindas das pressões e interferências provenientes da cultura hegemônica, os Conhecimentos Ecológicos Locais (CEL) dos povos originais do Nordeste seguem contribuindo para sua resistência cultural e física, inclusive através de práticas zoo e fitoterápicas passadas adiante sobretudo por meio da transmissão oral de conhecimentos (BRASIL, 2002; SANTOS, 2017; SILVA, 2017).

Pretende-se com este artigo, fazer um apanhado geral sobre a saúde indígena no Brasil em sua relação com os CEL dos povos autóctones, tendo-se como exemplo o caso do povo Anacé, habitante da Aldeia da Japuara. Essa última faz parte da Terra Indígena (TI) “Anacé”, tradicionalmente ocupada pelo povo de mesmo nome, localizada no estado do Ceará, Brasil.

PRESSUPOSTOS TEÓRICOS

Assistência estatal à saúde e medicina tradicional indígena

Os ataques à saúde indígena advindos da colonização do hoje Brasil iniciaram-se desde o primeiro contato entre indígenas e europeus, tendo sido a maior parte de sua população dizimada, não apenas pelos constantes e intensos massacres, mas principalmente por doenças infecto contagiosas e mudanças profundas impostas sobre o modo de vida dos povos originais (BRASIL, 2002).

No século XX, a expansão da estrutura ferroviária brasileira elevou rapidamente à mortalidade indígena motivando a criação do Serviço de Proteção ao Índio e Trabalhadores Nacionais (SPI), vinculado ao Ministério da Agricultura. O órgão de tutela buscava uma integração dos indígenas à sociedade nacional e isso incluía a apropriação de terras indígenas por parte do estado, porém não havia uma prestação de serviços de saúde sistemática aos povos originais.

Nos anos 1950, foi criado o Serviço de Unidades Sanitárias Aéreas (SUSA), vinculado ao Ministério da Saúde, desta vez com ações sistemáticas em saúde indígena, especialmente no que concernia à vacinação, controle de doenças contagiosas e prestação de serviços odontológicos (BRASIL, 2002). Em 1967, com o surgimento da Fundação Nacional do Índio (FUNAI), houve a criação das Equipes Volantes de Saúde (EVS), que supervisionavam os profissionais de saúde que atuavam localmente nas comunidades indígenas (geralmente auxiliares de enfermagem); aplicavam vacinas e prestavam assistência médica, numa perspectiva alopática e de pouco diálogo com as culturas (BRASIL, 2002)

"As iniciativas de atenção à saúde indígena geralmente ignoravam os sistemas de representações, valores e práticas relativas ao adoecer e buscar tratamento dos povos indígenas, bem como seus próprios especialistas. Estes sistemas tradicionais de saúde se apresentam numa grande diversidade de formas, sempre considerando as pessoas integradas ao contexto de suas relações sociais e com o ambiente natural, consistindo ainda num recurso precioso para a preservação ou recuperação de sua saúde" (BRASIL, 2002).

Após a Constituição de 1988, que definiu os princípios do Sistema Único de Saúde (SUS) a cargo do Ministério da Saúde, houve, em 1991, o Decreto Presidencial nº 23 que atribuiu ao Ministério da Saúde a responsabilidade pela coordenação das ações de saúde destinadas aos povos indígenas. Nesse contexto, foi criada a Coordenação de Saúde do Índio - (COSAI), subordinada ao Departamento de Operações - DEOPE - da Fundação Nacional de Saúde, com a atribuição de implementar o novo modelo de atenção à saúde indígena (BRASIL, 2002).

Em 1994, foi instituído o "Modelo de Atenção Integral à Saúde do Índio", que atribuía à FUNAI, órgão vinculado ao Ministério da Justiça, a responsabilidade sobre a recuperação da saúde indígena. Já a prevenção ficaria a cargo do Ministério da Saúde. Sendo desde então codividida a responsabilidade oficial sobre a saúde indígena no Brasil (BRASIL, 2002).

Os avanços nas estruturas e políticas criadas para atender as demandas concernentes à saúde indígena, por mais necessários que sejam, não podem dar conta de suas especificidades. Como atenção à saúde proveniente e imersa nas culturas locais, há a medicina tradicional indígena. Essa procura prevenir e tratar doenças a partir de recursos terapêuticos próprios, advindos dos Conhecimentos Ecológicos Locais (ARIAS; PALOMINO, 2012).

Ela é definida por Arias e Palomino (2012, p. 476, tradução nossa) como “Parte do acervo cultural transmitido oralmente através de múltiplas gerações e constituído pelos saberes e práticas relacionadas com a vida, a harmonia, o equilíbrio e o bem-estar do povo indígena”, sendo fundamental uma maior conexão entre as pessoas e a natureza, “Pacha Mama” ou mãe Terra para que ocorra (ARIAS; PALOMINO, 2012).

Desde os anos de 1970, a integração da medicina tradicional, incluindo a indígena, aos sistemas de saúde oficiais é recomendação da Organização Mundial de Saúde (OMS), porém tendo sido as diretrizes dessa incorporação e cooperação estabelecidos apenas entre os anos de 2002 e 2005. A partir das quais passa a ser incumbência dos Estados nacionais sua regulação (ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DA SAÚDE, 2013).

Quanto a esse aspecto, Arias e Palomino (2012) alertam sobre os riscos inerentes à implementação de políticas públicas em saúde de forma verticalizada, sem considerar as multiplicidades culturais das comunidades e sem reconhecer seus conhecimentos tradicionais em medicina. Segundo os

autores, tais ações seriam pouco efetivas, com baixo impacto positivo na saúde individual e coletiva das comunidades.

No Brasil, apesar de um reduzido volume de trabalhos acadêmicos acerca da temática, desde os anos 2000 até o início dos anos 2010, vinham sendo crescentes o número e a força de iniciativas governamentais de valorização de saberes e práticas tradicionais, bem como o destaque da relevância desses saberes nas lutas de indígenas e indigenistas por direitos diferenciados àqueles (FERREIRA, 2013).

Segundo Diaz (2007), embora haja avanços nas discussões sobre o tema, ainda concerne à ciência hegemônica a atribuição do poder de julgamento sobre quais conhecimentos locais podem ou não ser incorporados ao leque de conhecimentos oficiais. Para tanto, os conhecimentos tradicionais devem ser protocolados e seus aspectos qualitativos e quantitativos reproduzidos a fim de que sejam ou não validados. Além disso, deve haver qualificação de seus praticantes, com cursos de formação específicos que façam um diálogo intercultural entre saberes científicos e tradicionais. Mesmo quanto aos significados da categoria “medicina tradicional” no Brasil, há diferenças entre o que o Estado brasileiro e os povos indígenas reconhecem como caracterizando esse tipo de medicina.

> Enquanto os discursos oficiais operam com uma noção instrumentalizada e estereotipada da medicina tradicional, que permite a integração de algumas das práticas e praticantes ao sistema oficial de saúde, as vozes indígenas falam do caráter dinâmico, incompleto e em permanente revisão de seus sistemas sociomédicos, o que propicia continuamente a emergência de novos conhecimentos e práticas (FERREIRA, 2013, p. 217).

Os saberes do campo da medicina tradicional podem ser inseridos dentro dos Conhecimentos Ecológicos Locais (CEL), por comporem um ramo dentre as possibilidades de compreensão mais abrangentes acerca da natureza em suas contínuas relações estabelecidas com as populações de um dado território.

Etnoecologia, Conhecimentos Ecológicos Locais e Medicina Tradicional

A Etnoecologia surge como produto da intersecção entre Ciências Humanas e Naturais. Seu surgimento nos moldes como hoje, tende a ser empregada desde a data de 1954, ano de publicação da dissertação de Harold Conklin, acerca das relações estabelecidas entre uma população das Filipinas e a flora local. Conklin associou os nomes locais das plantas às suas classificações biológicas nos moldes de Lineu, mas a grande inovação de seu estudo se deu na maneira de buscar compreender como as relações entre população autóctone e natureza se estabeleciam a partir dos pontos de vista dos habitantes da região e não numa perspectiva de distanciamento entre pesquisador e pesquisados, entre saberes científicos e tradicionais (CONKLIN, 1954; PRADO, MURRIETA, 2015).

Com essa mudança nos cernes da pesquisa em Etnoecologia, o termo "etno" deixou de se referir apenas a uma área do conhecimento dentro do território de um determinado grupo ou por ele praticado. Por exemplo, a Etnobotânica, seria o conjunto de estudos em uma área habitada por um povo "tradicional" do que é considerado Botânica pelo pesquisador acadêmico a partir de sua bagagem científica, cognitiva e cultural, desconsiderando os aspectos concernentes à cultura da população estudada, suas interpretações, especificidades e valorações acerca do conhecimento em plantas, seus sistemas de classificação, utilizações e cosmologias estabelecidas nas relações com a flora local (CASAGRANDE, 2016; CONKLIN, 1954).

De forma análoga, a Etnoecologia deixa de se configurar como a Ecologia (conjunto de relações estabelecidas entre os seres vivos entre si e com o meio abiótico) de uma área habitada por um povo "tradicional" a partir do arcabouço teórico-metodológico do etnocientista, para ser a Ecologia daquele povo a partir de suas visões de mundo, bagagem cultural, mitos, crenças, costumes, histórias de vida, empiria e, considerando o caráter dinâmico inerente à cultura, interculturalidades vivenciadas pela população.

A Etnoecologia passa então, a estudar quais as apropriações materiais e simbólicas do meio natural compõem, para os pesquisados, objetos de relevância nas relações entre eles e natureza. Além do quão esses fatores percebidos seriam influenciáveis pelas transformações espaciais e temporais. Sendo esse último um campo de estudo com forte potencial no Brasil, devido aos fortes e rápidas mudanças às quais os povos tradicionais têm sido submetidos em nome de projetos ditos desenvolvimentistas (PRADO, MURRIETA, 2015).

Talvez por essa mudança de paradigmas, autores como Casagrande (2016) classifiquem todas as Etnociências como ramos da Antropologia, e não como ramo do saber que dialogaria igualmente com as Ciências Humanas e Naturais. Para o autor, os conhecimentos antropológicos são mais requeridos do que quaisquer outros na medida em que acessar os conhecimentos de um grupo sobre determinado saber estudado nas Ciências Hegemônicas requer habilidades de inserção e dialogicidade trabalhadas na Antropologia e ainda pouco vistas nas Ciências Naturais.

A Etnoecologia, assim como a Etnobotânica e a Etnozoologia, enquadram-se como ramos da Etnobiologia, sendo essa uma das várias Etnociências. Porém, os estudos nomeados como etnobiológicos, etnozoológicos e etnobotânicos, historicamente têm maior caráter taxonômico do que os classificados dentro da Etnoecologia.

Vale frisar que estudos em Etnobiologia a partir de um viés etnocêntrico (cujo paradigma começou a ser de fato modificado a partir dos estudos de Conklin) datam dos primeiros contatos entre colonizadores e colonizados, dos primeiros documentos de levantamento e classificação das biodiversidades dos locais invadidos (PRADO, MURRIETA, 2015).

Já a Etnoecologia tem como cerne de estudo os Conhecimentos Ecológicos Locais (CEL), também conhecidos como Conhecimentos Ecológicos Tradicionais (CET) ou Conhecimentos Ecológicos Indígenas (CEI), sendo esses o conjunto de conhecimentos de uma dada população acerca de seu meio natural, das relações estabelecidas nesse meio (incluindo relações com e sem interferência humana) e de como essas relações e componentes ecológicos afetam seus modos de vida naquele território (PRADO, MURRIETA, 2015).

Alguns desses conhecimentos são empregados com finalidades medicinais por povos tradicionais dentro e fora do país. Quanto ao uso de animais, por exemplo, pelos povos indígenas no Brasil, além do uso para alimentação e companhia, há também para produção de artesanato, rituais religiosos e zooterapia. Nesse último aspecto, Santos (2017) destaca a região nordeste do Brasil como lugar onde os povos indígenas comumente empregam tanto flora quanto fauna com finalidades medicinais.

Os indígenas nordestinos e o Povo Anacé da Japuara

Os indígenas nordestinos foram historicamente silenciados, carregados de estereótipos e preconceitos e, quando não mortos, foram aldeados, isolados, proibidos de praticarem seus costumes, línguas e crenças, além de nomeados de caboclos, sertanejos ou remanescentes de índios pelo estado e elites da região. Ainda que, em se tratando do Nordeste do século XX, muito se perdeu de sua etnologia indígena, com a maior parte das etnias tendo sido criminalizada, motivando, portanto, a auto ocultação de seus aspectos culturais como estratégia de sobrevivência, resistência e resiliência (TOMÁZ; MARQUES, 2019).

"Enquanto subjetividades dos processos de construção étnica, os indígenas em sua dependência da água e das espécies vegetais nativas para a sobrevivência física e cultural, elaboram e reelaboram estratégias humanas de resiliências históricas que implicam, sobremaneira, à existência física do grupo e a conservação da sociobiodiversidade do ambiente em que vivem" (TOMÁZ; MARQUES, 2019, p. 4)

No final do referido século, com o processo de redemocratização brasileira culminando na promulgação da Constituição de 1988, a qual destaca direitos específicos aos povos originais (BRASIL, 1988), houve também o crescimento de trabalhos acadêmicos relacionados a indígenas, bem como o levantar de distintas etnias no Nordeste, passando-se a ter um movimento contrário ao anterior. A partir de então, na busca pela sobrevivência, resiliência e resistência, passou a ser fundamental mostrarem-se uns aos outros, intra e inter etnias e, em grande medida, para os não indígenas, fossem representantes do estado, articuladores midiáticos, comunidade acadêmica ou população em geral. Processos esses ocorridos dentro e fora dos territórios indígenas numa (re) afirmação constante de que foram e continuam sendo indígenas.

Tal (re) afirmação está indissociada dos aspectos territoriais. Ela é sobretudo concernente às lutas por demarcação de territórios, não numa perspectiva acumuladora de bens ou usurpadora de recursos ambientais. Pelo contrário: quando não numa relação simbiótica entre pessoas e restante da natureza, as interações indígenas são pautadas sobretudo em estratégias de protocooperação. Nelas é necessário não apenas conhecer o lugar onde se está, mas se reconhecer como parte dele, como mais um elo de uma tessitura complexa, onde as associações são intrínsecas e se organizam de modo favorável às variadas formas de vida.

Acerca do povo Anacé da Aldeia da Japuara, a etnia foi identificada pela FUNAI em 2008. O conjunto de todas as aldeias Anacé, possui 519 famílias e 2.058 pessoas. A Aldeia da Japuara faz parte da Terra Indígena (TI) tradicionalmente ocupada "Anacé", estando ainda na fase "em estudo" do processo administrativo necessário à sua regularização. Ela difere da TI "Taba dos Anacé", da mesma etnia, pois esta última consta na modalidade de Reserva Indígena, não sendo oficialmente considerada TI tradicionalmente ocupada (FUNDAÇÃO NACIONAL DO ÍNDIO, 2020; SANTANA, 2015).

MATERIAL E MÉTODOS

Classificação da pesquisa

Pesquisa qualitativa, metodologicamente classificada em bibliográfica, documental e de levantamento e, quanto aos objetivos, em exploratória/ descritiva baseada na análise de dados primários e secundários (GIL, 2002).

Delimitação da área de estudo

A área de estudo é a "Aldeia da Japuara", localizada no município de Caucaia, Ceará, Brasil. Caucaia integra a região metropolitana de Fortaleza, capital do Ceará. A aldeia pertence à TI

tradicionalmente ocupada "Anacé" (FUNDAÇÃO NACIONAL DO ÍNDIO, 2020; SANTANA, 2015).

Metodologia operacional

Levantamentos bibliográficos e documentais, além de vivências em campo. Essas últimas caracterizadas tanto pela realização de entrevista semiestruturada atrelada à Cartografia Social do povo Anacé da Japuara quanto a conversas informais e observações participantes desde o ano de 2018.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

A entrevista semiestruturada foi obtida em atividade de Cartografia Social integrada ao Zoneamento Ecológico Econômico da Zona Costeira do Estado do Ceará (ZEEC) (GOVERNO DO ESTADO DO CEARÁ, 2019).

A Cartografia Social é uma ferramenta teórico metodológica de representação da realidade por meio de mapas elaborados com, para e pelas comunidades. A produção dos mapas busca retratar os anseios, conflitos, vulnerabilidades, potencialidades e limites dos territórios a partir das próprias populações pesquisadas, tendo em vista seu fortalecimento e a visibilização de suas reivindicações coletivas (ACSELRAD; COLI, 2008; GORAYEB; MEIRELES; SILVA, 2015).

Dessa forma, pensa-se que o ZEEC do estado do Ceará, ao incorporar o mapeamento social participativo buscou unir conhecimentos técnico-científicos a conhecimentos locais das populações habitantes dos territórios mapeados, respaldando sua importância enquanto atores sociais.

Vale ressaltar que o ZEEC é um projeto maior, contemplando toda a costa cearense buscando realizar a Cartografia Social da maior parte das comunidades envolvidas. A participação da primeira autora deste artigo nele foi, portanto, pontual, ocorrendo apenas nas atividades envolvendo o povo Anacé da Aldeia da Japuara, lócus investigativo de desenvolvimento da tese à qual esse artigo encontra-se relacionado.

Os CEL contribuem na elaboração de instrumentos de planejamento e gestão territorial e ambiental como os mapas comunitários, bem como os mapas auxiliam na visualização daqueles, mas um não é imprescindível ao outro. Além de poderem servir ao mesmo propósito de visibilizar e valorizar povos tradicionais e comunidades em seus direitos ao território, há o fato de que requerem saberes interdisciplinares e elos entre conhecimentos técnico-científicos e autóctones.

> A Etnoecologia contribui com métodos para a elaboração de instrumentos de gestão da biodiversidade, tais como os planos de manejo de unidades de conservação, de zoneamento das Terras Indígenas, de planejamento do uso das áreas de Reserva Legal, de zoneamento ecológico e econômico, além de instrumentos normativos para o extrativismo de produtos da biodiversidade. Dentre esses instrumentos, destacam- -se o etnomapeamento e o etnozoneamento (COELHO-DE-SOUZA; BASSI; KUBO, 2011, p. 41).

A partir de dados obtidos em campo, nota-se que a saúde indígena é considerada uma oportunidade de futuro melhor para o povo Anacé. Há nessa indicação referências quanto ao uso e ao potencial de uso de partes de plantas e animais com finalidades terapêuticas (Fitoterapia e Zooterapia).

Figura 01 – Mapeamento participativo da Aldeia da Japuara

Fonte: MACIEL (2020)

Dentre os organismos citados com finalidades terapêuticas presentes na Aldeia, há: chá de folhas de hortelã para gripe; chá de folhas de boldo para dor; chá de casca de quina quina para dor e gripes fortes; chá de casca de mameleiro para "impangnação" (prisão de ventre, constipação); chá de chifre do carneiro "capado" (com pênis e saco escrotal removidos) para cólicas menstruais e aplicação da folha de rosa madeira em cima das feridas a fim de curá-las (Quadro 1).

Quadro 1- Relação entre o nome popular da planta ou animal terapêutico, a parte utilizada, a finalidade e o modo de uso

Nome popular da planta ou animal	**Parte utilizada**	**Finalidade terapêutica**	**Modo de uso**
Hortelã	Folhas	Prevenir e combater gripes	Chá
Boldo	Folhas	Aliviar dores	Chá
Quina-quina	Casca	Combater dores e gripes fortes	Chá
Mameleiro	Casca	Tratar constipação	Chá
Carneiro	Chifre	Aliviar cólicas menstruais	Chá do chifre do carneiro castrado, após o chifre ser macerado
Rosa-madeira	Folhas	Favorecer a cicatrização de feridas	Colocação da folha sobre a ferida

Fonte: Autores (2020)

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Os resultados envolvendo a Etnoecologia do povo Anacé e, mais especificamente, elementos referentes à sua medicina tradicional valorizam tanto a biodiversidade local quanto demonstram a diversidade cultural do povo Anacé da Terra Indígena Tradicionalmente Ocupada Aldeia da Japuara. O maior aporte de conhecimentos vem dos ditos "troncos velhos", anciões locais que se

esforçam em perpetuar e resgatar os conhecimentos construídos pelos seus ancestrais essencialmente por meio da tradição oral.

A valorização e divulgação desses saberes visa ao fortalecimento da luta por direitos do povo Anacé, respeitando-se suas especificidades, estando à frente dela as reivindicações por educação e saúde diferenciadas e demarcação territorial. Aliado a isso certamente estará a conservação ambiental, na certeza de que socio e biodiversidade caminham lado a lado e de mãos dadas.

Agradecimentos: Ao povo Anacé da Aldeia da Japuara, à Universidade Federal do Ceará e aos integrantes do ZEEC presentes na atividade de mapeamento social participativo citada neste trabalho.

REFERÊNCIAS

ACSELRAD, H; COLI, L. R. Disputas cartográficas e disputas territoriais. *In:* ACSELRAD. H. (organizador). **Cartografias Sociais e Território**. Rio de Janeiro: Universidade Federal do Rio de Janeiro, Instituto de Pesquisa e Planejamento Urbano e Regional, 2008.

ARIAS, J. A. C.; PALOMINO, Y. R. Representaciones sociales sobre medicina tradicional y enfermedades foráneas en indígenas EmberaChamí de Colombia. **Revista Cubana de Salud Pública,** v. 38, n. 3, p. 471-483, 2012.

BRASIL. Constituição (1988). **Constituição da República Federativa do Brasil**. 1988.

BRASIL. Fundação Nacional de Saúde. **Política Nacional de Atenção à Saúde dos Povos Indígenas**. - 2ª edição - Brasília: Ministério da Saúde. Fundação Nacional de Saúde, 2002. 40 p.

CASAGRANDE, D. G. Ethnoscientific implications of classification as a socio-cultural process. *In*: **Routledge Handbook of Environmental Anthropology**. Routledge, 2016. p. 55-68.

COELHO-DE-SOUZA, G.; BASSI, J. B.; KUBO, R. R. Etnoecologia: dimensões teórica e aplicada. *In:* COELHO-DE-SOUZA, G. (Org.) **Transformações no espaço rural**. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2011. p. 25-48.

CONKLIN, H.C. An ethnoecological approach to shifting agriculture. **Transactions of the New York Academy of Sciences**, v.17, p. 133-142, 1954.

DIAZ, S. I. A. Translocalidad y antropologia de los procesos globales: saber y poder en Chiapas y Yucatan. **Journal of Latin American and Caribbean Anthropology**, v.12, n.1, p.134-163. 2007.

FERREIRA, L. O. A emergência da medicina tradicional indígena no campo das políticas públicas. **História, Ciências, Saúde** – Manguinhos, Rio de Janeiro, v.20, n.1, jan.-mar. 2013, p.203-219.

FUNDAÇÃO NACIONAL DO ÍNDIO. **Terras indígenas**: o que é? Brasília/DF, [2020]. Disponível em: <http://www.funai.gov.br/index.php/nossas-acoes/demarcacao-de-terras-indigenas> Acesso em 26 fev. 2020.

GIL, A. C. Como Classificar as Pesquisas? *In:* GIL, A. C. **Como elaborar projetos de pesquisa.** 4ª ed. São Paulo: Atlas, 2002.

GORAYEB, A.; MEIRELES, A. J. A.; SILVA, E. V. **Cartografia social e cidadania**: experiências de mapeamento participativo dos territórios de comunidades urbanas e tradicionais. Fortaleza: Expressão Gráfica, 2015.

GOVERNO DO ESTADO DO CEARÁ. Secretaria do Meio Ambiente. **Zoneamento Ecológico Econômico da Zona Costeira do Estado do Ceará**. 2019. Disponível em: <http://zeecceara.com.br/>. Acesso em 26 fev. 2020.

ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DA SAÚDE. **Estrategia de la OMS sobre medicina tradicional 2014-2023**. Organización Mundial de la Salud: Genébra. 2013. 75 p.

PRADO, H. M.; MURRIETA, R. S. S. A etnoecologia em perspectiva: origens, interfaces e correntes atuais de um campo em ascensão. **Revista Ambiente & Sociedade**. v. 18, n. 4. p.139-160, out/dez 2015.

SANTANA, R. Confrontando o Estado e o Capital: Retirados de suas terras tradicionais pelo próprio Estado, que atendeu aos interesses do mercado, o povo Anacé reergueu na nova reserva seu território de resistência. **Porantim**: em defesa da causa indígena, Brasília-DF, ago, 2015. Ano 36, n. 377. p. 8-10.

SANTOS, C. A. B. Reflexões sobre o uso da fauna silvestre como recurso medicinal pelos povos indígenas no semiárido nordestino. **Revista Ensino Interdisciplinar**, v. 3, n. 8, mai. 2017.

SILVA, E. Índios no semiárido nordestino: (re)conhecendo sociodiversidades. **CLIO**: Revista de Pesquisa Histórica - CLIO (Recife), n. 35, p. 254-272, Jan-Jun, 2017.

TOMÁZ, A. F.; MARQUES, J. O Território Sagrado Pankararé na ciência do Amaro. **Ethnoscientia**, v. 4, n. 1 2019.

FEMINISMO E PATRIARCADO NO SEMIÁRIDO

Roberta de Fátima Rocha Sousa
Gabriel Victor Vasconcelos Frota de Almeida
José Maria Nogueira Neto

INTRODUÇÃO

Este trabalho surge a partir de leituras e vivências realizadas através do projeto interdisciplinar de pesquisa e extensão da Faculdade Luciano Feijão, localizada na cidade de Sobral, no Ceará. Projeto este que traz como título: "Projeto Interdisciplinar de Pesquisa e Extensão Canudos: Superando as desigualdades étnico raciais através do diálogo", realizado na comunidade de Canudos, localizada em meio ao semiárido nordestino, mais precisamente às margens da BR-222, entre Sobral e o município de Forquilha; tendo a participação de bolsistas dos cursos de Administração, Direito, Enfermagem, Engenharia e Psicologia, da Faculdade Luciano Feijão.

A participação em projeto interdisciplinar de pesquisa e extensão contribui para a formação acadêmica e possibilita a construção de uma consciência crítica que amplia a visão para além dos muros da academia, proporcionando o exercício entre teoria e prática, sob a supervisão de professores e orientadores. Identificar Canudos como uma comunidade sertaneja é, sobretudo, entendê-la enquanto uma comunidade tradicional, de forma a pensá-la como um agrupamento humano que ocupa um território, tendo uma ligação simbólica com a terra e a natureza, reforçada pelo sentimento de pertença e ancestralidade.

Assim, podemos entender Canudos como uma comunidade a partir da instância da construção coletiva e consciente da realidade, no qual os sujeitos têm espaço assegurado de participação e expressão de suas posições. De acordo com Góis (2005), é nesse espaço de intimidade, onde a pessoa é reconhecida e confirmada em sua identidade e como pertencente à comunidade, que garante a proteção da individualidade frente à natureza e à sociedade.

É a partir dessa perspectiva de comunidade que caracterizamos Canudos como uma comunidade tradicional sertaneja. Além do seu desenvolvimento isolado, situa-se entre duas cidades, tendo assim sua organização de forma adaptativa ao lugar, ficando à margem daquilo que consideramos os polos de desenvolvimento. Na verdade, a sociedade sertaneja do interior distanciou-se não só especial, mas também social e culturalmente da gente litorânea. (RIBEIRO, 1995, p.354).

Discutiremos, portanto, sobre a construção da identidade da mulher em Canudos. Pretende-se falar sobre a identidade da mulher sertaneja dentro da contemporaneidade de forma a tentar compreender esse lugar, assim como seu processo de resiliência e as lutas travadas ao longo da história.

METODOLOGIA

Este estudo é de base qualitativa, com foco na descrição, compreensão e explicação do fenômeno objetivo e social. A partir de Godoy (1995) e Minayo (2001) reconhece-se a importância da dimensão interativa entre sujeito pesquisador e objeto pesquisado, pois a realidade é dinâmica e se constitui de aspectos psicológicos e sociais.

Sendo assim, a pesquisa qualitativa é uma concepção trazida das Ciências Humanas, onde não se busca estudar o fenômeno em si, e sim entender seu significado individual e/ou coletivo para a vida das pessoas; pretendendo-se conhecer a fundo suas vivências e quais as representações as pessoas têm das experiências de vida. A pesquisa qualitativa preocupa-se, portanto, com aspectos da realidade que não podem ser quantificados, centrando-se na compreensão e explicação da dinâmica das relações sociais (GERHARDT; SILVEIRA, 2009, p.32).

É ocupando esse lugar de pesquisadora que se tem a responsabilidade através da coleta de dados e visitas à comunidade percebê-la como um lugar de possibilidades e potência, uma vez que ali existem pessoas que lutam por melhorias e que nos dizem por meio de uma linguagem por vezes não verbal, o quanto aquele lugar é carregado de sentido e significado para eles. De forma que ao passo de se inserir nesse cotidiano, nos micros lugares, o pesquisador torna-se parte da comunidade, afetando e sendo afetado por ela.

Para o pesquisador, a noção de micro lugares é um duplo desafio: primeiro de aprender a prestar atenção a nossa própria cotidianidade, reconhecendo que é nela que são produzidos e negociados os sentidos e, segundo, de aprender a fazer isso como parte ordinária do próprio cotidiano, não como um pesquisador participante e muito menos como um observador distante, mas simplesmente como parte. (SPINK, 2008, p. 03).

É importante ressaltar o compromisso ético e a postura da pesquisadora no processo de construção e coleta de dados, onde é importante destacar a relação com a alteridade, a pesquisadora diante da diferença e seu interesse na coleta de dados.

possibilidade do pesquisador situar-se como sujeito diferenciado - localizado, datado e interessado que, no ato de pesquisar, se apresenta como capaz de compreender, enunciar, descrever, conhecer ou, pior, estabelecer “verdades” sobre um outro, de outros lugares, datas e interesses, e isso se quisermos dizer muito pouco destas diferenças (PADILHA, 2004, p. 100).

Reconhecer o outro, implica enxergá-lo com todas as suas diferenças e respeitá-lo, acolhê-lo, de forma em que reconheço um outro que também é um sujeito de potencialidades e de respeitar o lugar em que esse mesmo ocupa tanto na comunidade quanto sua representatividade na vida do mesmo. Além disso, ter uma postura empática e ética na condução do processo da pesquisa.

Foram realizadas 12 (doze) visitas à Comunidade de Canudos com o intuito de fazer tanto o reconhecimento do local, como também da comunidade em si, sendo esse primeiro momento uma caminhada comunitária. De acordo com Júnior; Ximenes (2010), é através da caminhada que se apropria da realidade da comunidade, um momento de conhecimento da história do lugar, contada pelos moradores. A caminhada é realizada pelo agente externo e morador, onde através dessa caminhada se descobrem os lugares e fazem um reconhecimento das pessoas que fazem parte da comunidade.

O direcionamento dado pelos orientadores foi que, por meio de olhar apreciativo, professores e alunos identificassem as potências da comunidade, das pessoas, das histórias, dos fatos e não fatos trazidos pela primeira impressão. Estar na comunidade possibilitaria um encontro com a realidade das pessoas que ali vivem e fortaleceria as relações de vínculo e de trabalho.

Todas as visitas tiveram sempre o objetivo de observar o funcionamento de Canudos enquanto Comunidade Tradicional Sertaneja: seus modos de vida, seus meios e modos de produção, as relações com o tempo, com a terra, com o meio ambiente, com a ancestralidade, com a cultura, com o real.

Através da visita percebemos que a Comunidade tinha demanda para a criação um grupo para mulheres. A partir disso, realizamos um momento de fala livre, em formato de roda de conversa, onde as mulheres se dispuseram em forma de roda para que assim pudéssemos dialogar sobre a realidade por elas vivenciada; pois, de acordo com Góis (2005), a roda de conversa de conversa ou círculo de cultura, é um momento onde há uma participação de todos, respeito e reconhecimento da fala do outro. Um desenvolvimento de uma consciência pessoal e social em um só processo,

onde se torna essencial o diálogo problematizador para uma maior conscientização e conhecimento crítico em que possa ocorrer uma transformação positiva da realidade.

A roda de conversa foi realizada com as mulheres da Comunidade nessa mesma perspectiva de observação, onde foi identificado a importância e lugar que essas mulheres ocupam nessa comunidade do semiárido. Importante salientar que, em todos os outros momentos e atividades propostas durante o projeto de pesquisa e extensão, a maioria das participantes eram mulheres. Isso nos diz o quanto essas mulheres têm uma perspectiva de melhora para a comunidade e como acreditam que são importantes nesse processo.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

As funções da/de mulher e a função do/de homem são determinadas pela sociedade e cultura, delimitando seus papéis de gênero. Sabemos que o que irá determinar os gêneros masculino e feminino não são as características biológicas inerentes ao homem e a mulher, e sim os aspectos que circundam as construções sociais e culturais existentes na feminilidade e masculinidade.

A noção de gênero é resultado da dinâmica relacional e a influência dos padrões sociais na formação das identidades masculina e feminina, indicando que apenas as características biológicas são insuficientes para definir as identidades de gênero uma vez que a construção dessas identidades é fenômeno biopsicossocial. A partir dessa compreensão, Saffioti (2015) esclarece que gênero é um conceito que deve ser compreendido a partir de uma perspectiva biopsicossocial, onde o biológico, o psicológico e o social se encontram em relação dialética na constituição da representação e construção de sentido sobre masculinidade e feminilidade.

Gênero também deve designar o próprio aparato de produção onde os sexos são estabelecidos. Como resultado, gênero não está para a cultura como o sexo está para a natureza; gênero é também os meios discursivos/culturais pelos quais "natureza sexuada" [sexed nature] ou "um sexo natural" é produzido e estabelecido como "pré-discursivo", anterior à cultura, uma superfície politicamente neutra na qual a cultura age (...). Esta produção do sexo como o pré-discursivo deve ser entendida como o efeito do aparato de construção cultural designado por gênero (BUTLER, 2007, p. 10).

Corroborando, Beauvoir (2016) diz que ninguém nasce mulher, torna-se mulher; sendo a partir do próprio corpo que formamos a primeira identidade de homem ou mulher e, assim, como consequência é atravessada pelo nosso sexo biológico, definindo se seremos dominados (feminino) ou dominadores (masculino), cada qual desempenhando assim o papel construído socialmente, e assim o corpo passa a ocupar um lugar de exercício do poder.

Pensar os povos e comunidades tradicionais do semiárido brasileiro é pensar sobre tudo na figura masculina – a figura de dominação. Analisando o percurso desse ser mulher em um tempo onde a mesma não tinha voz, um tempo onde o regime do patriarcado prevalecia, pode se pensar em um marco temporal do século XIX ao início do século XX onde a mulher era tida como em segundo plano (depois do homem), devido a uma cultura patriarcal que se tem enraizada até os dias de hoje, é difícil conceber uma ideia em que a mesma pudesse se destacar. A construção do sentido de gênero e dos papeis sociais se estabelece por uma formação discursiva social que pode ser entendida como

(...)um feixe complexo de relações que funcionam como regra: ele prescreve o que deve ser correlacionado em uma prática discursiva, para que esta se refira a tal ou qual objeto, para que empregue tal ou qual enunciação, para que utilize tal conceito, para que organize tal ou qual estratégia. Definir em sua individualidade singular um sistema de formação é, assim, caracterizar um discurso ou um grupo de enunciados pela regularidade de uma prática. (FOUCAULT, 1986, p. 82)

Esse discurso é fruto de uma construção do regime do patriarcado, ainda muito presente nas comunidades tradicionais do semiárido. É por meio dessas relações de poder e discurso que a mulher torna-se oprimida. Entendendo que esse regime sempre esteve e está presente em nossas relações, sobretudo quando falamos em hierarquia, sendo para além das relações de poder, a dominação – do homem sobre a mulher, gerada pela hierarquização dos papéis de gênero decorrente de uma construção sociocultural baseada no patriarcado.

O patriarcado é um conceito utilizado por algumas vertentes do movimento feminista para se referir a um sistema de dominação e exploração das mulheres, modelado por uma ideologia machista construída histórica e socialmente, que condiciona o homem a dominar e a mulher subjugar-se a essa dominação. (BRASIL, 2011, p.05).

A sociedade e a cultura determinam a função da mulher e a função do homem, delimitando os papéis de gênero. O que determina os gêneros masculino e feminino não são as características biológicas inerentes ao homem e a mulher, mas sim os aspectos que giram em torno da construção social e cultural existentes na feminilidade e masculinidade. No sertão semiárido, esses discursos, para além de definirem os gêneros e seus papeis, sustentam cultura, modos de vida, hábitos, a submissão da mulher e as formas de relação.

Uma prática discursiva não é um ato de fala, não é uma ação concreta e individual de pronunciar discursos, mas é todo o conjunto de enunciados que "formam o substrato inteligível para as ações, graças ao seu duplo caráter de judicativo e veridicativo" (VEIGA-NETO, 2014, p.93).

Portanto, em uma comunidade tradicional sertaneja, os saberes produzidos são frutos de práticas discursivas que estabelecem formas de ser e estar no mundo. O regime patriarcal e as condições de submissão da mulher sertaneja são formas cristalizadas de legitimação de discursos. O que podemos dizer é que, atualmente, há uma inquietação da mulher sertaneja em busca de libertação e promoção de outras condições de vida.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Estar nesse lugar de pesquisadora ainda enquanto estudante é de extrema potência, pois além da experiência extra muros é uma oportunidade de construir uma postura crítica e ética. A inserção no campo é algo que desenvolve uma sensibilidade ao passo que nos faz perceber a partir desse olhar sensível e uma escuta minimamente qualificada percebendo as potencialidades da comunidade.

E, enquanto pesquisadora, uma vez que tenho a informação, torno-me responsável em disseminá-la e fazer com que a mesma chegue aos lugares onde por vezes a grande mídia não chega. Falar de patriarcado na contemporaneidade é necessário, sobretudo quando se sabe para quem falar. Falar pra mulheres que sem acesso a informação, falar pra mulheres que naturalizam os fatos, falar com

a linguagem que essas mulheres entendam. É preciso discutir e quebrar com o paradigma da normatização do patriarcado; é preciso que essas mulheres se percebam como autônomas de suas próprias histórias e que através do empoderamento possam reescrever uma história que saia da 3º pessoa para 1º pessoa.

AGRADECIMENTOS

Agradeço, em especial, à Faculdade Luciano Feijão, por proporcionar essa vivência de suma importância para minha formação, pois participar de um projeto de extensão é ver esse entrelaçamento entre teoria e prática. Uma experiência que com toda certeza tem feito toda diferença nesse percurso acadêmico.

Ao professor e orientador desse projeto de Extensão e deste trabalho, José Maria Nogueira Neto; minha gratidão por todos os ensinamentos e partilha durante todo esse percurso.

À minha família por sempre estar junto comigo nessa caminhada, compreendendo e dando forças.

À minha filha Emilly, que sempre esteve ao meu lado desde o começo dessa caminhada.

Às mulheres do semiárido sertanejo, que através de suas histórias atravessaram e mobilizaram minha existência. A partir destes atravessamentos é que me sinto cada vez mais grata por poder conviver e aprender cada vez mais.

REFERÊNCIAS

BATISTA, Otacílio. **Mulher nova bonita e carinhosa** (1982). Disponível em: https://www.letras.mus.br/amelinha/mulher-nova-bonita-e-carinhosa/ acessado em: 01/06/2019.

BEAUVOIR, Simone de. **O Segundo Sexo**, v.II. Tradução Sérgio Milliet.- 3. Ed. - Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2016.

BRASIL, Secretaria Nacional de Enfrentamento à Violência contra as Mulheres Secretaria de Políticas para as Mulheres – Presidência da República. **Pacto Nacional pelo Enfrentamento à Violência contra as Mulheres**. Coleção enfrentamento à violência contra as mulheres, 2011. Disponível em: https://www12.senado.leg.br/institucional/omv/entenda-a-violencia/pdfs/pacto-nacional-pelo-enfrentamento-a-violencia-contra-as-mulheres Acesso em: 05/11/19.

BUTLER, Judith. Gender trouble: feminism and the subversion of identity. New York: Routledge, 2007.

FOUCAULT, M. A Arqueologia do saber. Rio de Janeiro: Forense, 1986

GÓIS, Cezar Wagner de Lima. **Psicologia comunitária – atividade e consciência**. Fortaleza: Instituto Paulo Freire de Estudos Psicossociais, 2005.

JÚNIOR, Francisco Gilmário Rebouças; XIMENES, Verônica Morais. Psicologia Comunitária e Psicologia Histórico-Cultural: Análise e vivência da atividade comunitária pelo método dialógico-vivencial. **Pesquisas e Práticas Psicossociais**, v. 5, n. 2, 2010. Disponível em: https://ufsj.edu.br/portal2-

repositorio/File/revistalapip/volume5_n2/Reboucas_Junior_e_Ximenes.pdf acessado em: 24/06/19.

NASCIMENTO, Milton. **Maria, Maria** (1978). Disponível em: https://www.vagalume.com.br/milton-nascimento/maria-maria.html acessado em: 01/06/2019.

PERNAMBUCO, João; PAIXÃO, Catulo. **Luar do Sertão** (1914). Disponível em: https://www.vagalume.com.br/luiz-gonzaga/luar-do-sertao.html acessado em 24/06.19

OLIVEIRA, Fábio Porto de et al. **Psicologia Comunitária e Educação Libertadora**. Psicol. teor. prat., São Paulo, v. 10, n. 2, p. 147-161, dez. 2008. Disponível em <http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1516-36872008000200012&lng=pt&nrm=iso>. acessos em 01 jun. 2019.

PADILHA, Maria Itayra Coelho de Souza et al. **A responsabilidade do pesquisador ou sobre o que dizemos acerca da ética em pesquisa**. Texto contexto - enferm., Florianópolis, v. 14, n. 1, p. 96-105, mar. 2005. Disponível em <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-07072005000100013&lng=pt&nrm=iso>. acessos em 01 jun. 2019. http://dx.doi.org/10.1590/S0104-07072005000100013.

RIBEIRO, Darcy. **O Povo Brasileiro: A formação e o sentido de Brasil**. 2ª ed. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.

RICARDO, Júlio; OLIVEIRA, Oduvaldo. **Ave Maria Sertaneja** (1964). Disponível em: https://www.vagalume.com.br/julio-ricardo/ave-maria-sertaneja.html acessado em: 23/06/19.

SPINK, Peter Kevin. **O pesquisador conversador no cotidiano**. Psicol. Soc., Porto Alegre , v. 20, n. spe, p. 70-77, 2008 . Available from <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-71822008000400010&lng=en&nrm=iso>. Access on 24 June 2019. http://dx.doi.org/10.1590/S0102-71

VEIGA-NETO, Alfredo. **Foucault & a Educação.** 3ª. ed. BeloHorizonte:Autêntica,2014.

IDENTIDADE, TERRITORIALIDADE E SABERES TRADICIONAIS EM UMA COMUNIDADE DO SEMIÁRIDO BRASILEIRO

Gabriel Victor Vasconcelos Frota de Almeida
Roberta de Fátima Rocha Sousa
José Maria Nogueira Neto

INTRODUÇÃO

O Brasil é um país rico em biodiversidade e diversidade cultural. Canudos é parte desta diversidade e se apresenta como comunidade de povos tradicionais, localizada às margens da cidade de Sobral, no Ceará, instaurando-se a 04 quilômetros do posto da Polícia Rodoviária Federal (PRF), na BR-222. Nas comunidades tradicionais do semiárido a relação com o território, com a terra, é de demasiada importância por ser o local onde se constrói a cultura e se potencializa suas vivências com a ancestralidade, as relações sociais e a formação da identidade do sujeito.

Com o avanço da sociedade líquida moderna, como vemos no pensamento de Zygmunt Bauman (2015), valorizar a cultura ancestral é cada vez mais um desafio, tendo em vista que nessa sociedade o presente tem maior valor em relação ao passado, sendo este e a cultura ancestral tratados com desprezo por não atender à aceleração da vida (Almeida & Neto, 2019). Deste modo, nessa sociedade, tem mais valor se desapegar do velho do que adquirir de fato o novo (Bauman, 2015).

Neste ponto de vista, os assuntos da ancestralidade, dos saberes tradicionais aliado a valorização da terra e da cultura em consonância com a construção da identidade de povos e comunidades tradicionais podem ser de bastante importância na conjectura atual, por conta dos contextos de desvalorização e da negação de determinadas culturas pela sociedade, em especial, as culturas de povos e comunidades tradicionais.

Esta pesquisa é fruto de um projeto interdisciplinar de pesquisa e extensão da Faculdade Luciano Feijão – FLF com título: “Canudos: Superando as Desigualdades Étnico-Raciais Através do Diálogo”, com a participação dos cursos de Psicologia, Administração, Engenharia Civil, Direito e Enfermagem, contando com 30 (trinta) estudantes extensionistas e 05 (cinco) professores orientadores, um de cada curso.

Ademais, vemos que o trabalho interdisciplinar se mostra relevante e desafiador, por contar com visões de cada um dos cursos para a mesma problemática, propondo o progresso e desenvolvimento através do diálogo que, apesar de fragilizado devido à dificuldade de abertura individual de alguns estudantes e professores pesquisadores, foi fundamental para o enriquecimento do projeto e da relação com a comunidade.

Destarte, a Extensão Universitária possui caráter significativo tanto para a sociedade, quanto para estudantes e professores, pois proporciona maior chance de vivenciar a realidade de forma imersiva, pondo os conhecimentos do ensino e da pesquisa em ação, em uma relação mútua de contribuição entre sociedade e academia, confundindo-se por vezes quem ensina e quem aprende. O conceito de Extensão entendido nesta pesquisa é feito a partir do pensamento de Boaventura de Sousa Santos que diz que:

> A área de extensão vai ter no futuro próximo um significado muito especial. No momento em que o capitalismo global pretende funcionalizar a Universidade e, de fato, transformá-la numa vasta agência de extensão ao seu serviço, a reforma da Universidade deve conferir uma nova centralidade às atividades de extensão (com implicações no currículo e nas carreiras dos docentes) e concebê-las de modo alternativo ao capitalismo global, atribuindo às Universidades uma participação ativa na construção da coesão social, no aprofundamento da democracia, na luta contra a exclusão social e a degradação ambiental, na defesa da diversidade cultural. (SANTOS, 2004, p. 53-54).

A partir disto, podemos trazer o pensamento de: qual seria “o lugar” do pesquisador em uma perspectiva comunitária, dentre esses diferentes cursos, com diferentes formas de ver e vivenciar a relação com o outro? Podemos levar em conta, a partir do pensamento de Senra & Guzzo, que:

> O psicólogo brasileiro e latino-americano, se assume um compromisso com a maioria da população, deve ter como horizonte a perspectiva das massas populares, voltando sua prática para a melhoria das condições de vida da população e assumindo um compromisso de transformação da realidade social. [...] é preciso mudar a prática e a formação dos profissionais de psicologia para a inserção e atuação nos espaços comunitários e dos serviços públicos. (SENRA & GUZZO, 2012, P.298)

O presente estudo, portanto, tem como objetivo apresentar a comunidade de Canudos enquanto sertaneja, sendo evidenciada enquanto comunidade tradicional do semiárido, levando em conta seus saberes ancestrais, sua relação com a terra, as relações individuais e coletivas. A pesquisa tem base teórica na Psicologia Social e Comunitária com aportes de leituras da sociologia, filosofia, antropologia, geografia, direitos humanos e literatura clássica brasileira. Ao final, pretende-se discutir sobre o conceito de território e comunidade tradicional entrelaçado à perspectiva da identidade.

METODOLOGIA

Nesta pesquisa usou-se a metodologia qualitativa que, segundo Minayo (2001) direciona-se a questões particulares dos participantes, lidando com os significados e valores subjetivos, sendo estes, não reduzíveis a variáveis. Abordando a estratégia pesquisa-ação que a partir de Thiollent (2000, p.14) é:

> Um tipo de pesquisa social com base empírica que é concebida e realizada em estreita associação com uma ação ou com a resolução de um problema coletivo e no qual os pesquisadores e os participantes representativos da situação ou do problema estão envolvidos de modo cooperativo ou participativo.

Sendo assim, consiste em pesquisa com o grupo e para o grupo. Adicionalmente, foi realizada uma pesquisa exploratória, que a partir de Eco (1993, p.45) pode "proporcionar maior familiaridade com o problema, com vistas a torná-lo mais explícito ou a construir hipóteses". Pode-se dizer que houve um aprimoramento de ideias e descobertas a partir de vivências na comunidade com os moradores, as quais foram descritas nos diários de campo com registros das visitas à comunidade e com as observações dos encontros formativos ou de orientação. As visitas à comunidade ocorreram entre os meses de março e novembro de 2019.

Em paralelo, foi realizada uma revisão bibliográfica para maior aprofundamento do assunto com pesquisa em bibliotecas virtuais. Não foi estabelecido nenhum critério de seleção quanto às datas de publicação dos artigos e livros, o critério usado para a busca foi o de relevância com o tema a partir das palavras-chave identidade, território e comunidades tradicionais, já o critério de exclusão dos artigos foi a eliminação dos que não seguiam as linhas de pesquisa do projeto, com base nas leituras de seus resumos. Buscou-se também um diálogo com recursos narrativos da literatura, da música e outras artes por acreditarmos na potência dessas linguagens como instrumentos importantes para retratar a realidade social e alguns contextos.

COMUNIDADE X COMUNIDADE TRADICIONAL

Primeiramente, iremos conceituar o que é comunidade que, ao recorrermos à etimologia da palavra, se trata de um verbete proveniente do Latim "*Communitas*", quer dizer companheirismo e do "*Communis*", comum geral. Deste modo, pela etimologia entende-se que pode se tratar de um companheirismo associado a algo comum geral. Segundo Cezar Wagner de Lima Góis (1993), autor fundador da Psicologia Comunitária no Ceará, comunidade é um lugar de moradia onde

ocorre uma permanência que pode ser estável e duradoura, que há a proteção da singularidade. Em contrapartida, a comunidade é "uma instância da sociedade ou da vida de um povo ou nação que reflete uma dinâmica própria" (Góis, 1993 p.76).

Deste modo, podemos considerar que comunidade é o compartilhamento de um mesmo modo de vida de um grupo social, sem uma homogeneidade nas relações, pois apresenta conflitos por conta do desempenhar de papéis sociais dos moradores que se diferenciam em determinados contextos (Góis, 1993). A partir do pensamento de Rios (1987) podemos concluir que a comunidade se caracteriza também tendo uma equivalente tradição e as iguais motivações, mas a consciência em ideias e valores comuns.

Posto isto, podemos trazer a visão de comunidade tradicional que segundo o Decreto Federal n°6040 de 07/02/2007:

> Povos e Comunidades tradicionais: grupos culturalmente diferenciados e que se reconhecem como tais, que possuem formas próprias de organização social, que ocupam e usam territórios e recursos naturais como condição para sua reprodução cultural, social, religiosa, ancestral e econômica, utilizando conhecimentos, inovações e práticas gerados e transmitidos pela tradição. (BRASIL, Decreto 6040, art.3,1).

Canudos enquanto povo e comunidade tradicional do semiárido poderia ser reconhecido a partir das hipóteses de ser uma Comunidade de Fundo e Fecho de Pasto, uma Comunidade Tradicional Catingueira ou Comunidade Tradicional Sertaneja. No entanto, a partir de nosso aprofundamento com a comunidade e com o tema foi possível evidenciar que Canudos pode ser caracterizada enquanto comunidade Sertaneja, mesmo apresentando elementos e características de outras comunidades como as de Fundo e Fecho de Pasto, quando associamos as suas relações com os modos de produção e onde é possível observar a criação de pequenos e médios animais de forma livre e solta pelo território, como se estabelecessem cuidados e criação comunitários.

Em consonância, as poucas cercas existentes no local, que não necessariamente remetem à uma propriedade privada, estão lá para demarcar a plantação que, na maioria das casas, é de milho e feijão e também controlar alguns outros animais que precisam ser criados em cativeiro. A produção em uma comunidade de Fundo e Fecho de Pasto é prioritariamente para o consumo das próprias famílias e no caso de Canudos, além de alimentar a família, também alimenta os animais. Nos trabalhos e produções tocadas pelas famílias há um forte vínculo com a terra, inclusive de pessoas que já deixaram o local, como foi observado em uma casa onde parentes retornam à comunidade só para fazerem o plantio no seu território.

Do mesmo modo, nessas comunidades é comum ver histórias de resistências a grandes latifúndios. A criação da associação de moradores é uma forma de se efetivar essa resistência. Algo presente em Canudos é a ida dos moradores para Sobral, devido a maiores e melhores oportunidades de emprego e renda para a família. Há um movimento de migração pendular por conta do trabalho.

Sendo assim, a comunidade de Canudos pode ser entendida também enquanto uma comunidade catingueira, devido ao seu bioma, à localização geográfica e características específicas como as altas temperaturas, a baixa umidade, os conflitos em relação ao acesso a água, sendo esta acessada ou pela compra particular ou por demanda da Prefeitura de Sobral. Trata-se de uma comunidade no meio do semiárido cearense, com vegetação de árvores baixas com troncos retorcidos e

espinhosos e capaz de sobreviver nas épocas de seca, pois as folhas caem para evitar a perda de água.

Aliado a isto, podemos mencionar outra característica do povo catingueiro: a rede de solidariedade familiar e comunitária. Característica marcante que é ressaltada principalmente em casas com agricultura na qual a terra e a plantação são divididas com os familiares na comunidade, aliado com a reunião da associação dos moradores que ocorre regada com comidas típicas produzidas no local por eles mesmos. Esta solidariedade e comunhão são ratificadas por suas falas, quando dizem que "a amizade é a coisa mais importante".

Canudos, depois das intervenções, diálogos teóricos e estudos, portanto, pode ser reconhecida enquanto comunidade tradicional do semiárido e entendida como sertaneja. Para compreender sobre os Povos do Sertão faz-se necessário uma explicação sobre de que ou de qual sertão se fala. E, para contextualizar, vamos recorrer à sua etimologia que segundo Neves (2003) e Gustavo Barroso (1988- 1959) vem do linguajar mulcetão que ao decorrer do tempo foi reduzido a "certão" e em latim significaria *lócus mediaterrus*, que consiste em lugar entre terras, sítio longe do mar. Quando foi levado à Portugal usou-se o significado africano equivalente a "desertão", grande deserto, deste modo surgiu a palavra sertão.

Outra característica de comunidade sertaneja é a organização das casas que, quase sempre, são simples com portas divididas em duas, onde a parte superior pode ser aberta independente da parte inferior, há algumas janelas e raramente o teto é forrado e as paredes não encostam o teto/telhado (Almeida & Neto, 2019). Nas paredes da sala se encontram fotos antigas dos parentes, festejos familiares e imagens de santos que são venerados pelos moradores.

Ademais, as residências sempre apresentam algumas plantas que simbolizam algum valor místico de proteção, purificação do ambiente ou até mesmo para espantar maus assombros ou energias ditas ruins, sendo estas situações que representam vivência com a ancestralidade e os saberes tradicionais do semiárido. Outro fato comum é o de que, por vezes, ainda se utiliza palavras do período classicista (Almeida & Neto). No sertão, as narrativas são carregadas por um sotaque regionalista, com ritmo próprio, em Canudos as histórias são contadas por meio da oralidade sem o apego às regras da ortografia ou gramática, a linguagem é muito própria do lugar (Almeida & Neto 2019).

Em consonância, concepção de sertão nesta pesquisa é a mesma trazida pela literatura nos textos de Euclides da Cunha, em Os sertões (1991). Sendo assim, para este estudo, entenderemos Canudos como uma Comunidade Tradicional Sertaneja, tanto pela sua localização geográfica quanto pela sua cultura enraizada em um modo de vida simples.

Acerca das características da vegetação do sertão, a caatinga, podemos considerar o pensamento de Euclides da Cunha, que descreve:

> ao que a caatinga o afoga (o viajante) abrevia-lhe o olhar; agride-o (...) enlaça-o na trama espinescente e não o atrai; repulsão com as folhas urticantes, com espinho, com os gravetos estalados em lanças; desdobra-se lhe na frente léguas e léguas; imutável no aspecto desolado: árvores e folhas da galhos estorcidos e secos, revoltos (...) lembrando um bracejar imenso, de tortura, da flora agonizante (...) as suas árvores em conjunto semelha uma só família de poucos gêneros (...) é que por um efeito explicado de adaptação às condições estreitas do meio ingra envolvendo penosamente

em círculos estreitos, aquelas mesmas que tanto se diversificam nas matas, ali se talham por um molde único (CUNHA, 1991, p.38).

Percebemos nas palavras de Euclides a dificuldade e os desafios da vivência no sertão pela sua natureza, que repassam a sensação de repulsão do indivíduo pelos espinhos, as folhas urticantes e longevas distâncias que separam o sertão da cidade grande, evidenciando a grande quantidade de árvores de mesma espécie em decorrência das características do clima.

Território e poder para uma comunidade tradicional do semiárido

O território em uma comunidade tradicional faz-se importante por ser o local da instauração desta e onde se constroem e perpetuam os seus saberes tradicionais, ocorre a vivência de sua ancestralidade e a formação de vida e cultura. Portanto, a procura por um local de pertencimento em grupo é característica de uma comunidade com território permanente, pois, a partir de Little (2002) podemos levar em conta que a territorialidade é definida como a busca do grupo para ocupar um ambiente quando os integrantes se identificam com o local. Posto isto, vamos evidenciar o conceito primeiramente de comunidade tradicional tangenciando Canudos.

Consideramos que Canudos, na presença dos moradores mais antigos, possui uma relação de indiferença à Sobral, pois eles buscam continuar na comunidade, colhendo os frutos literalmente e imaterialmente que ela fornece a eles. Isso é reiterado na família de uma das moradoras, onde há o plantio e a criação de animais para subsistência e um forte vínculo com a terra, quando afirma que não se dirige à Sobral, pois segundo sua própria filha destaca, Sobral " é muito perigosa" e tem medo de assalto, os familiares é que vão a Canudos, à sua casa, para fazerem o plantio e a comunhão da terra.

Sendo assim, ocorre o uso de forma mínima da terra, onde os moradores, em sua maioria, praticam agricultura para subsistência e o uso da terra tanto para a criação de animais como para o cultivo também de plantas medicinais. Podemos ratificar isto levando em conta o pensamento de Abramovay (2007, p. 21) sobre território, em que ele afirma "territórios são resultados da maneira como as sociedades se organizam para usar os sistemas naturais em que se apoia sua reprodução".

Deste modo, a partir do pensamento de Abramovay (2003) os territórios estão para além de fatores naturais que determinam alguma localidade, e se constroem com relações de não formalidade. Ademais, as formas de comunicação, vestimentas, interação, gastronomia, os saberes tradicionais e a ancestralidade ajudam a demarcar e/ou definir um território tradicional. Portanto, isto nos ajuda a entender que as noções de território e de comunidade estão associadas à relação do seu povo com a terra e suas formas de relação entre os sujeitos.

A relação entre Canudos e Sobral apresenta consequências relacionais próprias entre dois grupos populacionais, pois a partir de Moraes et al. (2016) diante do encontro de culturas antagônicas, pode-se levar ao resultado da destruição dos grupos, ao aparecimento de um novo grupo a partir dessa destruição ou à desorganização dos grupos mutuamente.

Aliado a isto, a maioria da população de Canudos procura emprego e se muda para Sobral por conta da dificuldade social de repassar as vivências com a ancestralidade e o modo de produção de subsistência, tendo em vista que na sociedade líquida moderna a vida dificilmente vai estar fora dos padrões de consumo de grandes/médias cidades (Bauman, 2009), algo que também é

caracterizado historicamente na vida do sertanejo, pois muitos já necessitaram viajar para outras cidades em busca de emprego devido à falta de água. A partir disso, ressaltamos a música "Conheço o meu Lugar" do compositor sobralense Antônio Belchior (1979):

Não! Você não me impediu de ser feliz!

Nunca jamais bateu a porta em meu nariz!

Ninguém é gente!

Nordeste é uma ficção! Nordeste nunca houve!

Não! Eu não sou do lugar dos esquecidos!

Não sou da nação dos condenados!

Não sou do sertão dos ofendidos!

Você sabe bem: Conheço o meu lugar!

Fazendo paralelo com a relação Canudos e Sobral, esta fragilidade não impede a comunidade de lutar contra às adversidades. Além disso, a sociedade pode enxergar a comunidade como uma "ficção", em consonância ao que Belchior cita na sua música, algo que não existe e que é ignorado pelo poder público, que não recebe auxílio para as necessidades básicas. Ademais, percebemos uma resposta na música, assinalando que a comunidade, contextualizando, não é o lugar dos esquecidos, dos condenados, dos ofendidos sertanejos, pois ela conhece bem seu próprio lugar, o qual não é definido pela sociedade, às margens da cidade e da "civilização", pois é também o local de um povo que possui suas próprias lutas caracterizadas como sertanejas, um exemplo desta luta é a água, uma das riquezas que tanto almejam. Desta forma, vemos que Canudos exerce um impacto cultural dentro das conjunturas sociopolíticas, a partir de relações de poder, entendendo que para Foucault:

Em si mesmo o poder não é violência nem consentimento o que, implicitamente, é renovável. Ele é uma estrutura de ações; ele induz, incita, seduz, facilita ou dificulta; ao extremo, ele constrange ou, entretanto, é sempre um modo de agir ou ser capaz de ações. Um conjunto de ações sobre outras ações (Foucault, 1982, p. 220).

Canudos exerce poder na sociedade por conta da sua razão de ser, enquanto território de existência que se consagra pela resistência aos modelos capitalistas de produção que visam a aniquilação de culturas que vão contra aos modelos de consumo. O poder enquanto ação é uma resposta ao poder do Estado em seus pressupostos do capitalismo. Podemos atribuir a importância da consciência de classe dentro do processo de manifestação de poder e representatividade social de uma comunidade tradicional, compreendendo que:

É um processo essencialmente grupal e se manifesta quando indivíduos conscientes de si se percebem sujeitos das mesmas determinações históricas que os tomaram membros de um mesmo grupo, inseridos nas relações de produção que caracterizam a sociedade num dado momento. Nessa perspectiva, o pertencer a um grupo cujas ações expressam uma consciência de classe pode ser condição para que um indivíduo desencadeie um processo de conscientização de si e social. (Lane, 2012 p.42)

Entende-se que o indivíduo só tem papel de mudança na sua sociedade e na sua condição de existência no mundo se estiver consciente de sua classe social. A partir deste pensamento, pode-se levar em conta que a população da comunidade só consegue promover mudança dentro do seu contexto social quando estiver consciente de sua classe social.

O indivíduo consciente de sua classe promove mudança e conscientização dos processos de opressão (Freire, 2019), deste modo entendendo a sua realidade político-social e os processos de alienação e dominação da cultura que prevalece. Ainda assim dentro dessas relações de poder, devemos ter cuidado quanto à designação deste, pois:

> O que caracteriza o poder que estamos analisando é que traz à ação relações entre indivíduos (ou entre grupos). Para não nos deixar enganar; só podemos falar de estruturas ou de mecanismo de poder na medida em que supomos que certas pessoas exercem poder sobre outras. O termo 'poder' designa relacionamentos entre parceiros (e com isto não menciono um jogo de soma zero, mas simplesmente, e por ora me referindo em termos mais gerais, a um conjunto de ações que induzem a outras ações, seguindo-se umas às outras). (Foucault, 1982, p. 217).

A relação de poder no caso dessa comunidade sertaneja se estabelece pelo embate entre ela e o Estado, sendo este um representante da cultura capitalista de produção. Levando em conta que o poder se expressa nas relações, devemos evidenciar que ela se apresenta também de forma micro, pertencendo a todos os setores da sociedade, não só no Estado e nas instituições (Diniz & Oliveira, 2013). Deste modo, o Estado se apresenta como embaixador do capitalismo enquanto mecanismo social, político, econômico e ideológico e a comunidade manifesta o seu poder de detentora dos processos sociais, históricos e culturais da ancestralidade sertaneja. Dessa forma, apresenta-se o relacionamento de poder entre a ancestralidade e modernidade capitalista.

Considerando a questão territorial, o Decreto Federal n°6040 de 07/02/2007 caracteriza de forma evidente o conceito em uma comunidade tradicional, sendo que são:

> Espaços necessários à reprodução cultural, social e econômica dos povos e comunidades tradicionais, sejam eles utilizados de forma permanente ou Temporária, observado, no que diz respeito aos povos indígenas e quilombolas, respectivamente, o que dispõem o art. 231 da Constituição e art. 68 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias e demais regulamentações. (BRASIL, Decreto 6040, art.3,2)

O território de Canudos é o berço cultural da comunidade, pois carrega toda a sua ancestralidade. Além disso, seus primeiros moradores já possuíam vínculos com a terra, uma vez que eram trabalhadores das grandes fazendas que existiam na região. Nesse contexto, a sensação de pertencimento difere de posse, tendo em vista que podemos pertencer a um lugar e não ter a posse da terra física, já que são os elementos simbólicos que construirão o sentimento de pertença que, os principais deles, são as formas de transmissão dos saberes tradicionais locais e as formas de viver sua ancestralidade. No território de Canudos os saberes são compartilhados pela oralidade entre os mais velhos e os mais novos, há transmissão cultural dos modos de trabalho e produção.

IDENTIDADE, COMUNIDADE TRADICIONAL E TERRITORIALIDADE

A partir do pensamento de Ciampa (1984, p.74) "Identidade é movimento, é desenvolvimento concreto, identidade é metamorfose", assim pode-se afirmar que em determinadas relações sociais são exercidos papeis sociais diferentes e a identidade não é algo fixo nem pronto, é um processo contínuo. Do mesmo modo, ressaltamos que isto não evidencia necessariamente que possuímos diferentes identidades tendo em vista que, a partir do autor, em determinadas relações exercemos uma parte da nossa identidade, a parte de um todo. Um exemplo seria as relações que uma pessoa exerce dois papeis, pai e filho, em cada relação social o indivíduo exerce um papel que é parte da sua identidade, de sua totalidade mesmo sendo contraditória e mutável (Ciampa, 1984).

Podemos ver que em uma comunidade sertaneja cada morador exerce um papel diferente em determinadas relações sociais. A mulher exerce seu papel de mãe, esposa e filha em sua relação com o marido, ela não deixa a sua totalidade, exerce parte dela sem deixar de ser o que ela é, pois existe um papel que tanto é criado e desenvolvido pela cultura patriarcal, algo típico da cultura do semiárido sertanejo, que reforçada a ideia do homem sendo o "cabra macho", aquele que manda na casa, pois traz o "ganha pão" da mesma.

Ademais, pode-se constatar que o território é um elemento de caracterização da identidade dos moradores da comunidade, levando em conta que é o lugar onde as relações sociais e os seus papeis ocorrem. Percebemos a partir disso sua contribuição para a formação da caracterização de uma identidade comum à comunidade, ou seja, o território, por vezes, também é identidade. Destarte podemos concluir que o homem, a mulher, a criança, as pessoas idosas precisam de um lugar para existir. Desta forma, trata-se de uma relação ambígua, onde o território constrói identidade e identidade constrói território por meio do sentimento de pertencimento.

Portanto, aprofundamos a concepção de que o território também é um aspecto da identidade do indivíduo, pois há uma relação entre ambos que provoca a necessidade de papéis sociais diferentes em cada local. Quando um morador da comunidade está em Canudos, existe o papel social de morador de Canudos, de pertencente àquela comunidade, logo existe a forma de ser a partir daquele local. Quando um morador está em Sobral, ele não deixa de ser quem ele é, pois exerce outro papel social que no caso é influenciado pelo local, que é Sobral.

Em consonância, a comunicação também exerce influência na construção de papéis sociais, onde a mesma contribui na construção da identidade dos sujeitos. Desta forma, A comunicação se apresenta como um código de linguagem que, com modos próprios, os do povo sertanejo, favorece a transmissão de saber, protege o grupo social e cria uma sensação de pertencimento e liberdade entre os sujeitos.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Na presente pesquisa, foi possível conhecer de forma mais nítida a comunidade, considerando o próprio conceito desta a partir do Góis, pela sua especificidade e caracterizá-la enquanto uma comunidade sertaneja, devido aos aspectos subjetivos das falas, vestimentas e a forma da organização das casas, respondendo assim ao objetivo de entender e caracterizar a comunidade enquanto tradicional.

Por conseguinte, a partir da noção de território como sensação de pertencimento de um indivíduo a um local, levando em conta suas relações culturais e sociais, pode-se entender a sua compatibilidade com a identidade, a partir de determinados territórios que não necessariamente precisam ser fixos, uma vez que o indivíduo exerce vários papeis sociais diferentes.

Ademais, podemos considerar que isto leva o conceito de identidade para as diferentes formas de o indivíduo se relacionar e representar diferentes papeis sociais, sem deixar de ser quem ele é, estas relações não são somente interpessoais, mas também com o local. Sendo assim, o objetivo do entrelaçamento de território e identidade foi respondido e abre espaço para o aprofundamento da construção da identidade sertaneja com as noções de território.

A partir desta pesquisa percebemos também a difícil condição de subsistência da comunidade, que é a realidade de muitas outras no Nordeste, tendo em Canudos a falta de recursos básicos como: água encanada, saneamento básico, transporte público, saúde básica nas proximidades e escola. Evidenciamos que eles são fundamentais para manutenção da mesma, sendo a falta, motivo para migração dos moradores para a cidade de Sobral em busca de emprego e melhores condições de vida.

Nessa perspectiva, podemos evidenciar que com as mudanças dos padrões de consumo e as relações de trabalho, o povo sertanejo que antes produzia para seu próprio consumo na sua própria terra, teve que encontrar novas formas de viver no mundo contemporâneo, vendendo sua mão de obra, na maioria das vezes não qualificada, nos padrões de mercado e, como vimos, algumas dessas formas tendem a ir na direção oposta a cultura das ruralidades. Deste modo, mostramos nesta pesquisa a difícil condição de manutenção cultural de uma comunidade sertaneja.

REFERÊNCIAS

ABRAMOVAY, Ricardo. **O futuro das regiões rurais**. Porto Alegre: UFRGS, 2003.

ABRAMOVAY, Ricardo. Para uma Teoria de Estudos Territoriais. In: ORTEGA Antônio Cesar; ALMEIDA FILHO, Niemeyer (Orgs.). **Desenvolvimento Territorial, Segurança Alimentar e Economia solidária**. Campinas: Alínea, 2007. p. 19-38.

ALMEIDA. Gabriel. & NETO, José. A psicologia diante da construção identitária e à cultura sertaneja. In. VIANA. Diego; ACIOLES. Marcossuel; OLIVEIRA. Mércia. (Orgs). **Psicologia e políticas públicas: contribuições das diferentes áreas da profissão para o debate. Série Diversidade de Práticas em Psicologia**. Volume 2. Fortaleza: CRP11, 2019. P. 50-54.

BAUMAN, Zygmunt. **Vida Líquida**. Zahar, 2009.

BELCHIOR, Antônio. **Conheço o meu lugar**: Era uma Vez um Homem e Seu Tempo [1979]. Disponível em: https://www.vagalume.com.br/belchior/conheco-o-meu-lugar.html. Acessado em 28/05/2019

BRANDÃO, Rogério. Memórias: As casas sertanejas, seus hábitos, e os riscos de mudanças no cotidiano do Sertão. **Farol de Notícias**, Pernambuco,20 de julho de 2014. Disponível em: https://faroldenoticias.com.br/memorias-as-casas-sertanejas-seus-habitos-e-os-riscos-de-mudancas-no-cotidiano-do-sertao/. Acessado em 24/06/2019

Catingueiros. **Portal Ypade**, 1 de julho de 2016. Disponível em: http://portalypade.mma.gov.br/caracteristicas. Acessado em 06/05/2019

Catingueiros. **Portal Ypade**, 1 de julho de 2016. Disponível em http://portalypade.mma.gov.br/caatingueiros. Acessado em 06/05/2019

CIAMPA, Antônio. Identidade. In. Codo & S.T. M Lane (Orgs.). **Psicologia Social: o homem em movimento** (pp.58-75), São Paulo: Brasiliense, 1984.

CIAMPA, Antônio. **A estória do Severino e a história da Severina**. 9° reimpr. São Paulo: Brasiliense, 2007.

Comunidades de Fundo de Pasto. **Cerracatinga**, Brasília. Disponível em: http://www.cerratinga.org.br/populacoes/comunidades-de-fundos-de-pasto/. Acessado em 06/05/2019

CUNHA, Euclides da**. Os sertões**. Campanha de Canudos. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1991.

DE MORAES, Nelson. et al. **O conceito de território dentro de comunidades tradicionais Brasileiras**. Revista Observatório, v. 2, n. 4, p. 442-455, 2016.

DINIZ, Francisco Rômulo Alves; OLIVEIRA, AA de. **Foucault: do poder disciplinar ao biopoder.** Scientia, v. 2, n. 3, p. 143-158, 2014.

DUARTE, Regina. Origem da palavra comunidade. **Origem da Palavra.** 14 de jan. De 2011. Disponível em: https://origemdapalavra.com.br/pergunta/etimo-da-palavra-comunidade/. Acessado em 19/05/2020

FREIRE, Paulo. **Pedagogia do oprimido**. 1 ed. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 2019.

ECO, Umberto. **Como se faz uma tese.** 10. Ed. São Paulo: Perspectiva, 1993, 170p. (Estudos)

FOUCAULT, Michel. **Subject and Power**. In: DREYFUSS, H. & RABINOW P. Beyond structuralism and hermeneutics. Brighton, The Harvester Press. 1982.

GÓIS, César. **Noções de psicologia comunitária**. Fortaleza: Edições UFC, 1993.

LANE, Silvia. Consciência/Alienação: a ideologia a nível individual. In. Codo & S.T. M Lane (Orgs.). **Psicologia Social: o homem em movimento** (pp.40-47), São Paulo: Brasiliense, 2012.

LITTLE, Paul E. **Territórios sociasis e povos tradicionais no Brasil: por uma antropologia da territorialidade**. Departamento de Antropologia, Universidade de Brasília, 2002.

MINAYO, Maria. (org.). **Pesquisa Social. Teoria método e criatividade**. 18 ed. Petrópolis: Vozes, 2001.

NEVES, Erivaldo**. Sertão como recorte espacial e como imaginário cultural**. Politeia, v. 3, n. 1, p. 153-162, 2003.

RIOS, José. **Educação dos Grupos**. Ed. Epu Pedagógica e Universitária, 1987.

SENRA, C.M.G & GUZZO, RS.L. (2012). **A assistência social e psicologia – Sobre as tensões e conflitos do psicólogo no cotidiano do serviço público**. Psicologia & Sociedade, 24 (2), p. 293-299.

SANTOS, Boaventura. **A Universidade no século XXI**. São Paulo: Cortez Editora, 2004.

THIOLLENT, Michel. **Metodologia da pesquisa-ação.** São Paulo: Cortez. 2000.

POVOS ORIGINÁRIOS NO SEMIÁRIDO CEARENSE: REFLEXÕES TEÓRICAS E METODOLÓGICAS PARA A PESQUISA CIENTÍFICA

Aline Neris de Carvalho Maciel
Karinne Wendy Santos de Menezes
Edson Vicente da Silva
Antônio Jeovah de Andrade Meireles

INTRODUÇÃO

Em 2018, a Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste (SUDENE), com base na Resolução CONDEL nº 107, de 27/07/2017 e nº 115, de 23/11/2017, divulgou a nova delimitação do Semiárido Brasileiro.

A figura 01 traz um mapa com a delimitação no semiárido brasileiro, que abrange parcela significativa da região Nordeste do Brasil, produzido pela SUDENE.

Figura 01 – Mapa de delimitação do Semiárido Brasileiro

Fonte: SUDENE (2018)

O estado do Ceará possui 184 municípios, sendo que, de acordo com a SUDENE (2018), 175 municípios localizam-se no domínio semiárido, com uma área de 146.889 km² e uma população de 5.827.192 pessoas.

O Ceará tem a presença de povos indígenas em diferentes regiões, mas nem todos estão inseridos na área de abrangência do semiárido. Este artigo busca analisar a presença desses povos originários no semiárido cearense, assim como discutir possibilidades teóricas e metodológicas para o estudo de comunidades tradicionais e indígenas no semiárido, com base em seus saberes tradicionais.

SABERES TRADICIONAIS DAS COMUNIDADES NO SEMIÁRIDO - ISBN: 978-65-992869-4-0

MATERIAL E MÉTODO

Para a realização desse estudo foi realizado um levantamento bibliográfico e documental. Depois da análise de seu conteúdo foi elaborada a estrutura textual e confeccionados gráficos e um quadro para exemplificar os dados obtidos e realizar a discussão teórica e metodológica a respeito da temática apresentada.

RESULTADOS E DISCUSSÕES

Pressupostos Teóricos e Metodológicos

Os pressupostos teóricos e metodológicos apresentados neste estudo foram pensados como alternativas de percursos que podem ser adotados por estudiosos e pesquisadores das comunidades tradicionais e originárias no semiárido brasileiro, como ribeirinhos, quilombolas e indígenas, por exemplo.

- ***Saberes Tradicionais***

Diegues (2000), ao discutir a biodiversidade e as comunidades tradicionais no Brasil, mostra que ela não é apenas um produto da natureza, mas resultado da ação das sociedades e culturas humanas, sendo assim, uma construção cultural e social.

> No início do século, os cientistas passaram a exercer uma importância cada vez maior na definição das áreas protegidas, sobressaindo-se os cientistas naturais, uma vez que, segundo a visão predominante, tratava-se de proteger o mundo natural contra a ação humana. A própria teoria dos ecossistemas, apesar dos esforços de cientistas naturais como Odum, não escapou da tendência a considerar os humanos como exteriores ao ecossistema, passando a se preocupar com áreas chamadas "naturais" [...] (DIEGUES, 2000, p. 04-05).

As comunidades tradicionais transmitem seus saberes de geração em geração, pois eles têm uma forma particular de organização social. Para Diegues (1999), um elemento essencial na relação entre essas populações e a natureza é a sua ligação com o território, pelo fato de ele não depender apenas do meio físico utilizado mas, sobretudo, das relações sociais que estão nele presentes.

> O território dessas sociedades, distinto daquele das sociedades urbanas industriais, é descontínuo, marcado por vazios aparentes (terras em pousio, áreas de estuário que são usadas para a pesca somente em algumas estações do ano, áreas de coleta, de caça, etc.) e tem levado autoridades da conservação a declará-lo parte as "unidades de conservação "porque "não é usado por ninguém". Aí reside, muitas vezes, parte dos conflitos existentes entre essas sociedades e as autoridades conservacionistas (DIEGUES, 1999, p. 20).

No Brasil existem várias aldeias que tiveram unidades de conservação diferenciadas sobrepostas ao seu território. O modelo atual de conservação de áreas consideradas relevantes para a manutenção da biodiversidade e da cultura das comunidades, nos faz repensar a sua viabilidade, principalmente no ambiente urbano, pois a deficiência de gestão desses territórios protegidos pode contribuir para o processo de desvalorização dos saberes tradicionais.

Quando se trata de comunidades tradicionais, faz-se necessário ressaltar os indígenas como povos originários e, nesse contexto, a discussão territorial ganha ênfase no território brasileiro e, especificamente, no semiárido cearense. No Ceará os povos indígenas ainda lutam pelo reconhecimento de suas origens e para terem seus direitos ao território finalmente garantidos, devidamente delimitados e homologados.

- ***A Cartografia Social e o Mapeamento Participativo***

A utilização da Cartografia Social permite, com base em seus pressupostos teóricos e metodológicos, a realização de mapeamentos participativos em comunidades tradicionais e unidades de conservação de uso sustentável, por exemplo, e pode ser construído a partir de diálogos entre o grupo de pesquisa e os representes comunitários. O Mapeamento Participativo surge no contexto como um caminho metodológico, mas também se torna um instrumento para se discutir as políticas ambientais.

Acserad e Coli (2008) também explicam que a partir de 1990 começaram a surgir mundialmente mapeamentos incluindo populações locais.

[...] para Herlihy e Knapp (2003) o mapeamento participativo é aquele que reconhece o conhecimento espacial e ambiental de populações locais e os insere em modelos mais convencionais de conhecimento. Suas raízes metodológicas estariam ligadas ao que as agências promotoras do "desenvolvimento" chamaram de "observação participativa" e "metodologias de pesquisa colaborativa". (ACSERAD & COLI, 2008, p.14).

Nesse tipo de mapeamento, as comunidades e populações locais deixam ser apenas produto das pesquisas científicas, elas passam a colaborar de forma efetiva, diferente do que ocorre nos mapas tradicionais.

Nessa perspectiva, Joliveau (2008, p. 49) admite que:

[...] o mapa que fala por si mesmo, o mapa puro e acabado para ser lido, não existe. Nas falas cientificas sobre as ações de participação, a análise das representações espaciais mobilizadas não pode se limitar a uma apresentação dos diferentes mapas utilizados. O mapa enquanto representação espacial é indissociável do discurso do seu produtor (JOLIVEAU, 2008, p. 49).

Para Suertegaray *et. al*. (2016) "a participação dos comunitários no processo de elaboração dos mapas significa certificar a representação espacial relativa aos seus recursos, usos e conflitos".

O mapeamento participativo é um instrumento importante para os estudos geográficos realizados em territórios indígenas e quilombolas, pois as comunidades tradicionais são as autoras principais deste mapeamento. Nele os pesquisadores tornam-se mediadores.

- ***Sustentabilidade***

Segundo Leff (2009), a construção da sustentabilidade põe em pauta três desafios ao processo de globalização econômica:

a) conservar a biodiversidade e os equilíbrios ecológicos do planeta e aumentar seu potencial produtivo; b) reconhecer e legitimar a democracia, a participação social, a diversidade cultural e a política da diferença na tomada de decisões e nos processos de apropriação social da natureza; c) repensar o conhecimento, o saber, a educação, a capacitação e a informação da cidadania na perspectiva de uma racionalidade ambiental (LEFF, 2009, p. 357).

Dentro do quadro ambiental, no qual esse modelo de conservação está inserido e sobre as visões de desenvolvimento sustentável que pairam essas discussões, almeja-se discutir a sustentabilidade, principalmente das unidades de conservação.

Torres (2016) ao discutir a (in)sustentabilidade capistalista aponta que a sustentabildade relaciona-se ao "meio ambiente/organização social", enquanto um se refere as "condições de existência, o outro necessita dele para "se sustentar". Assim:

Povos Originários no Semiárido Cearense

De acordo com o mapa publicado em uma matéria jornalística pelo Governo do Estado do Ceará em 2019, existem 14 povos indígenas no estado, distribuídos em 18 municípios. Contudo, enfatiza-se a importância de trabalhar com o termo indígena e não "índio", para desmistificar como a questão indígena vem sendo trabalhada no estado, já que esse termo se refere bastante ao Período Colonial.

> [...] precisa consumi-lo na mesma medida em que o preserva para não acontecer que extinguindo as suas condições de existência se extinga a si mesmo, mas, que ao contrário, garanta as condições necessárias à sua própria continuidade (TORRES, 2016, p. 50).

Diante disso, destacamos que a discussão feita atualmente pelo senso comum sobre a sustentabilidade e a questão ambiental, remete a temática como algo recente, no entanto ela está presente e historicamente, com base nisso corrobora-se que:

> [...] a ideia da sustentabilidade não é nem de longe algo novo ou invenção moderna da era capitalista diante da relação de agressão estabelecida com a natureza, Ao contrário, a sustentabilidade enquanto essa noção de continuidade e preservação pode ser verificada, principalmente, entre aqueles pejorativamente vistos como selvagens e atrasados, que possuem uma matriz de racionalidade diferente desta moderna, científica e capitalista, cuja forma de vida é a que mais preserva os bens naturais, agora alvo da voraz (in)sustentabilidade capitalista. (TORRES, 2016, p. 50-51).

Leff (2008), em suas discussões, explica que a sustentabilidade se direciona para um compromisso com as gerações futuras, no entanto, ela não será garantida só através da valorização econômica que é atribuída à natureza, e não pode ser engrenada apenas dentro dos ciclos econômicos.

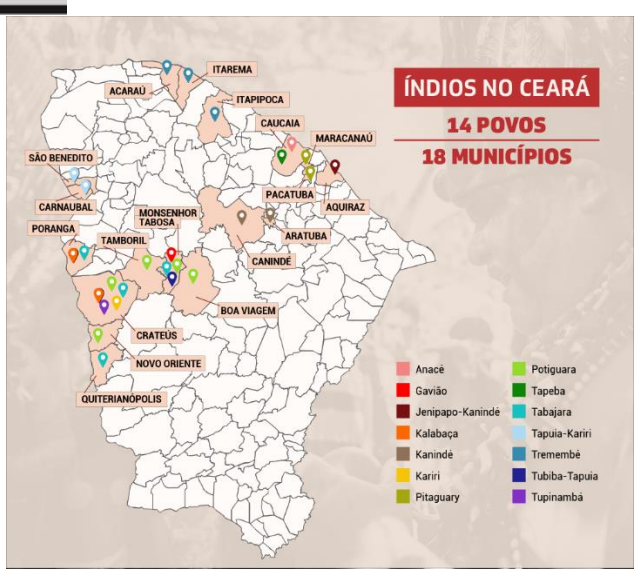
Desta forma, a relevância do estudo dessa temática está na possibilidade de buscar compreender a sustentabilidade em diferentes âmbitos, sejam eles ecológicos, sociais e/ou espaciais.

Povos Originários no Semiárido Cearense

De acordo com o mapa publicado em uma matéria jornalística pelo Governo do Estado do Ceará em 2019, existem 14 povos indígenas no estado, distribuídos em 18 municípios. Contudo, enfatiza-se a importância de trabalhar com o termo indígena e não "índio", para desmistificar como a questão indígena vem sendo trabalhada no estado, já que esse termo se refere bastante ao Período Colonial.

A figura 02 traz a localização geográfica dos povos indígenas nos municípios cearenses divulgado pelo Governo do Estado do Ceará.

Figura 02 - Mapa de Localização dos Territórios Indígenas de Ceará – Brasil



Fonte: Governo do Estado do Ceará (2019)

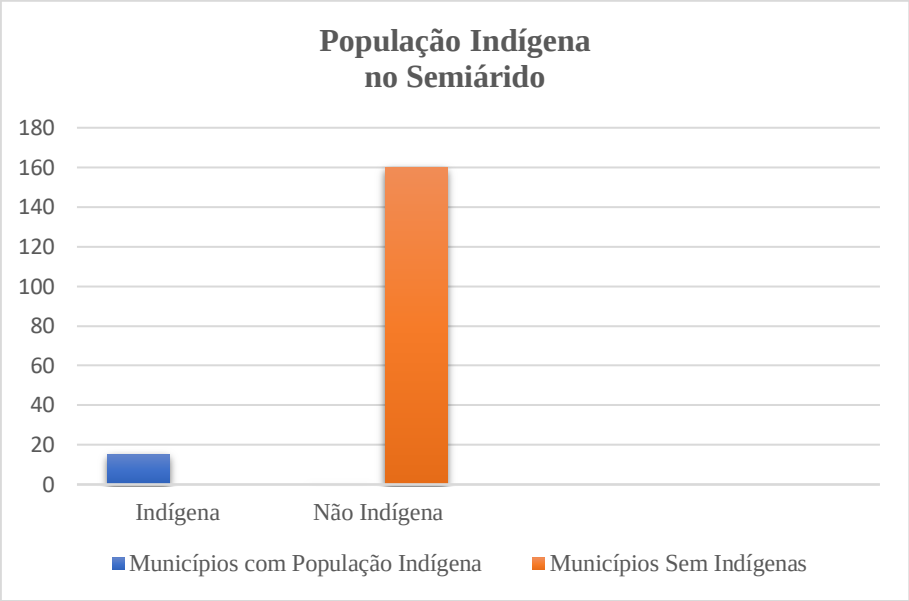
Com base nos dados sobre os povos indígenas do Governo do Estado do Ceará e a delimitação do semiárido da SUDENE, foram elaborados gráficos para deixar mais clara a presença desses povos no estado.

Na figura 03, pode-se observar que dos 175 munícipios pertencentes ao semiárido cearense, 15 deles tem territórios indígenas, são eles: Acaraú, Aratuba, Boa Viagem, Canindé, Carnaubal, Caucaia, Crateús, Itapipoca, Itarema, Monsenhor Tabosa, Novo Oriente, Poranga, Quiterianópolis, São Benedito e Tamboril.

Enquanto a figura 04 mostra que apenas 9% dos municípios cearenses tem populações indígenas. Apenas os municípios de Aquiraz, Maracanaú e Pacatuba tem territórios indígenas e não estão inseridas na delimitação do semiárido.

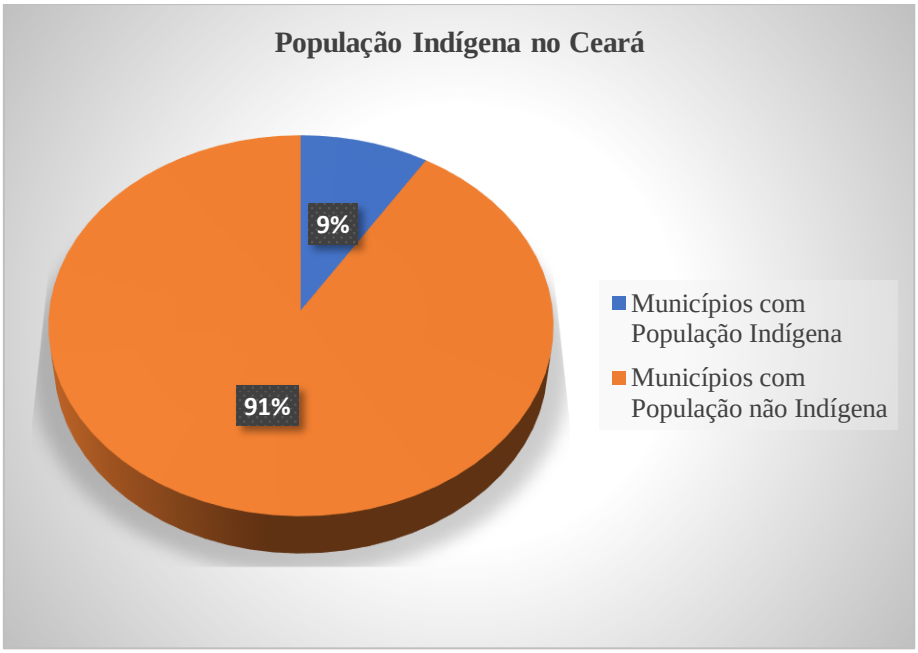
Apesar dos dados do Governo, existem divergências quanto ao número de etnias indígenas existentes no Ceará. A Associação para Desenvolvimento Local Co-produzido, mais conhecida como ADELCO, é uma entidade civil sem fins lucrativos, que tem a sua sede em Fortaleza – CE, apresenta outras informações (Quadro 1).

Figura 03 – Municípios do semiárido cearense com populações indígenas



Fonte: Elaborado pelos autores (2020)

Figura 04 – Municípios do semiárido cearense com populações indígenas



Fonte: Elaborado pelos autores (2020)

Quadro 1 – Etnias indígenas por município no Ceará

Etnia	**Município**
Tremembé	Acaraú
Jenipapo Kanindé	Aquiraz
Kanindé	Aratuba
Kariri	Aurora
Kariri	Barro
Paiacu	Beberibe
Tabajara; Tubiba Tapuya	Boa Viagem
Kanindé	Canindé
Kariri	Caririaçu
Tapuya Kariri	Carnaúbal
Tapeba; Anacé	Caucaia
Tabajara; Kalabaça; Kariri; Potyguara; Tupinambá	Crateús
Kariri	Crato
Tabajara	Ipueiras
Tremembé	Itapipoca
Tremembé	Itarema
Kariri	Lavras da Mangabeira
Pitaguary	Maracanaú
Kariri	Milagres
Kariri	Missão Velha
Gavião, Potiguara, Tabajara; Tubiba Tapuya	Monsenhor Tabosa

Potyguara	Novo Horiente
Pitaguary	Pacatuba
Tabajara; Kalabaça	Poranga
Tabajara	Quiterianópolis
Tapuya Kariri	São Benedito
Anacé	São Gonçalo do Amarante
Tabajara	Tamboril

Fonte: ADELCO (2017)

De acordo com o quadro 1, construído com informações da ADELCO (2017), existem 15 etnias indígenas no estado do Ceará, presentes em 28 municípios. A ADELCO tem atuado em várias comunidades indígenas no Ceará, e com base em seus diagnósticos, eles identificaram as Terras Indígenas (TIs) no estado, esses dados diferem dos apresentados anteriormente, e foram organizados com base em um Diagnóstico e Estudo de Linha de Base; Projeto Fortalecendo a Autonomia Político-Organizativa dos Povos Indígenas, um documento que se nota está bem estruturado.

Essas divergências de informações entre ADELCO e Governo do Estado do Ceará podem exemplificar que para muitos povos indígenas ainda não há delimitação de suas terras totalmente reconhecidas e identificadas.

Os Povos Originários e a Constituição Federal

É preciso repensar os povos indígenas como originários, pois é deles o direito à terra. Seus saberes tradicionais vêm sendo passados por meio das oralidades, de seus artesanatos e dos seus modos de viver.

O artigo 231, da Constituição Federal de 1988, afirma o seguinte:

Art. 231. São reconhecidos aos índios sua organização social, costumes, línguas, crenças e tradições, e os direitos originários sobre as terras que tradicionalmente ocupam, competindo à União demarcá-las, proteger e fazer respeitar todos os seus bens.

Os governos que exercem poder em seus territórios vêm negligenciando os direitos indígenas historicamente. A Constituição Federal de 1988 não cria os direitos para os povos autóctones, ela apenas os reconhece e, mesmo assim, eles continuam sofrendo violências físicas e institucionais.

A educação e saúde indígena diferenciada contribuem para o reconhecimento de suas origens, para que seus saberes tradicionais sejam repassados de geração para geração, para a valorização da sua cultura, de sua identidade étnica, para o fortalecimento, reconhecimento e resgate de sua ancestralidade.

Nas escolas diferenciadas, por exemplo, têm-se um projeto político pedagógico pensado e executado pelas etnias e não apenas para elas. Elas são lócus de fortalecimento cultural através de meios formais (aulas propriamente ditas) e informais de transmissão cultural, pois geralmente congregam dentro de si cerimônias e rituais significativos para a etnia, sendo também espaços de interação entre pesquisadores e comunidade (por exemplo no levantamento de dados de pesquisa e na realização de oficinas) (MACIEL, 2017; SILVA, 2011).

Assim, apesar dos avanços, genocídios, etnocídios e os diversos tipos de violências que os indígenas vivenciaram ao longo de sua existência não acabaram e esses povos seguem na luta para ter seus direitos assegurados.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Para o estudo acadêmicos dos povos originários no semiárido brasileiro existem vários caminhos teóricos e metodológicos. Propõe-se neste ensaio três caminhos para construir à pesquisa em Geografia, por meio dos Saberes Tradicionais, da Cartografia Social e da Sustentabilidade.

Os caminhos adotados por cada pesquisador podem relacionar essas temáticas, ou serem traçadas individualmente de acordo com os objetivos da pesquisa, analisando os conceitos e discutindo a partir de uma criticidade.

As comunidades tradicionais e originárias lutam para ter seus direitos, que são assegurados por lei, garantidos. A lutas desses povos não são apenas pelo direito à terra, mas pela sobrevivência. Mesmo após a constituição, há morosidades e retrocessos quanto à delimitação de seus territórios, bem como do acesso a uma educação que permita o estudo de seus saberes e cultura. Em suma, esses povos continuam sendo negligenciados. Eles resistem para existir, e permanecem com a sua existência ameaçada, governo após governo.

REFERÊNCIAS

ACSELRAD, H; COLI, L. R. Disputas cartográficas e disputas territoriais. *In:* ACSELRAD. H. (organizador). **Cartografias Sociais e Território**. Rio de Janeiro: Universidade Federal do Rio de Janeiro, Instituto de Pesquisa e Planejamento Urbano e Regional, 2008.

ASSOCIAÇÃO PARA DESENVOLVIMENTO LOCAL CO-PRODUZIDO (ADELCO). **Centro de documentação indígena.** 2017. Disponível em: <https://adelco.org.br/centro-documentacao/>. Acesso em: 21 fev. 2020.

ASSOCIAÇÃO PARA DESENVOLVIMENTO LOCAL CO-PRODUZIDO (ADELCO). **Diagnóstico e estudo de linha de base: projeto fortalecendo a autonomia político-organizativa dos povos indígenas.** Adelco/Esplar. Ceará. 2017. Disponível em: <http://adelco.org.br/wp-content/uploads/2018/07/Relatorio-Estudo-de-Linha-de-Base_vers%C3%A3o_final_com-ficha_isbn_978-85-94052-00-1.pdf> Acesso em: 21 fev. 2020.

DIEGUES, A. C. **O Mito Moderno da Natureza Intocada**. São Paulo: HUCITEC, Núcleo de Apoio à Pesquisa sobre Populações Humanas e Áreas úmidas Brasileiras, USP, 2000.

GOVERNO DO ESTADO DO CEARÁ. Todo Dia é Dia de Índio: quais são os povos indígenas do Ceará? 2019. Disponível em: <https://www.ceara.gov.br/2019/04/16/todo-dia-e-dia-de-indio-quais-sao-os-povos-indigenas-do-ceara/> Acesso em: 23 fev. 2020.

JOLIVEAU. T. O lugar dos mapas nas abordagens participativas. *In*: ACSELRAD, H. (organizador). **Cartografias Sociais e Território**. Rio de Janeiro: Universidade Federal do Rio de Janeiro, Instituto de Pesquisa e Planejamento Urbano e Regional, 2008.

LEFF, E. **Saber ambiental**: sustentabilidade, racionalidade, complexidade, poder. Petrópolis, RJ: Vozes, 2008.

_____. **Ecologia, Capital e Cultura**. A Territorialização da Racionalidade Ambiental. Petrópolis, RJ: Vozes, 2009.

MACIEL, A. N. C. **Educação ambiental no âmbito da escola diferenciada da Terra Indígena Lagoa da Encantada, Aquiraz/Ceará**. 2017.185 f. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento e Meio Ambiente) – Pró-Reitoria de Pesquisa e Pós Graduação, Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, 2017.

SILVA, E. V. Educação indígena diferenciada: novas tecnologias, cultura e meio ambiente. *In*: SILVA, E. V.; RABELO, F. D. B.; RODRIGUEZ, J. M. M. (Org.). **Educação ambiental e indígena**: caminhos da extensão universitária na gestão de comunidades tradicionais. (Tomo 1) Fundamentos teórico-metodológicos e experiências institucionais. Fortaleza: Edições UFC, 2011. p. 37-48.

SUERTEGARAY, D. M. A; OLIVEIRA, M. G; DEFINO, E. C. S. Ribeirinhos da FLONA de Tefé-AM: Cartografia Social na compreensão do modo de vida. *In:* HEIDRICH, A. L. & PIRES, C. L. Z. (orgs.). **Abordagens e práticas da pesquisa qualitativa em Geografia e saberes sobre espaço e cultur**a. Porto Alegre: Editora Letra1, 2016.

SUPERINTENDÊNCIA DO DESENVOLVIMENTO DO NORDESTE (SUDENE). **Mapa de Delimitação do Semiárido**. 2018. Disponível em: <HTTP://WWW.SUDENE.GOV.BR/IMAGES/ARQUIVOS/SEMIARIDO/ARQUIVOS/MAPA-SEMIARIDO-1262MUNICIPIOS-SUDENE.PDF> Acesso em: 19 fev. 2020.

SUPERINTENDÊNCIA DO DESENVOLVIMENTO DO NORDESTE (SUDENE). **Nova Delimitação do Semiárido**. 2018. Disponível em: <http://www.sudene.gov.br/images/arquivos/semiarido/arquivos/Rela%C3%A7%C3%A3o_de_Munic%C3%ADpios_Semi%C3%A1rido.pdf> Acesso em: 19 fev. 2020.

TORRES, C. N. **Por uma crítica da (in) sustentabilidade capitalista: o consórcio intermunicipal da Microrregião de Cascavel – Ceará – Brasil**. Dissertação de Mestrado, Universidade Estadual do Ceará, Fortaleza, 2016.

SABERES DO SEMIÁRIDO: TECNOLOGIAS SOCIAIS, CONVIVÊNCIA, CULTURA E RECURSOS NATURAIS

Rafaela de Sousa Ferreira
Fredson Maciel Pedrosa
Emilio Tarlis Mendes Pontes

INTRODUÇÃO

A região semiárida brasileira é caracterizada por suas peculiaridades morfoclimáticas sobretudo se comparada a outras similares, devido suas altas taxas de insolação e evaporação, vegetações esparsas, xerófilas e adaptadas ao clima local (MACIEL; PONTES, 2016; RIBEIRO, 1999). Porém, diferente de outras regiões semiáridas no mundo, o semiárido brasileiro possui elevadas taxas de povoamento. Conforme o IBGE:

> o semiárido brasileiro é composto por 1.262 municípios, dos estados do Maranhão, Piauí, Ceará, Rio Grande do Norte, Paraíba, Pernambuco, Alagoas, Sergipe, Bahia e Minas Gerais. Os critérios para delimitação do Semiárido foram a precipitação pluviométrica média anual igual ou inferior a 800 mm; o índice de Aridez de Thornthwaite igual ou inferior a 0,50 e; o percentual diário de déficit hídrico igual ou superior a 60%, considerando todos os dias do ano. A competência para fixar critérios técnicos e científicos para delimitação do Semiárido foi dada ao Conselho Deliberativo - CONDEL da Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste - SUDENE pela Lei Complementar n. 125, de 3 de janeiro de 2007 que o fez por meio das Resoluções do Conselho Deliberativo da SUDENE de n. 107, de 27.07.2017 e de n. 115, de 23.11.2017 (BRASIL, 2018, online)

Para lidar com esses aspectos geográficos desafiadores da região, as populações locais precisaram desenvolver mecanismos e conhecimentos que auxiliassem sua sobrevivência. Saberes tradicionais auxiliam as comunidades a adequarem-se as condições físicas e econômicas da região onde estão inseridas. Esses saberes foram criados e repassados para várias gerações, sendo perpetuados no ceio de diversas comunidades nos locais mais inóspitos do semiárido.

Culturas e os saberes tradicionais podem contribuir para a manutenção da biodiversidade dos ecossistemas, pois esses são resultado de uma co-evolução entre as sociedades e seus ambientes naturais, o que permitiu a conservação de um equilíbrio entre ambos (DIEGUES, 2000). Conforme as comunidades estabeleciam seus territórios, formavam sua organização social, concomitantemente construíam seus saberes e sua cultura, que alinhados a um modo de vida simples visando sua subsistência, respeitava os recursos naturais.

As experiências de vida com as secas, as estiagens prolongadas, e escassez de recursos levaram o homem sertanejo a se adaptar, ele precisou saber como aproveitar o período chuvoso, mas também esperar receoso a seca.

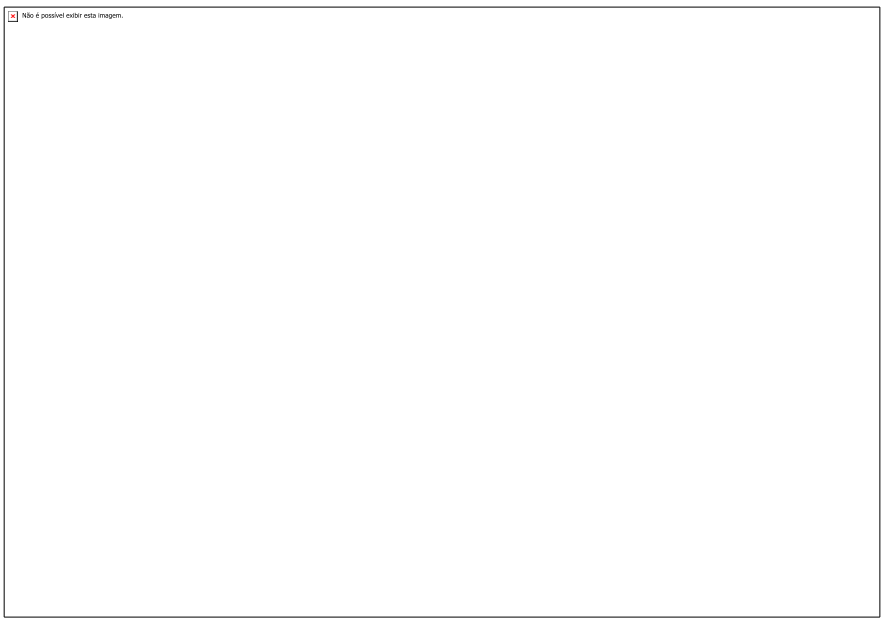
> A experiência dos grupos que vivem no ambiente semiárido representa um *modus vivendi* em sintonia com a região. As relações entre esses grupos e o seu meio se configuram numa complexa teia que envolve relações de trabalho, as tradições, necessidades, adaptação, dominação e conservação (TORQUATO,2019, p.03).

Apesar de seu valor, diante dos avanços da modernidade e dos efeitos da globalização, os saberes tradicionais encontram-se ameaçados e desmobilizados, perante o modo de viver da sociedade contemporânea. Para Leff(2001, p. 15), “a crise ambiental veio questionar a racionalidade e os paradigmas teóricos que impulsionaram e legitimaram o crescimento econômico, negando a natureza”. Os impactos da globalização que busca homogeneizar modos de vida capitalista

baseados no consumo, ameaçam os saberes tradicionais a caírem no esquecimento. Por isso, a valorização e incentivo desses saberes se faz necessário para sua perpetuação. Garantir a perpetuação dos saberes tradicionais é buscar fontes de preservação dos recursos naturais.

Diante da modernidade de uma sociedade globalizada, os saberes tradicionais encontram-se em desvantagem e necessitando de apoio para garantir sua permanência. Nessa luta por reconhecimento, diversas instituições apoiam, dão lugar de fala para comunidades, e apresentam a importância dos saberes tradicionais. Que deixam de ser encarados como saberes sem serventia, por não ter valor científico, passando a ser valorizados como uma manifestação cultural de uma determinada comunidade ou povo.

Figura 1- Cisterna de placa de 16 mil litros. Tecnologia social utilizado pelos moradores do Assentamento Massapê, Itapiúna - CE



Fonte: Autores, 2020.

Os saberes tradicionais ajudaram e ajudam comunidades no semiárido a lidar com as secas, que são eventos naturais no clima semiárido. São atividades simples do dia a dia das comunidades, mesmo que algumas tecnologias sociais de convivência com o semiárido sejam úteis e de difícil acesso para localidades mais isoladas no semiárido. São de baixo custo desenvolvidos ao longo de décadas de experiências do sertanejo com as especificidades deste clima.

Outro ponto que põe em dúvida a preservação dos saberes tradicionais é uma mudança na região semiárida, a qual até pouco tempo atrás compreendida e descrita como região infértil devido as especificidades de seu clima, atualmente vive um período de transformação e incentivo da agricultura irrigada particularmente com os créditos ofertados pelo governo. A possibilidade de melhores condições de vida no ambiente é urgente, é necessário a discussão sobre a preservação de recursos naturais quando se fala desta agricultura.

Saber identificar os sinais da natureza, o comportamento dos animais e de alguns astros, assim também como compreender propriedades medicinais de plantas e formas de coletar água de

maneira artesanal são saberes comuns presentes nas localidades, porem muitos estão sendo abandonados. Na maioria das comunidades são realizadas por líderes e pessoas mais velhas, correndo o risco de serem deixadas por novas gerações.

Compreendendo essas formas de interagir com a natureza, a cultura das comunidades, percebe-se a necessidade dos saberes tradicionais, de sua preservação e manutenção. Mais do que algo ultrapassado, são a representação e fazem parte da história do sertanejo. São formados por memórias, atividades e comportamentos entrelaçados que formam a cultura desse povo, os quais podem adaptar-se conforme as necessidades das comunidades.

A ORGANIZAÇÃO SOCIAL DAS COMUNIDADES E A PRESERVAÇÃO DOS RECURSOS NATURAIS

A organização social das comunidades no semiárido, a forma como seus membros enxergam e compreendem seu papel dentro de uma comunidade possibilita a preservação dos recursos. Das comunidades existentes que lutam pela preservação dos recursos naturais encontram-se os assentamentos rurais, onde nesses lugares seus componentes têm uma forte ligação com seu território, sua terra, que foi objeto de muita luta contra desigualdades sociais e por melhores condições de vida:

> lutar pela terra, é mais do que lutar por terra. É lutar pela possibilidade da existência como sujeito social, político, econômico, cultural, religioso, além da territorialização das relações campesinas e da negação de uma ordem social dirigida pelo capital(PEDROSA,2019, p.20)

A forma como essas comunidades estabeleceram uma relação de vida por sua terra, seu território simbólico promovem uma cosmografia:

> No intuito de entender a relação particular que um grupo social mantém com seu respectivo território, utilizo o conceito de cosmografia (LITTLE 2001), definido como os saberes ambientais, ideologias e identidades − coletivamente criados e historicamente situados − que um grupo social utiliza para estabelecer e manter seu território. A cosmografia de um grupo inclui seu regime de propriedade, os vínculos afetivos que mantém com seu território específico, a história da sua ocupação guardada na memória coletiva, o uso social que dá ao território e as formas de defesa dele(LITTLE,2004, p.04)

A preservação dos recursos naturais é uma ação natural nestas comunidades, que ao viverem de maneira coletiva necessitam associar-se à natureza. Com isso, na medida que buscam garantir um bem estar para seus membros, procuram o cuidado da natureza. Diferente dos grandes latifundiários, esses pequenos agricultores do semiárido não abordam a monocultura, mais sim a produção de alimentos para garantir insumos para os meses de estiagem. Assim, resgatar dentro dessas comunidades e assentamentos o manejo consciente dos recursos naturais e produções coletivas evitam a degradação de novas áreas.

O relevante papel das comunidades no semiárido na preservação dos recursos naturais está na utilização de técnicas e mecanismo de baixo impacto ambiental, isso não significa que não existam técnicas novas de produção, porem há o incentivo a preservação, o uso de pesticidas biológicos e a redução dos agrotóxicos, como também a presença da agriculta familiar, que reduz a migração dos jovens dessas comunidades para cidades na busca de emprego ao mesmo tempo preserva os recursos naturais e saberes uma vez que esses jovens permanecem no dia a dia das comunidades.

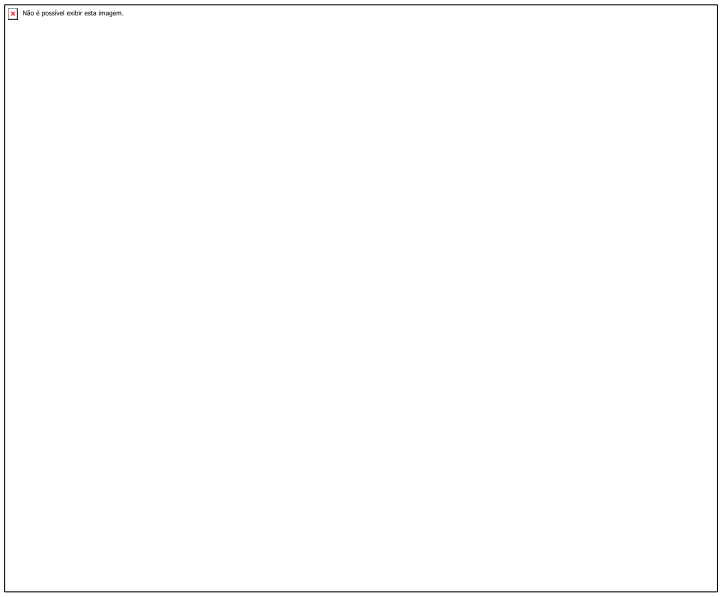
AS TECNOLOGIAS SOCIAIS DE CONVIVÊNCIA COM O SEMIÁRIDO NAS COMUNIDADES

No ambiente semiárido, a seca é um dos principais desafios para as populações que lá residem. Estiagens prolongadas, recursos escassos e morte de animais (principalmente ovinos e bovinos) ocorrem ciclicamente. Compreendendo a dinâmica desse fenômeno natural, identificando seus períodos e os agentes que o compõem, mudou-se a forma de trabalhar tais fenômenos climáticos no semiárido: passou-se a discutir então estratégias de convivência com o semiárido e não mais de combate à seca:

> Deve-se predominar a concepção da convivência com o ambiente, das obras descentralizadas e empoderadas, compatíveis com os conhecimentos das tecnologias sociais que chegam às comunidades. Tecnologias simples, eficientes e de baixo custo, que permitam a capacitação e armazenamento da água da chuva, como as cisternas, podem promover a convivência sustentável, de forma inclusiva com a semiaridez(BURITI; BARBOSA, 2018, p.189)

As cisternas de placas (de 16 mil litros) são uma das tecnologias sociais mais significativas do semiárido, sobretudo para comunidades mais afastadas de centros urbanos. Sendo estas duradouras, de baixo custo, com efetividade rápida e acesso descentralizado à água, traz consigo um auxílio hídrico para o sertanejo lidar com a seca. As cisternas servem para o armazenamento de água para o consumo humano em meses onde o regime de chuvas diminui. Existem também as cisternas calçadão (de 52 mil litros), que vem se tornaram em um instrumento para auxiliar na agricultura familiar, possibilitando a coleta e o armazenamento da água da chuva para a produção de hortas e cultivo de hortaliças. Tais inovações têm renovado as esperanças do sertanejo que vive no semiárido.

Figura 2- Lavoura no assentamento Massapê, Itapiúna - CE



Fonte: Autores, 2020.

Com a inclusão das cisternas de placas, uma mudança significativa foi percebida nesta região, pois novas possibilidades se abriam para a vida dessas pessoas que sempre buscaram uma forma de resistir no semiárido, sobretudo pelas dificuldades das famílias que vivem nas regiões mais difusas,

possibilitando que obtivessem água para consumir. As cisternas possibilitam uma preservação dos recursos, visto que esta tecnologia não traz impactos negativos para o ambiente.

Maria Aurilene de Sousa Ferreira, agricultora que reside na comunidade rural de Poço Redondo, Itapiúna-CE, em entrevista, comenta sobre a importância das cisternas:

> "A vida antes das cisternas era uma vida muito sofrida! Porque, por exemplo, no final do verão que era o tempo mais escasso, final de ano, de outubro em diante, as água ficava tudo difícil! Ficava só aquelas aguinha barrenta no porão dos açudes, muitos açude que eram pequeno secavam. As famílias tinham que sobreviver com água de cacimbão, que era água salgada. Mas era a única que tinha! a gente sobrevivia! Pra tomar banho, dar os bichos e pra beber a gente procurava onde tinha. Ai depois das cisternas melhorou muito! Porque, a gente tinha o reservatório, guardava aquela aguazinha só pra beber e cozinhar, e a gente sabia que a gente tinha uma água excelente guardada em casa. E dava pra tirar o tempo! quem sabia, passava pela dificuldade, sabia economizar aquela água, utilizava ela só pra beber, pra cozinhar. E ajudava, ajudou muito! ajudou até na saúde! Porque antes as crianças era tudo doente, era um tempo muito doente, aparecia muito tipo de doença através das águas, que era umas água poluída! No começo das chuvas as água tudo vem poluída do solo né, que morre bicho, fica aquele solo todo contaminado, ai no começo da chuva é o período que traz mais doença." (entrevistada pelos autores no dia 20 de novembro de 2019).

Assim como as cisternas, os saberes e atividades tradicionais das pessoas que vivem no semiárido, são tecnologias muito importante de convivência com o ambiente, pois a maioria respeita os recursos naturais e desmistificam pensamentos de que obras para melhorar a vida das pessoas que convivem nesse ambiente necessitam ser faraônicas. Ao contrário, essas necessitam ser eficientes, não necessariamente de alto custo, mas que considerem a cultura e os saberes desses povos, possibilitando uma harmonia entre o sertanejo e suas práticas históricas.

OS OLHARES DOS MEMBROS DAS COMUNIDADES PARA OS SABERES TRADICIONAIS

A maneira como os saberes tradicionais são compreendidos dentro das comunidades representam a forma como são valorizados. Nesses lugares, os saberes tradicionais não são praticados e valorizados pelos jovens que se relacionam com eles como algo longínquo, como coisas que seus pais faziam, ou seja, é comum essa valorização por parte dos membros mais antigos das comunidades.

Diferentemente dos jovens, muitos membros mais velhos das comunidades praticam esses saberes e compreendem a importância das tecnologias sociais também como manifestação cultural. No entanto, os saberes tradicionais para serem compreendido por todos em uma comunidade necessitam superar pensamentos de jovens que os classificam como ultrapassados. Pensamentos como estes evidenciam cada vez mais a falta de identidade dentro das nossas comunidades, que se deixam ser influenciadas facilmente pelas mídias, e em muitos casos absorvendo culturas externas como sendo suas culturas.

Com os avanços das mídias tecnológicas, mesmo em comunidades rurais afastadas é comum a presença de aparelhos tecnológicos que a cada dia se tornam mais acessíveis e se difundem nos mais diversos locais. Comunidades rurais hoje não são mais locais isolados, sem comunicação, sem acesso a inovações, e com isso torna mais esquecidos os saberes que antes eram bem mais praticados por essas comunidades. Assim saber conciliar os saberes tradicionais com as tecnologias modernas dentro das comunidades se faz necessário.

Para que nestas comunidades rurais sejam preservados os saberes tradicionais é necessária ainda uma aproximação dentro do ceio da própria comunidade, entre os jovens e os mais antigos possibilitando que esses jovens que por vezes não se identificam como pertencentes daquela cultura, consigam fazer parte e perpetuar os saberes tradicionais.

METODOLOGIA

Nesta pesquisa utilizou-se a proposta de entrevista com membros de comunidades rurais com o propósito de obter relatos de vida e experiências as quais evidenciassem a importância dos saberes tradicionais e das tecnologias sociais para a preservação dos recursos naturais e a convivência com o ambiente semiárido. Onde para estruturação e composição da pesquisa foi entrevistada uma agricultora moradora de uma comunidade rural no município de Itapiúna. Onde ela foi indagada sobre a importância das cisternas de placa (16 mil litros) na sua lida de convivência no semiárido.

A entrevista utilizada foi semiestruturada, de modo que se buscou relatos de um ponto específico da pesquisa. Utilizou-se ainda de levantamento bibliográfico, auxílio em fontes que abordassem ou se relacionassem à temática trabalhada, artigos e análises de campo, assim como a vivência no ambiente semiárido e experiência com esses saberes. Durante a elaboração da pesquisa realizou-se ainda registro fotográfico do modo de capacitação e armazenamento de água por meio da tecnologia social cisterna de placa, na comunidade rural assentamento Massapê, Itapiúna-Ceará.

Inicialmente foi realizado um levantamento bibliográfico com o objetivo de embasamento teórico para que os autores discorressem sobre o tema desejado. Após esse momento, foi identificado o propósito da pesquisa, a qual busca uma análise dos saberes tradicionais como forma de convivência com o semiárido e sua importância na construção da cultura das comunidades e povos que vivem na região semiárida, identificado o tema da pesquisa, realizou-se entrevista oral com membros de comunidades rurais, onde foram gravados áudios que foram transcritos para o trabalho conforme se caminhava a estruturação da pesquisa.

A proposta de se utilizar relatos de pessoas que vivem no ambiente semiárido, que possuem experiências com os saberes tradicionais procuram demonstrar um olhar de quem tem autonomia para falar sobre o assunto.

> As práticas tradicionais de extrativismo (animal e vegetal) e agricultura feitas artesanalmente entre familiares e amigos não se resumem a um emaranhado de técnicas de baixa tecnologia, mas permitem aos grupos sociais tradicionais desenvolverem um profundo e íntimo conhecimento sobre o espaço em que vivem. (SANTOS,2008, p.06)

A vivência destas pessoas que constroem sua cultura, resistindo a cada novo ciclo de secas, criando e adaptando seus saberes, evidenciam a importância da valorização e preservação desses saberes. Que retratam suas práticas ao longo de várias décadas de resistência no ambiente semiárido.

RESULTADOS E DISCUSSÕES

Os saberes tradicionais são, sobretudo, uma cultura construída por meio de uma vida de resiliência em um ambiente com condições geográficas desafiadoras para a sobrevivência humana. A forma como as comunidades tradicionais estabelecem sua organização social e se relacionam com a natureza resultam em práticas, costumes e saberes construídos ao longo de décadas no ambiente semiárido, que juntos compõem uma cultura particular das comunidades que vivem nesse clima.

Após a realização da pesquisa foi perceptível alguns pontos relevantes a serem discutidos:

Premência da discussão e da valorização dos saberes tradicionais dentro das comunidades rurais;

O papel das tecnologias sociais na vida das comunidades rurais;

A identificação dos saberes tradicionais como manifestação cultural;
Os saberes tradicionais na preservação dos recursos naturais.
A importância das tecnologias sociais na vida das pessoas que residem no ambiente semiárido é inquestionável, as possibilidades de melhoria de vida com as cisternas, na economia das famílias com o uso das cisternas calçadão (52 mil litros) para a agricultura familiar viabiliza os caminhos para a convivência com o semiárido. Através das tecnologias sociais as comunidades rurais têm a possibilidade de conviver de forma bem mais harmoniosa com essa região.

A identificação dos saberes tradicionais como manifestação cultural ainda necessita ser discutido nas comunidades rurais. Apesar de alguns saberes estarem constantemente presente na vida das comunidades rurais, suas simplicidades, em certos casos, os tornam compreendidos apenas como atividades simples do dia a dia.

Os saberes tradicionais estão ligados diretamente a estratégias de sobrevivência, como por exemplo, as plantas medicinais usadas para combater doenças provocadas na maioria das vezes por consumo de águas contaminadas impróprias para o consumo humano. Os saberes tradicionais têm importante participação na história dos povos que habitam a região semiárida. A partir da realização da pesquisa foi possível constatar sua relevância para lidar com as secas, os compreender como manifestações culturais e como identidade dos povos e comunidade do semiárido.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Os saberes tradicionais re-significam a construção de uma cultura particular, dotada pelas particularidades advindas de uma história de lutas no ambiente semiárido, as quais o povo sertanejo enfrentou ao logo de toda sua vida. No entanto, esses saberes hoje significam algo a mais, representam manifestações culturais, e ainda uma forma de preservação dos recursos naturais.

Trabalhar os saberes tradicionais das comunidades do semiárido significa buscar formas de preservar uma cultura rica e particular dessas comunidades. Procura-se trazer para o questionamento a importância desses saberes, a fim de despertar entre os membros mais jovens das comunidades rurais e todos em geral o interesse por estes saberes.

É nítida a relevância e veracidade destes saberes, faz-se necessário ressaltar a importância deles na vida do homem sertanejo e das comunidades rurais do semiárido. Como também a melhoria da vida destas comunidades com a implantação das tecnologias sociais em especial as cisternas de placa (16 mil litros) e cisternas calçadão (52 mil litros).Com isso, é ressalta-se que tecnologias sociais de convivência com o semiárido não precisam ser obras gigantes, vultosas e de alto custo, precisam ser obras práticas e eficazes, que realmente ajudem as pessoas que ali residem. Faz-se cada vez mais necessário que a visibilidade das comunidades dos ambientes semiáridos, como forma de propiciar mais ações e políticas públicas locais. Além do que já foi feito para a melhoria da vida das pessoas muito ainda precisa ser feito.

Essa região semiárida é dotada de uma beleza particular, de características endógenas que foram elementos que colaboraram para a construção de tais culturas e saberes, por isso é preciso que se analise e observe práticas introduzidas pela mídia e os meios de comunicação que ameaçam destruir e esquecer a cultura local, e se passe a valorizar a cultura e nossos saberes tradicionais, frutos da história de luta e resistência no semiárido.

AGRADECIMENTOS

Ao Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Ceará (IFCE), campus Quixadá, aos entrevistados na pessoa de dona Maria Aurilene.

REFERÊNCIAS

BRASIL. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). **Semiárido brasileiro**. 2018. Disponível emhttps://www.ibge.gov.br/geociencias/cartas-e-mapas/mapas-regionais/15974-semiarido-brasileiro.html?=&t=o-que-e acessado em 12.11.2019.

BURITI, C. O.; BARBOSA, H. A. **Um século de secas: por que as políticas hídricas não transformaram o semiárido brasileiro?** Lisboa: Chiado, 2018.

GRZEBIELUKA, D. **Por uma tipologia das comunidades tradicionais brasileiras.** Curitiba, v.7, n.1, p. 116-137, jun./2012. Disponível em https://revistas.ufpr.br/geografar/article/view/21757 Acessado em 25.11. 2019.

LEFF, E. **Saber ambiental**. 4º ed. Petrópolis: Vozes, 2001.

LITTLE, P. E. Territórios sociais e povos tradicionais no Brasil: por uma antropologia da territorialidade. In: **Anuário Antropológico**, Rio de Janeiro, 2004. Disponível em https://periodicos.unb.br/index.php/anuarioantropologico/article/view/6871. Acessado em 01. Dez. 2019.

MACIEL, C.; PONTES, E. T. **Seca e convivência com o semiárido**. Rio de Janeiro: Consequência, 2016.

PEDROSA. Ruth Maciel. **A luta trabalhista: a luta camponesa na tomada da terra na Fazenda Massapê – Itapiúna/CE (1989 – 1991).** Trabalho de conclusão de curso (graduação) – Universidade Estadual do Ceará, Faculdade de Educação, Ciências e Letras do Sertão Central, Graduação em História, Quixadá, 2019.

RIBEIRO, R. W. Seca e determinismo: a gênese do discurso do semiárido nordestino. In: **Anuário do Instituto de Geociências**, Rio de Janeiro, UFRJ, vol. 22, 1999.Disponível em http://www.anuario.igeo.ufrj.br/anuario_1999/vol22_60_91.pdf acessado em 12.11.2019. Acessado em 28 de novembro de 2019.

SANTOS. Mario Alberto dos. **O diálogo de saberes e as culturas tradicionais**: pesando sobre o manejo das unidades de conservação de uso sustentável. IV ENECULT -Encontro de Estudos

Multidisciplinares em Cultura 28 a 30 de maio de 2008. Faculdade de Comunicação/UFBA, Salvador-Bahia-Brasil.

TORQUATO, R. R. As contribuições da história ambiental para a conservação da natureza e dos saberes ligados ao semiárido**. Anais ...** ANPUH-Brasil – 30° Simpósio nacional de História – Recife, 2019.

JUAZEIRO, *Ziziphus joazeiro* Martius – VALOR TERAPÊUTICO E SÍMBOLO DE RESISTÊNCIA E ESPERANÇA NO SEMIÁRIDO

Rosana Solon Tajra
Ana Sancha Malveira Batista
Marízia Menezes Dias Pereira
João Manuel Bernando

INTRODUÇÃO

A Caatinga sobrepõe-se ao domínio semiárido e, segundo o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE, 2004), abrange 844.453 km2. Essa área equivale a 11% do território nacional, entre os paralelos 3º e 17ºS e estende-se pelos Estados de Alagoas, Bahia, Ceará, Maranhão, Pernambuco, Paraíba, Rio Grande do Norte, Piauí, Sergipe e o norte de Minas Gerais (IBGE, 2004). Ocupa aproximadamente 10% do território nacional e se destaca como o único ecossistema exclusivamente brasileiro, apresentando alta biodiversidade, com um grande número de espécies endêmicas (TABARELLI; SILVA, 2003 apud DUARTE; NOGUEIRA; VIEIRA, 2018).

Apesar da importância desse bioma, o Instituto Brasileiro de Meio Ambiente e Recursos Naturais Renováveis (IBAMA, 2016) afirmou que a degradação na Caatinga atingiu 46% de sua área total, sendo o Ceará o estado em que a vegetação foi mais devastada, pois 10% de seu território está em estágio avançado de desertificação (PEREIRA, 2011).

Ziziphus joazeiro Martius, da família Rhamnaceae, também conhecida como joá, joazeiro, juá-de-espinho, juazeiro, jurubeba, jurupeba, raspa-de-juá, juá-fruta, enjuá, enjoaá, juá-mirim, laranjeira-do-vaqueiro, é uma das espécies mais típicas da Caatinga. É considerado prioritário o desenvolvimento de pesquisas relacionadas à sua conservação, motivadas por sua importância econômica e ecológica para a região nordeste do Brasil (PAREYN, 2010 apud DUARTE; NOGUEIRA; VIEIRA,2018).

Brito et al, em 2015, reportaram que Rhamnaceae é uma família de plantas composta por cerca de 900 espécies em todo o planeta, onde apenas 23 espécies ocorrem na América do Sul. Afirmaram, ainda, que o gênero Ziziphus compreende cerca de 30 espécies, 9 das quais são encontradas no Brasil.

O juazeiro é uma espécie endêmica da Caatinga, que apresenta grande importância econômica e biológica, devido principalmente a suas propriedades medicinais. Esta árvore é bastante conhecida no Semiárido nordestino, cujos frutos apresentam propriedades nutricionais e podem, inclusive, ser utilizados para alimentação humana (DANTAS et al., 2014).

É uma árvore perenifólia, ou seja, mantém suas folhas o ano inteiro, graças ao amplo e profundo sistema radicial, capaz de coletar a escassa umidade existente no subsolo. É raro, mas, às vezes, quando a água do solo se torna extremamente escassa, pode perder por completo a folhagem (OLIVEIRA, 1976 apud CARVALHO, 2007).

O juazeiro é um dos elementos típicos da vegetação dos sertões nordestinos, sendo uma espécie de maior ocorrência nas caatingas, no Sertão e no Agreste. Ao contrário das outras árvores das

caatingas, na sua ocorrência espontânea não forma mata, aparecendo de forma isolada (PORTAL SÃO FRANCISCO, 2020) dentro e fora das matas xerófilas e espalhando-se nos pés de serra, nas capoeiras degradadas e ao longo das divisórias feitas de madeira (TIGRE, 1970).

Tigre (1970) ainda afirmou que a regeneração natural dessa espécie não é mais difundida. Os grandes rebanhos já não poupam a planta como arbusto ou árvore em desenvolvimento, sendo a nova mudinha perseguida pelas criações desde que desabrocha sua semente, mas são os animais os maiores responsáveis pela disseminação de suas sementes, conforme afirmaram Machado et al, em 1997.

Devido à sua composição química, a literatura reporta propriedades medicinais, comprovadas em estudos de vários autores, como Vasconcelos (2007), Leite et al. (2012).

O presente trabalho visa apresentar as características do Juazeiro, designadamente as propriedades medicinais, que a investigação científica tem revelado, e o conhecimento tradicional com base no relato de uma pessoa cujo saber e experiência provém da sua família que residia na zona rural do Ceará.

BASES TEÓRICAS

O Juazeiro é conhecido pelos seus usos como planta medicinal, sendo endêmica da caatinga. Conserva-se verde durante as secas, cresce lentamente e vive mais de 100 anos (VASCONCELOS, 2017). É nativa da caatinga nordestina, ocorrendo em várzeas do rio São Francisco no norte de Minas Gerais e principalmente no interior da Bahia, Brasil. Aparece também em regiões secas da Argentina, Bolívia, Paraguai.

É uma árvore muito respeitada pelos caboclos, que serve de alimento para o gado na seca, fornece frutos para alimentação humana, medicamento e madeira muito durável para a movelaria e carvão, além de sua utilização no paisagismo, restauração e recuperação ambiental (LUCENA et al, 2017). O juazeiro tem crescimento rápido e resiste a baixas temperaturas (até -4ºC), vegetando bem em qualquer altitude. O solo pode ser profundo, úmido, com pH ácido, de constituição arenosa ou argilosa (solo vermelho) e até pedregoso. A árvore é ótima para ser usada em reflorestamento, podendo ser plantada a pleno sol, como em bosques ou em reflorestamentos de preservação permanente.

Suas sementes são arredondadas, têm casca dura e conservam o poder germinativo até um ano, germinando em 45 a 80 dias se plantadas em substrato arenoso e rico em matéria orgânica; as mudas crescem rápido tanto no sol como na sombra e iniciam frutificação com 2 a 4 anos após o plantio (CARVALHO, 2007).

É uma árvore de porte médio que atinge 8 a 15 metros de altura e possui ramagem espinhenta e copa entrelaçada. Suas folhas são coriaceas, lustrosas, elípticas e caracterizadas por três nervuras principais pilosas no dorso que saem da base, encontrando-se no ápice, constituindo valioso recurso alimentar para bovinos, caprinos e suínos nos períodos de seca, já que apresentam alto teor de proteína bruta, de 15,31 % a 18,10 % (TIGRE, 1970; LIMA, 1996) e baixo teor de tanino, de 2,56 % (LIMA, 1996).

A casca externa da planta, ou ritidoma, tem cor cinza-escuro a levemente castanho, sendo rígida e pouco desenvolvida. Apresenta placas em torno de 1mm a 3mm, aproximadamente, quadradas e uniformes, que podem desprender pequenas porções, correspondentes às placas, deixando marcas superficiais. Já a casca interna tem coloração amarelada; por incisão, apresenta exsudato transparente, aquoso, com sabor amargo e sem odor distinto (CARVALHO, 2007).

As flores do juazeiro são minúsculas, de cor amarelo douradas e nascem em cimeiras (tipo de cacho desordenado) axilares.

O fruto é globoso, amarelo, comestível com pedúnculo orlado, lembra uma pitomba, porém menor, branco por dentro, doce, com uma semente dura que se parte em duas metades. Quando maduros, os frutos apresentam cerca de 25 mg de vitamina C por 100 g de polpa, mucilagens e açúcares, encerrando 480 U.I. de vitamina C por 100 cm3 (BRAGA, 1960 apud CARVALHO, 2007).

Devido à sua composição (ácido betulínico, ácido oleamólico, amido, anidrido fosfórico, cafeína, celulose, hidratos de carbono, óxido de cálcio, proteína, sais minerais, saponina, vitamina C), possui propriedades medicinais, sendo utilizada pela população como: adstringente, anti-inflamatória, antigripal, cicatrizante, desopilante, expectorante, febrífuga, higienizante, sudorífero, tônico capilar, sendo utilizada para tratamento da caspa e queda do cabelo, febre, má digestão, males do estômago, vias urinárias e órgãos sexuais, placa bacteriana (VASCONCELOS, 2017).

Leite et al. (2012) avaliaram a eficácia da escova ecológica e do juá na remoção do biofilme dentário de crianças, concluindo que, apesar de ser menos efetivo que os métodos convencionais, a utilização do juá como instrumento de escovação reduz os índices de biofilme dentário, mostrando-se como alternativas eficazes e de baixo custo. Os resultados dos ensaios farmacológicos de Sousa et al. (1991 apud Carvalho 2007) sustentam que o juazeiro apresenta efeito mais eficaz na diminuição da placa dental do que os dentifrícios convencionais.

Vasconcelos (2017) salientou que a planta não é indicada em gestantes, lactantes e crianças devido à saponina, substância considerada tóxica se consumida em excesso.

Brito et al (2015) referenciaram que a população local utiliza as frutas do Juazeiro como alimento e extratos de folhas, cascas, cascas e raízes como remédios tradicionais para o tratamento de febre, infecção bacteriana, dor geral, gengivite e doenças respiratórias e para cicatrização tópica, tônico hepático e cardíaco, diurético e outros fins. Devido a suas propriedades, *Z. joazeiro* tornou-se alvo de alguns estudos farmacológicos com achados satisfatórios, sendo considerado como antifúngico (CRUZ et al., 2007), gastroprotetor (ROMÃO et al., 2010) e como antimicrobiano (SILVA et al., 2011).

A saponina encontrada nas cascas e folhas é responsável pela espuma e pela sua alta capacidade de limpeza, por isso é usada na fabricação de sabonetes e shampoos. As raspas da entrecasca servem de sabão e dentifrício. A casca é excelente tônico capilar quando em infusão ou macerada. A água de juá serve para amaciar e clarear a pele do rosto (BRAGA, 1960). A casca do juazeiro amassada na água é utilizada no tratamento da queda do cabelo (BARROS, 1982).

O juazeiro é uma boa fonte de ácido betulínico, reconhecido há muito tempo como possuidor de atividade antibiótica moderada e atividade anticancerosa, bem como três ésteres derivados

somente encontrados nele até agora, que revelaram agentes bactericidas potentes. Estão em curso pesquisas realizadas com ácido betulínico para tratamento e prevenção do melanoma humano (CSUK, 2014 apud VASCONCELOS, 2017).

Em um estudo clínico *in vivo* de Csuk, em 2014, citado por Vasconcelos, em 2017, com cobaias marcadas com melanomas humanos, o ácido betulínico inibiu completamente o crescimento do tumor e sem toxidade. Em outro estudo, *in vitro*, o ácido betulínico inibiu a cultura de um carcinoma humano de boca e linhagens de células de melanoma humano (CSUK, 2014 apud VASCONCELOS, 2017).

Pisha et al. (1995) apud Vasconcelos (2017) reportaram o ácido betulínico como promissor enquanto agente antineoplásico, após a indução da apoptose em linhas celulares de melanoma quer *in vitro* quer *in vivo*. Mais tarde, esta atividade do composto e dos derivados foi confirmada como efetiva em outras linhas celulares com diferentes origens tais como mama, cólon, pulmão, pâncreas, ovário, neuroblastoma ou osteossarcoma. Todavia, este composto apresenta algumas limitações, como a sua fraca solubilidade e dos seus derivados, o que restringe a sua aplicação permitindo apenas o seu uso tópico (LASZCZYK, 2009 apud VASCONCELOS, 2017).

Embora o mecanismo não seja ainda conhecido, foi comprovada sua eficácia para febres em geral. Cientistas brasileiros validaram seu uso como bactericida e demonstraram sua atividade anti-inflamatória. E, ainda, sabe-se que o extrato da folha do juazeiro cura e previne as infecções bacterianas secundárias causadas pelo bicho-geográfico (VASCONCELOS, 2017).

METODOLOGIA

O presente trabalho consiste em uma pesquisa bibliográfica sobre a composição do juazeiro e suas propriedades terapêuticas, e em realizada a pessoa natural da região, 73 anos, enfermeira, residindo atualmente em Sobral – CE, e conhecedora da planta estudada. Esta entrevista faz parte de pesquisa de campo efetuada no âmbito da Tese de doutoramento da primeira autora, realizada em regiões do semiárido cearense e do Alentejo português. As entrevistas foram realizadas tendo por base um questionário semi-estruturado com 34 perguntas que exploram o conhecimento de plantas aromáticas e medicinais da população da zona rural e a relação dessa população com a natureza; no município de Martinópole, foram realizadas entre novembro de 2019 e janeiro de 2020.

O relato contido nesta entrevista seguiu o roteiro do questionário referido e, conforme autorização da entrevistada, foi gravada para posterior transcrição.

DISCUSSÃO

Os relatos da entrevistada remetem a uma infância feliz na zona rural de Martinópole - Ceará, apesar das dificuldades impostas pela condição econômica da família. Aos sete anos, ela foi conduzida à cidade de Sobral, para morar com uma senhora amiga de seu pai. A partir daí, os momentos com seus pais e seus irmãos restringiam-se aos feriados e períodos de férias, onde tinha oportunidade de adquirir saberes tradicionais e experiências simples, mas valiosas, de quem vive na zona rural.

Em meio a tantas informações referentes a plantas aromáticas e medicinais durante a entrevista, a entrevistada mencionou o juazeiro como uma referência na região do semi-árido cearense e sua utilização para tratamento das feridas da varíola.

A entrevistada ainda mencionou a resistência do juazeiro durante o período de estiagem como " (...) *uma planta do sertão que resiste a todas as secas. É a única planta (...) que pode entrar seca, sair inverno ou verão, todo tempo tá verdinha*". Percebeu-se a importância da planta para os habitantes da região, em sintonia com o estudo de Duarte et al. (2018), tendo se tornado um símbolo de resistência à seca, conforme afirmaram Carvalho (2007) e Portal São Francisco (2020) e também devido às suas possibilidades para alimentação do gado e terapêuticas, já que a população residente na zona rural na década de 40 tinha dificuldade, como ainda hoje tem, no acesso a médicos e hospitais e utilizava as plantas para cura de males e doenças.

De acordo com a entrevistada, a planta "*serve de alimento para gado, serve de sombra para o gado, os animais, como carneiro, caprino (...) lá debaixo da sombra. E ele, a gente raspando, dá uma frutinha, quando tá amarela, bem docinha, até a gente come também. As pessoas podem comer...*" , o que demonstra a importância da planta como alimento para o gado e para os moradores da zona do semiárido, como reportado nos estudos de Dantas et al. (2014) e Vasconcelos (2017).

As raspas da casca do juazeiro, ainda de acordo com relato da entrevistada, eram utilizadas por sua mãe para cicatrizar as feridas da varíola, bem como outros ferimentos, sendo colocadas em um pequeno saco de pano, que era umedecido e esfregado por todo corpo. Ela recorda que sua mãe fazia com que ela e seus irmãos tomassem banho antes , após o que esfregava um saco úmido com as raspas do juazeiro no corpo de cada um, fazendo uma espuma, que era deixada secar, sem remover.

De acordo com a entrevistada: "*a raspa do Juá serve pra ferimento, se tiver varíola toma banho com isso... Pra fica sequinha a pele, enxugar... A gente raspa, seca, pisa no pilão e fazia aquele pozinho que servia até pra escovar dente, pra gente tomar banho com ele... Dá uma espuma igual sabão quando misturado com a água*".

A efetividade da planta para limpeza e cicatrização é comprovada cientificamente, devido aos componentes químicos saponina (produz uma espuma com alta capacidade de limpeza) e o ácido betulínico (atividade antibiótica e antiinflamatória), como reportado nos estudos de Vasconcelos (2017) e Brito et al (2015).

Observou-se, através da fala da entrevistada, a importância do juazeiro para os moradores da região do semiárido cearense, quando a mesma se referiu à planta com um tom de admiração, diria até de uma forma orgulhosa, já que, apesar dos períodos longos de estiagem, as folhas da planta permanecem verdes, e como já reportado na literatura, raramente caem por completo.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Conclui-se que a planta juazeiro constitui-se em um símbolo de resistência, sendo uma referência importante para as pessoas que vivem em um ambiente com características tão peculiares, como é a região semiárida. Para um morador da região, é como se a planta o ajudasse a vencer os períodos de dificuldades e escassez promovidos pela seca, já que ela não altera suas características originais.

O relato da entrevistada relativamente às propriedades e utilizações do juazeiro é confirmado pelo conhecimento científico. Tal permite valorizar os saberes tradicionais das populações rurais que chegaram aos nossos dias; num contexto de falta ou de menor acesso aos cuidados da medicina

convencional por parte das populações mais pobres, o conhecimento tradicional, passado de geração em geração sobre o juazeiro e as outras plantas com propriedades terapêuticas, é particularmente importante e valioso e importa inventariar e manter esse conhecimento.

REFERÊNCIAS

BRITO, S. M. O. et al. Analysis of bioactivities and chemical composition of *Ziziphus joazeiro Mart* using HPLC-DAD. **Food Chemistry.** v. 186, p. 185-191, November 2015.

CARVALHO, P. E. R. **Juazeiro** - *Ziziphus joazeiro.* Circular Técnica 139. EMBRAPA. Colombo – PR, novembro 2007. Disponível em: https://ainfo.cnptia.embrapa.br/digital/bitstream/CNPF-2009-09/42434/1/Circular139.pdf . Acesso em: 15/05/2020.

DANTAS, Francisca Clenilda Pereira et al. Ziziphus joazeiro Mart. - Rhamnaceae: características biogeoquímicas e importância no bioma Caatinga. Divulgação científica e tecnológica do IFPB. **Revista Principia**. nº 25, p. 51-57, 2014. Disponível em: https://periodicos.ifpb.edu.br/index.php/principia/article/viewFile/172/141 . Acesso em 09 de fevereiro de 2020.

DUARTE, M. M.; NOGUEIRA, A. C.; VIEIRA, E. S. N. Diversity and spatial genetic structure of natural populations of *Ziziphus joazeiro* Mart. **Revista Brasileira de Ciências Agrárias.** v.13, n.4, e5573, 2018. DOI:10.5039/agraria.v13i4a5573.

IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística). **Mapa de biomas do Brasil escala 1:5.000.000.** Rio de Janeiro: IBGE. 2004.

INSTITUTO Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis - IBAMA. **Caatinga**: monitoramento do desmatamento nos biomas brasileiros por satélite – Biomas. Brasília: IBAMA, 2016. 32p. (Relatório Técnico).

LEITE, A. F. et al. Avaliação da Eficácia da Escova Ecológica e do Juá no Controle de Biofilme Dentário em Crianças. **Pesquisa Brasileira em Odontopediatria e Clínica Integrada**. Universidade Federal da Paraíba, vol. 12, núm. 3, pp. 337-343, julho-setembro, 2012.

LUCENA, E. O. de et al. Biometria e qualidade fisiológica de sementes de juazeiro (Ziziphus joazeiro marth.) de diferentes matrizes do semiárido paraibano. **Agropecuária Científica no Semiárido**, Patos-PB, v.13, n.4, p.275-280, Outubro-Dezembro, 2017.

MARTIN, Margot Marie et al. Ação de derivados do Ácido Betulínico em células de câncer de Córtex Adrenal. **Revista Médica da UFPR**. v. 3, n° 2, p. 64 – 69, 2016. Disponível em: https://revistas.ufpr.br/revmedicaufpr/article/download/45954/pdf. Acesso em 09 de fevereiro de 2020. DOI 10.5380/rmu.v3i2.45954.

PEREIRA, M.S. **Manual técnico conhecendo e produzindo sementes e mudas da caatinga.** Fortaleza: Associação Caatinga, 2011. 86p.

PORTAL SÃO FRANCISCO. Juazeiro. Disponível em: https://www.portalsaofrancisco.com.br/biologia/juazeiro. Acesso em : 16 de fevereiro de 2020.

SILVA, T. C. L. Atividades antioxidante e antimicrobiana de *Ziziphus joazeiro* mart. (Rhamnaceae): avaliação comparativa entre cascas e folhas. **Rev Ciênc Farm Básica Apl.**, v.

32, n°. 2, p. 193-199, 2011. ISSN 1808-4532

TIGRE, C.B. **Silvicultura para as matas xerófilas**. Fortaleza: DNOCS, 1970. 176p. (DNOCS. Publicação, 243)

VASCONCELOS, Luiz Fernando Santos de. **Definição de parâmetros para a secagem em camada de espuma (foam-mat drying) do juazeiro (*ziziphus joazeiro*)**. João Pessoa, 2017. 38f. Monografia (Curso de Graduação em Engenharia Química) Campus I - UFPB / Universidade Federal da Paraíba. 2017.